

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Luiz Alberto Fonseca de Lima Filho

**A EXPERIÊNCIA TELEJORNALÍSTICA DO MEIO AMBIENTE EM
PERNAMBUCO: O caso do telejornal ABTV 2ª Edição**

Recife
2016

LUIZ ALBERTO FONSECA DE LIMA FILHO

**A EXPERIÊNCIA TELEJORNALÍSTICA DO MEIO AMBIENTE EM
PERNAMBUCO: O caso do telejornal ABTV 2ª Edição**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do grau de Mestre, sob a orientação da Prof. Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes.

Recife
2016

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

L732e	<p>Lima Filho, Luiz Alberto Fonseca de</p> <p>A experiência telejornalística do meio ambiente em Pernambuco: o caso do telejornal ABTV 2ª edição / Luiz Alberto Fonseca de Lima Filho. – 2016.</p> <p>129 f.: il., fig.</p> <p>Orientadora: Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Comunicação, 2016.</p> <p>Inclui referências e anexos.</p> <p>1. Comunicação de massa e meio ambiente. 2. Jornalismo. 3. Telejornalismo. 4. Televisão – Programas. 5. Jornalismo local. I. Gomes, Isaltina Maria de Azevedo Mello (Orientadora). II. Título.</p> <p>302.23 CDD (22.ed.)</p>	UFPE (CAC 2016-136)
-------	---	---------------------

Luiz Alberto Fonseca de Lima Filho

TÍTULO DO TRABALHO: A EXPERIÊNCIA TELEJORNALÍSTICA DO MEIO
AMBIENTE EM PERNAMBUCO: O CASO DO TELEJORNAL ABTV 2ª. EDIÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Comunicação da
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: 20/05/2016

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes

Prof. Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Valquíria Aparecida Passos Kneipp
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dedico esse trabalho à minha mãe Célia.
Às outras mulheres da minha vida: Cynthia, Karyne, Lisiane, Vitória e Cristina.
Aos meus sobrinhos André e Luiz Alberto.
E, em especial, à minha tia Isoldinha que deve estar muito orgulhosa de mim, lá do céu!

AGRADECIMENTOS

No fim das contas, uma dissertação é um trabalho coletivo. Por isso quero agradecer a todos que participaram desse processo de alguma forma.

Aos meus pais Luiz Alberto e Célia por serem meu exemplo, meu espelho, meu pilar e meu porto seguro. E por sempre apoiarem minhas escolhas.

Aos meus amados sobrinhos André e Luiz Alberto, por me deixarem escrever durante as férias escolares e por me contagiarem com a energia renovadora que só as crianças possuem.

Aos meus irmãos Cynthia e André, minha cunhada Karyne, minha tia/madrinha Cristina, minha segunda mãe Vitória e toda a minha família, sempre maravilhosa e presente.

À minha querida orientadora, Isaltina, pelo carinho com que me recebeu e pela paciência e conselhos que foram fundamentais para essa dissertação dar certo.

Aos colegas, professores e funcionários do PPGCOM e do PPGEM (em especial aos professores Valquíria Kneipp e Sebastião Albano) pela troca de conhecimento e experiências.

À TV Asa Branca (em especial à Lélío Pagioro) por ter me recebido de portas abertas. E aos amigos que daquela casa me proporcionou.

Aos amigos do IZP (em especial à Cintia Ribeiro e Rachel Fiuza) pelo apoio e pela torcida.

Aos amigos que me ajudaram, cada um à sua maneira, durante todo esse processo. Em especial à Lisiane Acioli por sempre estar ao meu lado; Celestino Galvão, pelos puxões de orelha que me mantiveram sempre na direção certa; Sávio Cunha e Alexandre Dantas pelo apoio e força de sempre, tão fundamentais para tudo dar certo; Dênia Cruz, pela força no início dessa jornada; Anderson Melo pelo apoio fundamental para essa pesquisa; Valeska Araújo pelas conversas nas horas difíceis; Thiago Carvalho e Nivaldo Júnior pelas risadas e bons momentos, tão importantes para descontrair; Ana Clara Reis, Maria Helena Monteiro e Nívia Gouveia porque os amigos sempre estão no coração; Thaissa Machado, Ana Luísa Cataldo, Marianna Almeida e Tiago Lima, porque é sempre bom ter novos amigos na nossa vida; Cristina Santos por acompanhar essa caminhada; João Queiroz pela tradução e ajuda, mesmo tão distante fisicamente; Nádia Dias pela correção e pelo carinho de sempre e Maurício Carnáuba pelo apoio e paciência na reta final.

E, finalmente, agradeço ao grande Pai Celestial pelo simples fato de estar vivo e poder continuar crescendo e lutando, todos os dias, para ser uma pessoa melhor!

Lista de ilustrações

Figura 1 - RPPNs Santa Fé e Cachoeira.....	16
Figura 2 - logomarca ABTV 2ª Edição	66
Figura 3 - Pneus doados são transformados em arte	75
Figura 4 - Funcionário do aterro sanitário de Caruaru tritura os galhos de árvores podados.....	77
Figura 5 - Pouca arborização de Serra Talhada estimula implantação do IPTU Verde	79
Figura 6 - Animais de rua são disponibilizados para adoção	80
Figura 7 - Biodigestor fornece gás de cozinha para famílias de Bom Conselho.....	82
Figura 8 - Máquina limpa trecho do rio Ipojuca durante mutirão de combate à dengue	84
Figura 9 - Animal recolhido na BR-232 em Caruaru	86
Figura 10 - Cachorro busca alimento no matadouro do Juá em caruaru	88
Figura 12 - Aerogeradores no campo eólico em Caetés.....	92
Figura 13 - Fogo destrói vegetação no Parque Municipal Serra dos Cavalos em Caruaru	95
Figura 14 - Pássaros silvestres apreendidos durante operação da PRF em Tacaimbó	96
Figura 15 - Lixo entope canaleta pluvial e prejudica nascente do Rio Mundaú em Garanhuns ...	99
Gráfico 1 - Total de VTs.....	89
Gráfico 2 - Percentual de assuntos abordados pelo ABTV 2ª Edição	103

Lista de tabelas

Tabela 1- Total de VTs.....	88
Tabela 2- Número de VTs por bloco.....	89

RESUMO

O presente trabalho foi elaborado com o intuito de promover uma maior compreensão acerca do valor-notícia que o meio ambiente possui no telejornal de âmbito local, uma vez que se percebe que o tema é tratado como coadjuvante no conteúdo desse tipo produto televisivo. Para isso foram estudadas as reportagens exibidas pelo telejornal ABTV 2ª Edição da TV Asa Branca, afiliada Rede Globo em Caruaru/PE e realizadas entrevistas com os profissionais responsáveis pela produção e edição do mesmo. Utilizando como apoio teórico o pensamento de autores como Traquina (2005), Vizeu (2005, 2008, 2009), Dias (2003) Cox (2010), Guerra (2014), Berger e Luckman (1985), McCombs (2009) e Tuchman (1983); e por meio de análises quantitativas e qualitativas, buscou-se investigar como o meio ambiente é abordado e executado pelo telejornal. Também se buscou identificar se o telejornal é visto pelos jornalistas enquanto ferramenta para a promoção da Educação ambiental entre os telespectadores. Em nossa análise, verificamos que o meio ambiente é considerado notícia de característica leve, normalmente utilizado para encerrar o programa, ou destinado aos últimos blocos. Também se percebeu a perda de espaço do tema para outros assuntos no espelhamento do telejornal.

Palavras-chave: Telejornalismo. Valor-notícia. Meio ambiente. Jornalismo ambiental

ABSTRACT

This paper was written to promote better understanding of the environmental news value in local television news, once it has long been treated as a supporting subject. The sources for the study were news reports from the television news ABTV (2nd edition) at TV Asa Branca (the Rede Globo affiliate in Caruaru / PE) and interviews with the professionals in charge of producing and editing them. As well as writers such as Traquina (2005), Vizeu (2005, 2008, 2009), Dias (2003) Cox (2010), Guerra (2014), Berger and Luckman (1985), McCombs (2009) and Tuchman (1983). Quantitative and qualitative analyses were used to find out how the television news deal with environmental issues and if the journalists see the news as a tool to promote environmental education among the viewers. In our analysis, we see that the environmental issues were considered as light news, normally used to shut down the television news, or for the last blocks. Also realized the loss of space theme to other matters in the television news' mirror.

Keywords: Television journalism. News value. Environment. Environmental journalism

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1 – O ambiente em que vivemos	17
1.1 Definindo meio ambiente.....	17
1.2 Em busca da sustentabilidade.....	19
1.3 O meio ambiente e o desenvolvimento sustentável na esfera pública.....	25
Capítulo 2– O meio ambiente na mídia.....	31
2.1 O jornalismo como ferramenta para a construção da realidade	31
2.2 A seleção do acontecimento e os valores-notícia.....	34
2.3 Meio ambiente refém das datas temáticas e do factual	42
Capítulo 3 – A Televisão e o Meio Ambiente	49
3.1 O meio ambiente na televisão do Brasil.....	49
3.2 Telejornalismo e meio ambiente	53
3.3 Educação ambiental e a função pedagógica do telejornal.....	57
Capítulo 4 – O Valor-notícia do meio ambiente no Telejornal ABTV 2ª Edição	66
4.1 Apresentando o ABTV 2ª edição	66
4.2 O caminho percorrido.....	67
4.3 O meio ambiente enquanto notícia no ABTV 2ª Edição.....	73
Capítulo 5– Considerações Finais.....	110
Referências Bibliográficas	115
ANEXOS	120
Anexo 1: Questionário de pesquisa.....	120
Anexo 2: Tabelas de VTs de meio ambiente.....	121
Anexo 3: Tabelas de VTs por assunto.....	125
Anexo 4: Parecer Consubstanciado do CEP	129

Introdução

Esta dissertação é o resultado de uma inquietação profissional, adquirida nos meus anos de trabalho, sobre um tema que me acompanha desde criança: o meio ambiente. Eu cresci vendo o exemplo do meu pai. Médico e ambientalista, ele possui duas RPPNs (Reserva Particular do Patrimônio Natural) em sua propriedade em Tanque D’arca, interior de Alagoas. Pratica há quase trinta anos replantio de árvores nativas da mata atlântica e soltura de pássaros e outros animais silvestres. Não admite a captura nem o desmatamento. Ao longo da minha vida eu acompanhei a mata, antes rala, ficar cada vez mais fechada. A cada fim de tarde, a paisagem já bela do local, fica mais estonteante com a presença de dezenas de pássaros que vêm se alimentar nas proximidades da sede da fazenda.

O exemplo do meu pai despertou em mim a consciência de que “cada um de nós deve contribuir para preservar o mundo em que vivemos”. Essa frase clichê faz parte do meu dia a dia. Não me considero um “eco chato”, mas tento contribuir como posso. Seja separando o lixo, evitando sacolas descartáveis no supermercado ou descartando pilhas e óleo de cozinha usado da maneira correta. Afinal de contas, enquanto formador de opinião, preciso dar o bom exemplo!

Pessoalmente percebo o meio ambiente enquanto parte integrante do nosso cotidiano, com influência direta em vários aspectos da vida. O mesmo acontece com as consequências daquilo que praticamos contra ou a favor dele. Essa temática sempre presente, porém, é muitas vezes despercebida pelas pessoas ou, até mesmo, ignorada.

Um curso de eco jornalismo, feito ao longo da carreira e por iniciativa própria, me despertou ainda mais o interesse pelo tema. Muitas vezes, tentei incluí-lo no meu dia a dia de trabalho, procurando emplacar reportagens que possibilitem a quem as assista refletir e, com um pouco de sorte, mudar a maneira de agir em relação ao meio ambiente.

Durante mais de dez anos como profissional de TV, tendo trabalhado em várias retransmissoras como repórter e apresentador uma inquietação se mostrava constante: porque era tão difícil emplacar matérias sobre meio ambiente? Sempre tive o costume de sugerir reportagens específicas sobre o tema a algum colega produtor. Geralmente eles sorriam, acatavam minha sugestão e a pauta¹ permanecia no campo das ideias. Claro que algumas vezes ela chegava a ser concretizada. O problema é, caso ocorresse alguma situação inesperada – o famoso factual – o meio ambiente era o primeiro a cair e eu escutava a já

¹ “Previsão dos assuntos de interesse jornalístico. É o roteiro dos temas que vão ser cobertos pela reportagem” (PATERNOSTRO, 1999, p.147)

conhecida frase: “Olha, sua pauta caiu, vou desmarcar com o entrevistado. Essa matéria pode ficar para amanhã”.

Imaginem a frustração que era ter que escutar isso, e, na sequência, ser enviado para cobrir algum factual que acabara de acontecer. Não que eu não goste de cobrir factuais, mas sempre me questionava: “com tantas outras equipes cobrindo vários outros assuntos, porque justamente a minha pauta sobre meio ambiente era a que caía? ”.

Um caso me chamou a atenção e foi crucial para que eu escolhesse o meio ambiente como tema central desta dissertação. Em 2012, enquanto trabalhava como repórter na retransmissora da Rede Globo em Natal, Rio Grande do Norte, tentei emplacar uma reportagem sobre uma fábrica de vassouras feitas a partir da reciclagem de garrafas pet. Tinha descoberto essa história e achei que seria um bom exemplo a ser mostrado à população, pois além de contribuir com o meio ambiente, a fábrica tinha ajudado a mudar, financeiramente falando, a vida de um grupo de pessoas em um bairro pobre daquela cidade.

A pauta foi aceita, marcada e derrubada não apenas uma, mas várias vezes. Sempre pelo mesmo motivo: um factual ocorrera. Até que a produção desistiu dela e essa reportagem acabou nunca sendo realizada por mim.

Além do factual, percebi, ao longo dos meus anos de trabalho, que o meio ambiente tinha data marcada para aparecer na TV. Durante o ano, um vasto calendário é dedicado ao tema: Dia da água, Dia da árvore, Dia mundial do meio ambiente, etc. Essas comemorações acabam gerando ações, como caminhadas, palestras, eventos que ganham, por sua vez, espaço no telejornal. Comecei a perceber que o meio ambiente era refém do fato e das datas comemorativas.

Nessa época, enquanto aluno especial do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN, entrei em contato com um artigo acadêmico que me fez refletir e me proporcionou mais uma inquietação. O meio ambiente, assunto interdisciplinar e que muitas vezes aparece inserido em outros assuntos (como economia e comportamento, por exemplo), nem sempre era citado nas reportagens como eu achava que deveria ser.

O artigo “Mídia e meio ambiente: limites e possibilidades”, de Cidoval Moraes de Souza e Francisco Assis Martins Fernandes da Universidade de Taubaté-SP, foi publicado em 2002 pela Revista Ciências Humanas – UNITAU. Os autores fizeram uma análise de uma série exibida pelo Jornal Nacional no ano anterior. O tema era a água. O contexto: a crise do setor energético e o iminente risco de apagões pelo qual o país passava na época. Ao fim da leitura, fui levado a concordar com os autores que, apesar dos números oficiais, dos exemplos de desperdício, contaminação de água e boas práticas em outros países, a discussão era

superficial. Também me chamou a atenção o modo como o assunto – apesar de ser factual – foi perdendo força ao longo da semana e, conseqüentemente, um lugar de destaque no telejornal. Apesar de ter passado, na época, dez anos desde que fora publicado, o artigo me fez refletir sobre como a postura dos telejornais continuava atual a respeito do meio ambiente. Não existia um lugar de destaque para esse tema!

O incômodo causado me inspirou a pesquisar no sistema de cadastro de pautas da retransmissora de TV em que trabalhava. Utilizando o termo “meio ambiente” como palavra-chave, pude perceber que no período de um mês antes e um mês após o início da conferência Rio+20 (a pesquisa foi realizada entre 13 e 22 de junho de 2012 -o período também engloba o Dia Mundial do Meio ambiente, comemorado no dia 5 de junho), poucas foram as reportagens realmente pensadas sobre o assunto. A maior parte vinha junto a um factual ou a uma data temática. Foi dessa forma, enquanto aluno do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPGEM), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que iniciei meu estudo sobre o valor notícia do meio ambiente no telejornal.

Ao longo do ano de 2013, por motivos pessoais, me desvinculei da empresa de televisão em Natal e, também, da UFRN. Tornei-me aluno do programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Universidade Federal de Pernambuco, e levei comigo a mesma ideia de investigar a noticiabilidade do meio ambiente dentro do telejornal local. Por uma questão de afinidade, escolhi a TV Asa Branca, afiliada da Rede Globo na cidade de Caruaru, tendo como recorte temporal o período de 05 de maio e 05 de julho – um mês antes e um mês após o Dia mundial do Meio Ambiente.

Minha proposta é, por meio de um telejornal arbitrariamente escolhido dentro de um universo de telejornais locais (que normalmente possuem estruturas semelhantes em termos de tempo, público alvo, equipe profissional, etc.), identificar a construção do valor-notícia do meio ambiente. Como exemplo, ainda seguindo a questão da afinidade, optei pelo telejornal diário ABTV 2ª Edição, veiculado pela TV Asa Branca de Caruaru.

Seguindo a intenção de levantar um debate sobre o tratamento do meio ambiente no telejornalismo de âmbito local, realizei uma investigação do conteúdo ambiental veiculado. Meu intuito era verificar como a notícia sobre o meio ambiente é construída, se existe, realmente, espaço para o tema dentro do telejornal e como ele é tratado pela emissora, por meio de seus jornalistas.

Durante a realização do estudo busquei identificar os elementos que auxiliam ou dificultam a condução da temática ambiental, o processo de produção das notícias de conteúdo ambiental no que diz respeito às escolhas e critérios de noticiabilidade para

responder ao problema de pesquisa: Qual o valor-notícia do meio ambiente no telejornal ABTV 2ª Edição?

Procurando responder essa questão de pesquisa, formulei duas hipóteses:

- 1) O assunto é tratado pelos jornalistas como notícia leve, destinada ao encerramento da edição, perdendo espaço para outros temas, e, quando aparece, normalmente está vinculado a uma data comemorativa ou a um evento factual.
- 2) Mesmo quando é factual, o meio ambiente não tem força para abrir o telejornal, tendo seu espaço reservado aos últimos blocos.

Também procurei investigar outro ponto que sempre me inquietou: queria saber se existe a preocupação ou o preparo dos profissionais em pensar o meio ambiente enquanto tema noticiável e, conseqüentemente, a tentativa de promover educação ambiental por meio do telejornal. Esse é um papel que considero importante para o formador de opinião.

Esta dissertação é constituída por cinco capítulos. O primeiro mostra como diferentes autores conceituam o meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Também é abordado o contexto de criação do termo desenvolvimento sustentável e as conseqüências diretas no debate internacional a respeito da problemática ambiental. O capítulo ainda discute a inserção do meio ambiente na esfera pública e, também, o conceito de esfera pública “verde” definido por Robert Cox (2010).

O segundo capítulo segue a ideia de Berger e Luckmann (1985) e explora a vocação dos meios de comunicação enquanto ferramentas para promover mudanças nas representações da realidade, porém com foco para a TV e o meio ambiente. O capítulo ainda apresenta conceitos de agendamento, enquadramento, valores notícia e seletividade. Nesta parte, também são detalhadas as pesquisas e experiências empíricas que me motivaram a realizar este estudo.

O terceiro capítulo traz uma retrospectiva do meio ambiente na televisão brasileira, bem como a construção do discurso ambiental ao longo dos anos, inclusive no telejornal. O capítulo mostra, ainda, a questão da criação da identidade do meio ambiente no veículo televisão, as relações de proximidade com a audiência e a função pedagógica do telejornal enquanto ferramenta capaz de promover a educação ambiental. O termo “Educação Ambiental” também foi trabalhado e definido com base no pensamento de Genebaldo Freire Dias (2003)

O quarto capítulo traz uma apresentação do telejornal ABTV 2ª Edição e realiza uma análise qualitativa e quantitativa das reportagens coletadas de acordo com a maneira como o meio ambiente é trabalhado em cada uma delas. Nessa parte do estudo também foram

analisadas as entrevistas realizadas com os profissionais que participam de todo processo de composição do telejornal. O último capítulo é reservado às considerações finais.

Ao analisar como a temática meio ambiente é abordada e executada pelo telejornal local e tentar descobrir seu o valor-notícia, espero, dessa forma, gerar uma reflexão sobre como as diferentes vozes profissionais e os pesos que cada uma dá ao meio ambiente, durante o processo de construção do conteúdo telejornalístico, influencia naquilo que vai ao ar. Ou quem sabe, ainda, eu consiga provocar uma mudança de atitude profissional ou pessoal naqueles que decidirem se aventurar por essas páginas. Fica, então, o convite.

Figura 1 - RPPNs Santa Fé e Cachoeira



Fonte: acervo pessoal do autor

Capítulo 1 – O ambiente em que vivemos

1.1 Definindo meio ambiente

De acordo com Trigueiro (2003), meio ambiente é uma expressão de amplo significado, que chega a ser redundante em sua composição morfológica.

O interessante é que este sentido mais amplo está na origem da expressão “meio ambiente”, que reúne dois substantivos redundantes: meio (do latim *mediu*) significa tudo aquilo que nos cerca, um espaço onde nós também estamos inseridos; e ambiente, palavra composta de dois vocábulos latinos: a preposição *amb(o)* (ao redor, à volta) e o verbo *ire* (ir). Ambiente, portanto, seria tudo o que vai à volta. Mas dizer que meio ambiente é tudo seria simplificar demais a questão. (TRIGUEIRO, 2003, p.77)

Para Castro (2002), é preciso pensar a relação que se tem com a natureza, para que possa haver uma definição do meio ambiente. Esse “pensar” é algo que a autora chama de multifacetado, visto que a questão ambiental possui características próprias e vocabulário específico. Termos como *chuva ácida*, *biodiversidade* e *efeito estufa* têm surgido ao longo dos últimos anos, à medida que os problemas de desordem ambiental provocados pelo homem se tornaram visíveis, e passaram a afetar a vida do cidadão.

Aliás, se olharmos para o nosso tempo em contraste com o passado, o que se torna imediatamente notório é que a actualidade se caracteriza por aquilo a que poderíamos chamar uma “explosão semântica” No passado falávamos de natureza. Hoje, falamos de natureza, mas também de ambiente e de ecologia e de ecossistemas. E usamos termos como ambientalismo, ecologismo, naturalismo, ecocentrismo, antropocentrismo, biocentrismo, ecofeminismo, gaianismo e verdes (CASTRO, 2002, p.142).

O termo “meio ambiente” remete imediatamente à ideia da natureza em seus vários aspectos. Desde eventos climáticos como a chuva e a seca à imagem da exuberância encontrada na fauna e flora; ao exótico e curioso; àquilo que está distante da realidade de quem vive nas cidades e também à natureza que foi transformada pelo homem e, conseqüentemente corre riscos. Mendonça (2012) diz que o termo é algo recente, que se utiliza para “[...] destacar o ambiente que nos circunda no momento em que as modificações desse entorno começaram a trazer conseqüências negativas ou muito diferentes das que se tinha desejado” (p. 103).

Ainda seguindo o pensamento da autora, trata-se da natureza transformada de acordo com a evolução social e tecnológica da humanidade. Uma natureza moldada para atender as diversas necessidades do ser humano.

Ao longo de nosso caminhar pela Terra, desde as nossas origens humanas, as representações que fizemos da natureza refletem a atitude e a consciência de cada época e, conseqüentemente, exprimem os desejos e os temores daqueles que nelas viveram. (MENDONÇA, 2012, p.111).

Para Medeiros, há uma associação direta entre o modelo social humano e o mau uso dos recursos naturais. Isso causa o que muitos teóricos chamam de crise ambiental.

[...] há um desequilíbrio entre as ações e o modo de viver dos seres humanos e os ciclos naturais que regem o funcionamento do planeta como um todo. Tal crise tem como alguns de seus efeitos as mudanças climáticas causadas pelo aquecimento global, a poluição de rios, lagos, mares e oceanos e também do ar que respiramos, a desertificação e o esgotamento dos solos e a perda da biodiversidade (MEDEIROS, 2012, p.20)

Castro também concorda com tal pensamento:

Ou seja, parece que o ambiente se tornou, para o público actual, sobretudo numa natureza que as pessoas estragaram, pois quando elas pensam em natureza, pensam principalmente em elementos naturais, e quando pensam em ambiente, pensam maioritariamente em riscos e problemas pelos quais as pessoas seriam responsáveis (CASTRO, 2002, p. 149-150).

Cox (2010) acredita numa relação de intimidade das pessoas com o meio ambiente em que estão introduzidas, onde as ações humanas refletem diretamente nas respostas que o meio ambiente dá a elas. “Seres humanos e natureza não podem estar separados um do outro” (p.05).

Desta forma o meio ambiente também recebe o sentido de uma expressão que engloba o discurso do homem na busca de esclarecimento para as conseqüências de suas ações e direcionamento para caminhos que levem a um senso de responsabilidade e contribuição para o bem comum.

Não é errado afirmar que o termo meio ambiente também está relacionado com o desenvolvimento econômico e social da humanidade. Para ilustrar tal sentido existe o termo “desenvolvimento sustentável” – bastante utilizado nos discursos ambientais. De modo geral, remete à situação em que a exploração dos recursos naturais é feita de maneira consciente, para que os mesmos possam, também, ser disponibilizados às gerações futuras, sem que o equilíbrio ambiental seja ameaçado.

Desde que foi introduzido, o desenvolvimento sustentável “passou a ser base de todas as reuniões e orientação de políticas ambientais” (PRESSLER, 2012, p.122). Para que se entenda o porquê de toda essa importância do termo no debate ambiental em todo o mundo, é preciso compreender o contexto de sua criação e também e suas conseqüências diretas no debate internacional a respeito da problemática ambiental.

1.2 Em busca da sustentabilidade

Antes de surgir o conceito de desenvolvimento sustentável, já havia críticas sociais a respeito do consumo em larga escala e da depredação da natureza. Pressler (2012) se refere à Bursztyn (2004) para explicar que entre 1950 e 1969 houve o que chama de um despertar ambiental.

Sob esse novo modo de pensar o meio ambiente, surgiram iniciativas para reverter e conter a acelerada ameaça de uma catástrofe global. O resultado significativo dessa tendência de consciência ambiental foi a formação de um comitê constituído por humanistas, cientistas, industriais, sociedade civil para debater os dilemas e o futuro do homem no planeta. Desse encontro nasceu o Clube de Roma em 1968. O resultado das discussões gerou um documento denominado *Limites do Crescimento*, com o objetivo de demonstrar a inviabilidade do modelo de crescimento industrial vigente. (PRESSLER, 2012, p. 121)

Segundo Oliveira (2012) o Clube de Roma foi uma organização criada por um industrial italiano e então presidente do Comitê Econômico da OTAN, chamado Aurélio Peccei. O que começou como um grupo informal evoluiu e “já em 1970 este clube possuía 75 membros de 25 países, com o objetivo de pensar o sistema global e encorajar novas atitudes, entre os quais o combate à degradação ambiental ” (OLIVEIRA, 2012, p.77). Ainda citando Oliveira (2012), apesar de já existirem outras publicações anteriores com importância histórica, “Limites do Crescimento” foi um diferencial, pois colocou definitivamente a questão ambiental na agenda do mundo quando foi lançada, em 1972.

“Limites do Crescimento” (The Limits to Growth) corresponde a um relatório realizado pelo MIT (Instituto Tecnológico de Massachussets), com a liderança de Dennis Meadows e sob encomenda do Clube de Roma. Tratava-se, segundo John McCormick (1992), de um resumo não-técnico das descobertas do MIT, e sua publicação pretendeu realmente chocar as pessoas a ponto de fazê-las abandonar a complacência em relação à questão ambiental. (OLIVEIRA, 2012, p.77)

Oliveira (2012) continua usando o pensamento de McCormick (1992) para explicar que os estudos encomendados pelo Clube de Roma chegaram a três conclusões principais:

[1] se a tendência do crescimento da população (e, por conseguinte, da poluição, industrialização, produção de alimentos e exaustão de “recursos” naturais) se mantivesse, os limites do planeta seriam atingidos em 100 anos; [2] era possível alterar esta tendência através de uma possibilidade sustentável de estabilização econômica ecológica; e [3] as pessoas deveriam o mais rapidamente possível adotar como meta a perspectiva de estabilização, para lograr sucesso nesta empreitada. O caráter catastrófico, que indicava a fome, a poluição e o crescimento demográfico como vilões de um futuro sombrio, ressaltava a importância da contenção do crescimento e proclamava a adoção da política do “crescimento zero” para todos os países (OLIVEIRA, 2012, p.78).

O crescimento zero apontado pelo estudo, porém, não fala de uma distribuição da riqueza já produzida no mundo, mas de evitar que os países em desenvolvimento atingissem o mesmo grau dos países já desenvolvidos, aumentando, dessa forma, a necessidade do uso dos

recursos naturais. Oliveira (2012) ainda especifica que, por ser formado por líderes empresariais, o Clube de Roma tinha como proposta repensar a situação mundial, sob o ponto de vista do setor industrial.

A importância da obra “Limites do Crescimento” se dá pelo pioneirismo ao tratar a relação meio ambiente/desenvolvimento econômico no debate mundial. Também ajudou a consolidar o tema no debate acadêmico-universitário, visto que houve um aumento no número de trabalhos envolvendo a temática e com o grande número de exemplares vendidos, fazendo com que suas conclusões atingissem públicos variados, conseguiu inserir, de alguma forma, a problemática do meio ambiente enquanto pauta dos assuntos cotidianos (Oliveira, 2012).

O desenvolvimento sustentável ainda não existia enquanto conceito, mas as preocupações com o futuro e o equilíbrio do planeta contidas em “Limites do Crescimento” serviram para nortear a ONU no desenvolvimento de documentos ambientais que surgiram, anos mais tarde, como o “Relatório Brundtland” e a “Agenda 21” que discutiremos neste estudo. “Desta maneira, “Limites do Crescimento” antecipa alguns debates que somente se consolidarão no decorrer da década de 1980, na busca de uma suposta “sociedade ambientalmente sustentável” (OLIVEIRA, 2012, p.81)

Pressler (2012) diz que, apesar da repercussão, o documento ainda era considerado simplificado demais (inclusive pelos próprios autores) para dar conta da complexidade do modelo de desenvolvimento ambiental, cujos problemas se continuavam se agravando. Em 1972, mesmo ano em que foi publicado “limites do Crescimento”, a ONU promoveu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e os Direitos Humanos em Estocolmo. “Pela primeira vez a comunidade internacional se reuniu para, discutir o meio ambiente em seus aspectos globais e as interações deste com as necessidades de desenvolvimento das diversas nações” (PRESSLER, 2012, p.121).

Ramos complementa:

A conferência de Estocolmo, como ficou conhecida, elaborou e aprovou a Declaração sobre o Ambiente Humano com o objetivo de estabelecer uma visão global e princípios comuns, que servissem de inspiração e orientação à humanidade, para a preservação e melhoria do ambiente humano. (RAMOS, 1995, p.35)

Fajardo (2009) diz que a conferência de Estocolmo, pode ser, na verdade, considerada um marco do debate ambiental no mundo:

A partir da Conferência de Estocolmo, a questão ambiental foi inscrita definitivamente na agenda do mundo. Crescia a consciência de que era preciso fazer alguma coisa, e rapidamente, para deter o processo de poluição em massa e o mau uso dos recursos naturais (FAJARDO, 2009, p. 72-73).

Dessa primeira mobilização mundial, surgiram organismos internacionais direcionados ao meio ambiente, como o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Países participantes implantaram ministérios do meio ambiente ou estruturas semelhantes. Também surgiram movimentos associativos e forças políticas voltadas à ecologia, programas de pesquisa e publicações sobre o tema. Mesmo assim, os problemas ambientais, frutos de processos predatórios e poluentes promovidos em escala global permaneceram, segundo Ramos, “indicando a pouca repercussão prática das intenções e princípios firmados em documentos e reuniões internacionais realizados desde a Conferência de Estocolmo. ” (RAMOS, 1995, p.36).

É nesse contexto que surge, em 1987, o relatório “Nosso Futuro Comum”, ou “Relatório Brundtland” uma homenagem à Gro Harlem Brundtland, então primeira-ministra da Noruega e presidente da comissão responsável pela elaboração do documento. Pressler (2012) explica que o texto lança pela primeira vez o conceito: “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991, p.46). O texto aprofunda ainda mais o conceito.

Portanto, ao se definirem os objetivos do desenvolvimento econômico e social, é preciso levar em conta sua sustentabilidade em todos os países – desenvolvidos ou em desenvolvimento, com economia de mercado ou de planejamento central. Haverá muitas interpretações, mas todas elas terão características comuns e devem derivar de um consenso quanto ao conceito básico de desenvolvimento sustentável e quanto a uma série de estratégias necessárias para a sua consecução. (BRUNDTLAND, 1991, p.46).

Dryzek (2005) diz que o desenvolvimento sustentável envolve uma interação entre dois sistemas: o natural e o social.

Desenvolvimento sustentável é um conceito bem mais ambicioso que se refere a um conjunto de sistemas de suporte de vida e busca um crescimento constante na soma das necessidades humanas que poderiam ser satisfeitas por meio do simples acúmulo de recursos, mas é preferível através de uma operação inteligente dos sistemas naturais e humanos combinados. (DRYZEK, 2005, p 146)

Em uma organização social em que as desigualdades são endêmicas, crises de um modo em geral – inclusive ecológicas - podem ser recorrentes. Para que se tenha um desenvolvimento, de fato, sustentável, todos devem ter suas necessidades básicas atendidas.

Para isso é preciso que haja desenvolvimento econômico. Cavalcanti lembra que o sistema econômico também está ligado com o natural.

Para ser sustentável, com efeito, o sistema econômico deve possuir uma base estável de apoio. Isto requer que as capacidades e taxas de regeneração e absorção sejam respeitadas. Se não for assim, o processo econômico vai se tornar irremediavelmente insustentável. Uma estratégia de desenvolvimento sustentável é, portanto, necessária para a formulação de política que leve a natureza em conta como um fator restritivo, cuja produtividade deve ser maximizada no curto prazo cuja disponibilidade deve ser preservada no futuro distante e cuja integridade não pode ser deformada. (CAVALCANTI, 1999, p.11)

Os pensamentos de Cavalcanti e Dryzek também encontram base no Relatório Brundtland.

[...] o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas. Onde já são atendidas, ele é compatível com o crescimento econômico, desde que o crescimento reflita os princípios amplos da sustentabilidade e da não exploração dos outros. (BRUNDTLAND, 1991, p.47)

Mas não basta crescer. É preciso que isso seja feito de um modo que minimize os impactos sobre os recursos naturais. A preservação da qualidade do ar, da água, das florestas e tantos outros recursos naturais precisam ser levados em conta, para que o planeta mantenha a integridade de seus ecossistemas.

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (BRUNDTLAND, 1991, p.49)

A partir dessas definições, o que se percebe é que desenvolvimento sustentável não diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica e social no meio ambiente. Trata-se de harmonizar o desenvolvimento econômico e social com a conservação ambiental. Incide, sobretudo, nas consequências que isso tem na qualidade de vida da sociedade de um modo geral, inclusive na das próximas gerações. Economia, meio ambiente e sociedade formam a base do desenvolvimento sustentável.

O Relatório Brundtland trouxe, ainda, uma série de medidas a serem tomadas pelos Estados nacionais, conforme diz Pressler:

Em síntese, o relatório também fazia uma série de recomendações a serem implementadas pelos países rumo ao desenvolvimento sustentável, como, a limitação do crescimento populacional; a garantia dos recursos básicos (água, alimentos, energia) em longo prazo; a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; a diminuição do consumo de energia e o desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis; o controle da urbanização desordenada; o atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, moradia); o uso

de novos materiais na construção; o consumo racional de água e de alimentos; entre outros direcionamentos. (PRESSLER, 2012, p.122)

A amplitude do que se passou a entender por desenvolvimento sustentável, a partir do Relatório Brundtland foi integrada a uma série de discussões e deu origem a agenda 21 e conseqüentemente, à conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992.

Ramos (1995) explica que a convocação da Conferência, que viria a ser conhecida como Rio-92 ou Eco-92, ocorreu em 1989, durante uma Assembléia Geral da ONU. O ponto principal estava na concepção de que crescimento econômico e proteção ambiental precisavam ser vistos de forma integrada, para que, de maneira efetiva, se pudesse evitar que a degradação do meio ambiente atingisse índices que comprometessem a capacidade de se manter a vida no futuro. Outro ponto estava na necessidade de se criar estratégias para que se atingissem níveis de desenvolvimento mais equilibrado entre as nações.

Essa concepção passa não só pelo reconhecimento da vinculação entre desenvolvimento e meio ambiente, pobreza e degradação ambiental, mas, sobretudo pela conscientização de que o enfrentamento dos problemas ambientais depende de uma revisão das relações internacionais e a busca de novas formas de cooperação entre as nações (RAMOS, 1995, p. 36-37).

A convenção tinha como proposta o estabelecimento de tratados e, também, a promoção dos debates sobre os temas ecológicos, as questões do desenvolvimento econômico e promover um programa de redução dos impactos ambientais. Ramos prossegue, explicando que:

Diante do desafio que se impunha foi formado um comitê especial da ONU que ficou encarregado de estabelecer uma agenda preparatória e iniciar as negociações entre os países membros da organização, por meio de grupos de análise específicos e reuniões gerais preparatórias, tendo como base as diretrizes fixadas pela resolução que convocou a conferência do Rio. (RAMOS, 1995, p. 36-38).

Em 1990, a Agenda 21 já era anunciada pelo diplomata Maurice Strong, então secretário-geral da Conferência, como um dos resultados previsíveis da Rio-92, junto com uma carta estabelecendo os princípios de condutas das nações e outras convenções, principalmente sobre o clima. “Uma agenda de ação (Agenda 21) que conteria medidas concretas para a implementação dos princípios da carta, integrados em um programa de trabalho internacionalmente acordado para o período entre a conferência e o século XXI” (RAMOS, 1995, p. 38). Porém, a contribuição da Rio-92 foi ainda maior.

A Rio 92 legou ao mundo uma série de documentos hoje considerados fundamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável: a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, uma declaração de princípios sobre florestas, a Carta

da Terra, a Agenda 21 e três Convenções Internacionais – diversidade biológica, mudança do clima e, posteriormente, combate à desertificação. (SILVA, 2012, p.12)

Para Fajardo (2009), entre as propostas apresentadas durante a Rio-92 para conciliar o desenvolvimento econômico com a proteção à natureza, a mais concreta é a Agenda 21.

A agenda 21 é o documento básico para se implantar o desenvolvimento sustentável. Tem recomendações para harmonizar atividades econômicas com proteção de recursos naturais e combate à pobreza. Se chama Agenda, pois contém compromissos para garantir nosso futuro comum e é 21 porque esses compromissos devem ser implantados a partir do século XXI (FAJARDO, 2009, p.76).

Com a Eco-92, o conceito de desenvolvimento sustentável foi consolidado e inserido no debate na comunidade internacional. Mesmo assim, na prática, a Conferência não mudou tanto a realidade mundial em relação ao meio ambiente. Segundo Silva (2012), “seus resultados foram, à época, considerados tímidos” (p.12). O que se percebeu foi a persistência dos problemas ambientais e pouca ação prática das metas estabelecidas pelos acordos firmados, inclusive a Agenda 21.

As discussões e debates, porém, prosseguiram ao longo dos anos. Em 2002 a ONU realizou em Johannesburgo na África do Sul, a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento sustentável, também conhecida como Rio+10. Novamente se discutiu a preservação do meio ambiente interligada ao crescimento econômico e social.

Na Rio+10, assim chamada porque se realizou 10 anos após a Rio-92, colocou-se um grande dilema: estamos ganhando ou perdendo o desafio de chegar ao desenvolvimento sustentável, aquele que protege os recursos naturais para as gerações futuras? Como será nosso futuro comum? (FAJARDO, 2009, p.73)

Dez anos depois, tais questionamentos voltaram a ser feitos. O Rio de Janeiro, mais uma vez, sediava uma conferência da ONU sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Silva diz que, ao contrário da Rio-92 a Rio+20 não pretendia ser uma conferência legislativa. “Ou seja, não era a intenção da Organização das Nações Unidas (ONU) nem estava previsto no mandato da Rio+20, a adoção, por exemplo, de convenções internacionais sobre qualquer tema” (p.12).

O autor explica que os objetivos, dessa vez, eram voltados para a “renovação do compromisso político dos Estados com o desenvolvimento sustentável” (p.12). Em outras palavras, se pretendia abordar a questão da economia verde enquanto ferramenta de promoção do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Segundo o autor, apenas isso já pode ser considerado um bom resultado.

Em que pese a Rio+20 fazer parte de uma família de Conferências realizadas a cada dez ou vinte anos, que procuram abordar uma temática de cunho estratégico e,

portanto, infensa às circunstâncias temporárias, os Países não conseguiram se desligar do contexto de crise em que vivemos atualmente. O resultado disso foi, por exemplo, a recusa dos países desenvolvidos em aportar recursos financeiros para um fundo internacional de promoção do desenvolvimento sustentável, por mais modesto que fosse. [...] Até o último dia da Conferência, os EUA e outros países desenvolvidos estavam inclinados e pareciam empenhados em lançar por terra os avanços alcançados nas últimas décadas, em matéria de promoção do desenvolvimento sustentável. Somente no último dia as forças conservadoras cederam à pressão e concordaram que a reafirmação dos princípios de Estocolmo (de 1972) e do Rio (de 1992) permanecesse no texto final da Rio+20, intitulado “O Futuro que Queremos”. Esta foi uma primeira vitória: evitar o retrocesso (SILVA, 2012, p.13)

Na Rio+20 também ficou assentado que o desenvolvimento sustentável “continua a ser o objetivo final da comunidade internacional, sendo a economia verde um instrumento para alcançar aquele objetivo” (Silva, 2012, p.13-14). Retomando a ideia do Relatório Brundtland,

É preciso que o mundo crie logo estratégias que permitam às nações substituir seus atuais processos de crescimento, frequentemente destrutivos, pelo desenvolvimento sustentável. Para tanto é necessário que todos os países modifiquem suas políticas, tanto em relação a seu próprio desenvolvimento quanto em relação aos impactos que poderão exercer sobre as possibilidades de desenvolvimento de outras nações (BRUNDTLAND, 1991, p. 52-53)

A ONU, inclusive, reconhece a existência de diferentes abordagens e estratégias para que o desenvolvimento sustentável seja concretizado. Apesar disso, os debates prosseguem e os problemas ambientais e de desenvolvimento persistem ao longo dos anos. Fajardo (2009) diz que “é preciso passar do discurso para a ação e criar critérios e mecanismos confiáveis para avaliar que atividades humanas são sustentáveis e quais as que não são” (p.78).

1.3 O meio ambiente e o desenvolvimento sustentável na esfera pública

Seguindo a ideia do Relatório Brundtland, existe o pressuposto de que é possível haver uma conciliação entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico. Isso, porém, viria como resultado de uma mudança global de pensamento e atitudes dos países como um todo, desde a criação de uma legislação mais protecionista em relação ao meio ambiente a uma mudança de comportamento dos cidadãos. Porém, na prática isso não ocorre.

Pensar numa mudança de objetivos e atitudes se torna um tanto utópica, principalmente no contexto do capitalismo. Os problemas ambientais são uma espécie de defeito nesse sistema, que podem impedir ou desacelerar o crescimento econômico. Por outro lado, o próprio conceito de desenvolvimento ambiental também vem sendo apropriado por forças políticas e empresariais como uma estratégia de mercado que visa o lucro, como exemplifica Pressler: “A questão ambiental passava a fazer parte do planejamento estratégico das grandes

empresas e seria uma questão de tempo, que qualquer empresário incluísse a ‘política verde’ em seus negócios” (PRESSLER, 2012, p.122).

Na literatura ainda encontramos a existência do Capitalismo verde, ou eco-capitalismo, que prega ser possível uma aliança entre crescimento econômico e natureza. Porém, não se pretende aprofundar a discussão a respeito do posicionamento capitalista ou diagnosticar uma solução para a aplicação prática do conceito de desenvolvimento sustentável no sistema político econômico atual. Tomando como princípio de que o conceito de meio ambiente é algo socialmente construído, este estudo quer explicitar a importância e a permanência do tema no debate da esfera pública ao longo dos anos. Para Habermas trata-se da arena na qual se forma a opinião pública.

O sujeito essa esfera pública é o público enquanto portador de opinião pública; à sua função crítica é que se refere a “publicidade” (Publizität) como, por exemplo, o caráter público dos debates judiciais. No âmbito dos mídias, a “publicidade” certamente mudou de significado de uma função da opinião pública tornou-se também um atributo de quem desperta a opinião pública” (HABERMAS, 1984, p.14).

Em princípio, Habermas (1984) diz que, a partir do momento em que existe uma apropriação comercial dos meios de comunicação de massa, eles, atendendo aos interesses particulares de quem os comandam, se tornam responsáveis por esvaziar o sentido público da esfera pública. O espectador pensa ser ele o responsável pela criação da opinião pública, quando, na verdade existe uma opinião pública fruto de uma série de processos previamente formulados e executados pela mídia.

Ao revisitar esse conceito Habermas volta atrás e modifica um pouco o caráter de sua abordagem inicial. A esfera pública não é mais obscurecida pelos meios de comunicação de massa.

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdo, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tornado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana. Descobrimos que o mundo da vida é um reservatório para interações simples; e os sistemas de ação e de saber especializados, que se formam no interior do mundo da vida, continuam vinculados a ele. Eles se ligam a funções gerais de reprodução do mundo da vida (como é o caso da religião, da escola e da família), ou a diferentes aspectos de validade do saber comunicado através da linguagem comum (como é o caso da ciência, da moral, da arte). Todavia, a esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções nem com os conteúdos da comunicação cotidiana. (HABERMAS, 1997, p.92).

Nesse contexto, a opinião pública adquire o poder de interferir na formação da vontade das pessoas por meio da influência gerada nas diversas vozes que atuam nessa arena.

Na esfera pública luta-se por influência, pois ela se forma nessa esfera. Nessa luta não se aplica somente a influência política já adquirida (de funcionários comprovados, de partidos estabelecidos ou de grupos conhecidos, tais como o Greenpeace, a Anistia Internacional, etc.), mas também o prestígio de grupos de pessoas e de especialistas que conquistaram sua influência através de esferas públicas especiais (por exemplo, a autoridade de membros da igreja, a notoriedade de literatos e artistas, a reputação de cientistas, o renome de astros do esporte, do showbusiness, etc.) A partir do momento em que o espaço público se estende para além do contexto das interações simples, entra em cena uma diferenciação que distingue entre organizadores, oradores e ouvintes, entre arena e galeria, entre palco e espaço reservado ao público espectador. (HABERMAS, 1997, p. 95-96)

Prosseguindo com o pensamento, Habermas (1997) fala, ainda, da necessidade de uma deliberação para que haja a legitimidade nas decisões tomadas no âmbito da democracia. Seguindo esse pensamento, Cox se refere a uma esfera pública verde, que significa “o domínio de influência criado quando indivíduos envolvem outros em comunicação – através de conversação, argumentação, debate ou questionamento – sobre assuntos de interesse compartilhado ou tópicos que afetam a comunidade abrangente” (2010, p.26).

Segundo Cox, essa esfera é movida tanto por palavras quanto por ações simbólicas visuais e não verbais. São fotografias, filmes, banners, ocupações de espaços públicos entre outros que provocam discussão, debate e questionamento de políticas ambientais tanto quanto os editoriais, pronunciamentos políticos e noticiários de TV.

Quando engajamos outros em conversações, questionamentos ou debate, nós traduzimos nossas preocupações particulares para o âmbito público e desta forma criamos esferas de influência, que afetam como nós e os outros vemos o meio ambiente e nossa relação com ele. Essas traduções de conceitos particulares para o âmbito público ocorrem no alcance de fóruns e práticas que dão origem a algo semelhante a uma esfera pública ambiental – de uma conversa em um clube de ecologia local a testemunhos científicos antes do comitê. Em audições públicas, editoriais de jornais, alertas da web, discursos de comícios, festivais de rua e incontáveis outras ocasiões onde nós engajamos outros em conversações, debates e outras formas de ações simbólicas, a esfera pública emerge como uma potencial esfera de influência (COX, 2010, p.26-27).

Com esse processo, se cria a visibilidade de uma esfera pública ambiental, onde mediações de pontos de vista e interesses diversos ocorrem. Para isso é necessária a atuação de interlocutores, que o autor chama de “vozes”.

Toda a esfera pública está em negociação com diferentes vozes que procuram influenciar decisões e o próprio meio ambiente. Na esfera pública verde, Cox (2010) identifica sete tipos de que participam do debate ambiental, conseqüentemente influenciam na formação da opinião pública a respeito do tema. Segundo o autor, elas remetem a grupos

distintos que interagem e se enfrentam com seus interesses e objetivos próprios. São eles: 1) cidadãos e associações comunitárias; 2) grupos de meio ambiente; 3) cientistas e o discurso científico; 4) corporações e seus lobistas; 5) grupos anti-ambientalistas; 6) mídia e jornalismo ambiental; 7) oficiais públicos e reguladores. Além de influenciadores, cada um desses grupos, segundo Cox, também são importantes agentes de mudanças ambientais.

Para este trabalho vamos destacar o grupo formado pela mídia e jornalismo ambiental, cujo foco está “na forma em que os noticiários, a publicidade, programas comerciais, e sites de internet retratam a natureza e os problemas ambientais” (COX, 2010, p.17). Ainda segundo Cox, “Meios de comunicação atuam não apenas como vozes em sua cobertura de questões e eventos, mas também como conduítes para outras vozes que procuram influenciar atitudes do público” (2010, p.34).

Cox ainda diz que, por meio da função do agendamento, os meios de comunicação também se configuram como uma forte influência sobre os temas ambientais, ao definir dentro de uma diversidade de vozes e pontos de vista, aqueles que receberão maior visibilidade, bem como seus enquadramentos ao serem veiculados.

Essa influência recebida da mídia pode, segundo Cox, contribuir com a compreensão que o espectador tem com o mundo natural, suas questões e problemas. Nesse contexto, a comunicação ambiental se torna importante, pois é, segundo ele “o veículo pragmático e constitutivo da nossa compreensão sobre o meio ambiente, bem como das nossas relações com o mundo natural; o meio simbólico utilizado na construção dos problemas ambientais e na negociação de diferentes respostas da sociedade a eles” (COX, 2010, p.20).

A comunicação ambiental se torna constitutiva quando cria representações da natureza e dos problemas ambientais de uma maneira que possam ser compreendidos. E é pragmática quando aponta soluções para esses problemas, por meio do estudo dos efeitos que esse tipo de comunicação possui sobre a forma como o sujeito percebe o meio ambiente e a relação que ele tem com a natureza.

Para Cox (2010) é preciso que todos tomem parte do debate sobre o meio ambiente, no âmbito global ou local, pois isso afeta de maneira direta o ambiente social, econômico e político em que se vive.

A televisão se configura enquanto voz importante na esfera pública, com poder de influenciar esse debate e a criação da opinião pública sobre o meio ambiente. A Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 confirma essa relevância:

As pessoas assistem à televisão, principalmente, para se informar (79%), como diversão e entretenimento (67%), para passar o tempo livre (32%) e por causa de um programa específico (19%). Mas não é baixo o percentual de entrevistados que declaram ter esse meio de comunicação como uma companhia (11%) (BRASIL, 2015, p.15)

Porém, de um modo geral, o que se enxerga naquilo que é veiculado a respeito do tema é um conceito vago sobre algo amplo. O discurso desse veículo midiático, de um modo em geral, tende sempre a ser mais generalizado.

Fatalmente, tais indefinições e vagezas dos conceitos centrais da temática ambiental ou ecológica permeiam os textos midiáticos que, de certo modo, até acentuam essas características, haja vista ser próprio dos media a pretensão a uma linguagem universal ou ao menos consumível pelo maior número possível de espectadores/ouvintes/leitores. Buscar uma definição própria seria, para a mídia, a sua inserção setorizada no debate semântico, o que cabe a outros atores sociais. (DUTRA, 2009, p 149)

O que se observa, de um modo geral, na programação televisiva, é uma tendência em se reduzir o meio ambiente a paisagens exuberantes e curiosidades sobre fauna e flora, o que Trigueiro (2003) afirma se tratar de um erro.

O fato é que reduzir o meio ambiente à fauna e à flora é, definitivamente, um erro de grandes proporções. E esse é um ponto fundamental na área da comunicação, porque obriga os profissionais de mídia a perceberem a realidade de uma forma inteiramente nova e, sob alguns aspectos, revolucionária: no mundo moderno, onde o conhecimento encontra-se fragmentado, compartimentado em áreas que muitas vezes não se comunicam, a discussão ambiental resgata o sentido holístico, o caráter multidisciplinar que permeia todas as áreas do conhecimento, e nos induz a uma leitura da realidade onde tudo está conectado, interligado, relacionado. (TRIGUEIRO, 2003, p.77/78)

Justamente esse caráter multidisciplinar do meio ambiente faz com que haja a necessidade de uma definição daquilo que o tema engloba. A falta disso e o tratamento vago implicam, dentro da mídia televisiva não especializada, uma abordagem menos aprofundada dos temas ambientais, sobretudo nos telejornais diários.

O meio ambiente é sim, fauna, flora e exuberância, mas não se resume apenas a isso. Também engloba crescimento econômico, lutas políticas, comportamentos sociais. Dutra (2009) diz que os conceitos de desenvolvimento sustentável e biodiversidade são tão próximos que chegam a ser sinônimos.

Com base nessa proximidade, esta dissertação fará uma união das duas definições. Ou seja, o termo meio ambiente será compreendido como algo amplo, que abrange tudo aquilo

que remeta à problemática ambiental. Desde a natureza propriamente dita à sua relação com o desenvolvimento sustentável – que, como já dito, relaciona desenvolvimento econômico e social com a biodiversidade.

Capítulo 2– O meio ambiente na mídia

2.1 O jornalismo como ferramenta para a construção da realidade

Como já foi dito, os meios de comunicação de massa desempenham um papel fundamental no debate presente na esfera pública e na conseqüente formação de uma opinião pública. Na televisão, no rádio, no jornal, ou um site da internet se encontram, dentro de uma gama variada, conteúdos produzidos pela chamada “grande mídia²” com o intuito de informar.

Os meios de comunicação são instituições que desfrutam de grande prestígio na sociedade. A participação dos meios de comunicação na difusão do conhecimento é mediática, ou seja, atua como referencial do mundo exterior, um sistema de representações que interage com o conhecimento pessoal direto, adquirido pelo indivíduo por meio de sua formação cultural, convivência social e experiência própria. Tudo isso indica que a mídia, no mundo atual, desempenha um papel significativo na constituição e difusão de representações sociais. (FERNANDES, 2001, p.2)

Dessa forma, também não é novidade afirmar que esses mesmos meios de comunicação são ferramentas capazes de promover mudanças nas representações da realidade. Isso ocorre por meio das mensagens enviadas, que são assimiladas e decodificadas pelo observador, da mesma forma com que possibilita às pessoas tomarem conhecimento do mundo que as cerca. Isso inclui todas as áreas do conhecimento, inclusive o meio ambiente.

Os meios de comunicação são responsáveis pela ampla difusão de informações sobre a problemática ambiental. Torna-se um elemento essencial para a consecução de caminhos que levem à solução dos conflitos de interesses políticos e econômicos, tornando-se um fator limitante para o alcance de uma visão globalizante do meio ambiente. (FERNANDES, 2001, p.2)

Para Ramos (1995, p.14) um tema que vem sendo trabalhado pela mídia de um modo em geral.

Nos últimos anos tem-se verificado um aumento significativo de publicações, documentários, campanhas de publicidade sobre o meio ambiente, mas é, sobretudo por meio dos jornais e da televisão que as questões ambientais têm chegado ao conhecimento, pela primeira vez, de segmentos da sociedade que nunca tinham tido acesso ao tema, já que, até então, essas informações circulavam basicamente em espaços restritos, na comunidade científica, em seminários e palestras, em publicações especializadas, revistas técnicas e livros.

² Expressão usada para designar os veículos tradicionais dentro de um sistema de comunicação com fins comerciais como a televisão, rádio, jornais e revistas impressos (e suas versões on-line), sites de notícias, entre outros.

O autor ainda afirma que tanto os jornais quanto a televisão se constituem na principal fonte de informação para uma expressiva camada da população. Para ele, esses veículos têm um papel decisivo no processo de opinião sobre a problemática ambiental.

Atualmente, mesmo com a popularização da internet, que ocasiona uma menor dependência da grande mídia devido à possibilidade da produção de conteúdo pelos próprios usuários, principalmente por meio das redes sociais, ainda podemos considerar a televisão como uma fonte significativa de informação para a população.

Com todo seu potencial de entretenimento e quase onipresente nos domicílios, a mídia televisiva leva diariamente informações a grandes audiências, exercendo o poder de educar segmentos sociais que não têm acesso a outros meios de comunicação. Essa possibilidade de transmitir noções – corretas ou não – de educação para a cidadania pode se dar ao longo de toda programação, em novelas, filmes, minisséries, programas de auditório, programas femininos, desenhos... (BARBOSA, 2010 p.52/53)

A televisão também possui sua parcela de responsabilidade na divulgação da informação ambiental. O poder desse veículo de comunicação em provocar, entre aqueles que o assistem, discussões a respeito do que é veiculado é grande. Desta forma, existe uma interferência no processo de produção e reprodução da realidade. “Objetos diferentes apresentam-se à consciência como constituintes de diferentes esferas da realidade”. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 37).

Tal veículo tem como característica o uso de uma linguagem que se adequa ao nível de compreensão das massas. A mensagem veiculada é pensada pelos “imaginadores” de Flusser. “Tudo o que o imaginador precisa fazer é imaginar as imagens e obrigar o aparelho a produzi-las” (FLUSSER, 2008, p.41). Porém para que a mensagem cumpra seu papel, é necessário que o telespectador assimile o conteúdo pretendido, aquilo que foi pensado, produzido e pautado dentro da lógica de consumo que é seguida pela televisão.

É importante não esquecer que existem interesses por trás daquilo que é produzido pela mídia. Barbosa (2010) explica que, invariavelmente, o discurso televisivo vem subsidiado por questões políticas e econômicas.

As tevês, com raras exceções, representadas pelas tevês educativas financeiramente dependentes do governo, são diretamente dependentes do mercado. É o critério do índice de audiência que define o valor da inserção comercial, que irá garantir, ou não, se um programa terá sucesso de público ou se, em caso contrário deverá passar por reformulações ou ser tirado do ar. (BARBOSA 2010, p53)

É preciso audiência para que um programa se mantenha no ar. Ao garantir o maior público possível, se consegue retorno em publicidade paga.

Além disso, os produtos da mídia, como no caso da televisão de circuito aberto [...] são produtos de uma indústria de informação e entretenimento, logo, não objetivam uma causa, porém destinam-se ao mercado de bens simbólicos. E desse mercado partem coerções determinantes de suas condições de produção e circulação. (DUTRA, 2009, p.149)

A televisão (bem como os meios de comunicação em geral) enquanto parte de uma cadeia industrial precisa produzir lucro. São empresas que seguem estratégias de mercado e se esforçam para manter a audiência. É como Verón (2004) pensa ao se referir à lógica dos anunciantes.

O principal interesse em produzir e conservar um coletivo de receptores é, evidentemente, poder valorizá-lo e vendê-lo a anunciantes, sendo a venda do espaço a apoteose do processo de valorização da mídia enquanto mercadoria cultural. (VERÓN, 2004, p.281)

Ideia semelhante é encontrada em Hall (2003). Para o autor, a produção do conteúdo se relaciona com o consumo. Trata-se de um ciclo em que o consumo determina o que é produzido e vice-versa.

É nessa forma discursiva que a circulação do ‘produto’ se realiza. [...] bem com sua distribuição para diferentes audiências. Uma vez concluído, o discurso deve então ser traduzido – transformado de novo – em práticas sociais, para que o circuito ao mesmo tempo se complete e produza efeitos. Se nenhum ‘sentido’ é apreendido, não pode haver consumo. Se o sentido não é articulado em prática, ele não tem efeito. (HALL, 2003, p.388)

É justamente seguindo esse ciclo de consumo que se determina o que será veiculado. A televisão filtra e define o que é de interesse da população. Isso afeta diretamente os modos de produção do discurso de tal veículo. A escolha de um assunto e a forma de abordá-lo não depende da vontade do telespectador. “Este fica em segundo plano, subjugado pelos interesses políticos e econômicos do grupo empresarial responsável pelo veículo de comunicação” (BARBOSA, 2010, p.57).

Não se afirma, aqui, que o telespectador é refém daquilo que a televisão envia para ele, ou incapaz de ter sua própria opinião crítica dos fatos. Pelo contrário, admite-se o conceito de público-participativo, algo que Vizeu afirma ser comum.

É cada vez mais frequente nos telejornais brasileiros a participação do que provisoriamente denominados de público-participativo (entendido aqui como a audiência comunicativa-interativa-participativa), muito próximo ao conceito proposto por Barker (2003) de audiência ativa (VIZEU, 2010, p.85)

Esse público é capaz de interagir com os telejornais que, cada vez mais, fazem uso de registros imagéticos feitos por meio de celulares e câmeras digitais de fatos cotidianos que são notícia. Porém os modos de apropriação do conteúdo são heterogêneos. Uma mesma modalidade discursiva tem receptores diferentes. É o que Verón (2004) diz sobre a

diversidade de apropriação do conteúdo. Para o teórico, os modos de apropriação das mídias permanecem heterogêneos e diversificados.

Em outras palavras, que a lógica econômica de valorização das mídias ante os mercados de consumo, de uma parte, e as lógicas em ação na sociocultura dos receptores, de outra, serão sempre submetidas a múltiplos deslocamentos. (VERÓN, 2004, p.284)

Cada um se apropria e interpreta de uma maneira própria aquilo que a televisão oferece. A troca de informações é que faz com que haja o compartilhamento, que por sua vez vem daquilo que é ofertado pela televisão ao espectador. Como já dito, o que a mídia constrói pode ajudar a criar imagens da realidade. Um telejornal traz em forma de notícia, assuntos que por sua vez foram selecionados entre vários existentes. Por integrarem o conteúdo de tal programa, esses assuntos acabam ganhando projeção social.

2.2 A seleção do acontecimento e os valores-notícia

Para Cox (2010), o Agendamento (*Agenda-Setting*) é uma das teorias da mídia que melhor se aplicam às notícias ambientais. Vale lembrar que, o agendamento trata da capacidade da mídia de influenciar a percepção do público sobre aquilo que é mais relevante ou importante e desta forma pautar os assuntos da esfera pública.

Na sua seleção diária e apresentação das notícias, os editores e diretores da redação focam nossa atenção e influenciam nossas percepções naqueles que são as mais importantes questões do dia a dia. Esta habilidade de influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública veio a ser chamada da função de agendamento dos veículos noticiosos. (MCCOMBS, 2009, p. 17/18)

O agendamento admite que o público-participativo tenda a considerar importante aquilo que é veiculado pela mídia. Isso sugere que os meios de comunicação acabam por agendar as conversas da sociedade. É como se a mídia dissesse às pessoas o que falar.

É também através da mídia que a sociedade pauta suas discussões diárias. A teoria do agenda-setting está estritamente ligada à produção de notícias e surgiu com o objetivo de estudar os efeitos dos media na sociedade (OLIVEIRA E SOARES, 2007, p. 7)

Isso mostra que os meios de comunicação podem ter efeito direto sobre as pessoas e consiste em dizer que as agendas (da mídia e do público) estão correlacionadas, visto que numa sociedade de massa a percepção pública dos temas de relevância também pode ser construída com base nas informações que a mídia veicula.

Cox (2010) concorda com McCombs (2009) ao dizer que Cohen (1963) foi o primeiro a sugerir a ideia do agendamento para distinguir entre a opinião individual (aquilo que as pessoas acreditam) e a percepção do público sobre aquilo que é mais relevante ou importante em um assunto.

Esta distinção entre a influência dos veículos noticiosos na saliência dos assuntos e as opiniões específicas sobre esses temas é sumariada na opinião de Bernard Cohen de que os veículos noticiosos podem não ser bem-sucedidos em dizer às pessoas o que dizer, mas são surpreendentemente bem-sucedidos em dizer às audiências sobre o que pensar. (MCCOMBS, 2009, p. 19)

Cox (2010) diz que o agendamento ganhou bastante influência em muitas pesquisas de comunicação ambiental sobre os efeitos da mídia, embora, por vezes, os resultados tenham sido conflitantes. Ele cita como exemplo a experiência de alguns autores:

Por um lado, Iyengar e Kinder (1987) encontraram evidências firmes do efeito do agendamento em seu estudo de notícias na televisão, no qual os espectadores avaliaram a importância de um maior foco no meio ambiente depois de ver o aumento da cobertura de notícias de poluição ambiental. E Eyal, Winter e DeGeorge (1981) e Ader (1995) descobriram que o efeito agenda é especialmente forte para as questões tidas como importunas. Este efeito é mais aparente no realce da mídia sobre as percepções do público a respeito de risco ou perigo para os recursos naturais” (COX, 2010, -175).

É importante lembrar que o poder de agendamento não é algo absoluto. Pode ser feito em duas vias: a mídia agenda o público e vice versa. Como diz McCombs:

A Teoria da Agenda não é o retorno à teoria da bala ou hipodérmica sobre os poderosos efeitos da mídia. Nem os membros da audiência são considerados autômatos esperando para serem programados pelos veículos noticiosos. Mas a Teoria da Agenda atribui um papel central aos veículos noticiosos por serem capazes de definir itens para a agenda pública. Ou, parafraseando Lippman, a informação fornecida pelos veículos noticiosos joga um papel central na constituição de nossas imagens da realidade. E, além disso, é o conjunto total da informação fornecida pelos veículos noticiosos que influencia estas imagens. (MCCOMBS, 2009, p. 17/18)

Apesar da importância e da aplicabilidade do agendamento à comunicação ambiental, Cox (2010) admite a necessidade de se buscar outras abordagens.

Enquanto a hipótese da Agenda-Setting pode explicar ao público a importância de um problema, ela não tem a pretensão de explicar o que as pessoas pensam sobre esta questão. Portanto, é importante para nós olhar para outras teorias que incidem sobre o papel dos meios de comunicação na construção de significado ou formas de compreender as preocupações ambientais (COX, 2010, p.176).

Quando executa um recorte da realidade, a mídia dá sentido à notícia. Faz isso por meio de escolhas, selecionando aspectos que considera mais relevantes em detrimento de outros. Dessa forma, não é incorreto afirmar que parte daquilo que a sociedade percebe enquanto relevante é resultado de um filtro midiático, construído por meio dos valores-notícias que

Traquina (2005) chama de “elemento básico da cultura jornalística que os membros desta comunidade interpretativa partilham.” (p.94).

Traquina (2005) ao dizer que os valores-notícia “Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado” (p.77), os distingue em duas categorias: A primeira trata dos valores-notícia de seleção, que trata dos critérios usados pelos jornalistas para selecionar os acontecimentos e os transformar em notícia, “isto é, na decisão de escolher um acontecimento como candidato à sua transformação em notícia e esquecer outro acontecimento” (TRAQUINA, 2005, p.78). Os critérios de seleção são divididos em substantivos e contextuais. Os substantivos dizem respeito à avaliação direta que se faz do acontecimento em termos de importância enquanto notícia. São eles: morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito e infração. Os contextuais se relacionam com o contexto em que a notícia é produzida. Entre os valores-notícias desse subgrupo estão: disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e o dia noticioso.

A segunda categoria trata dos valores-notícia de construção, que se referem aos “critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (TRAQUINA, 2005, p.91) São eles: simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

Vários autores categorizam a notícia de forma a definir tais valores. Tuchmann (1983), por exemplo, identifica cinco tipos: duras, brandas, súbitas, em desenvolvimento e notícias de sequência. Essa classificação serve para diferenciá-las “entre as classes de conteúdo informativo ou tema dos eventos como eles estão enquanto notícias” (p.59).

As duras são as factuais, “um assassinato, um acidente entre um trem e um caminhão, um assalto a banco, uma proposta de lei... e um incêndio pela manhã” (TUCHMANN, 1983, p.60). Em contraste, as notícias brandas podem ser consideradas aquelas que relatam o interesse humano, as notícias frias, que podem ir para a gaveta. “Alguns exemplos de relatos de notícias brandas: um item sobre um motorista de ônibus de uma grande cidade que oferece um cordial “bom dia” a cada passageiro em seu trajeto no início da manhã” (TUCHMANN, 1983, p.60).

Mesmo assim, a autora lembra que é difícil diferenciar os dois tipos de notícia, pois elas, frequentemente, se confundem entre si.

Muitas vezes é difícil, senão impossível decidir se acontecimento é importante ou interessante ou se é interessante e importante ao mesmo tempo. Sem dúvidas o

mesmo acontecimento pode ser tratado como o relato de uma notícia dura ou de uma notícia branda” (TUCHMANN,1983, p.60-61)

A mesma dificuldade de distinção entre notícias duras e brandas ocorre entre as notícias súbitas e em desenvolvimento. A autora diz que estas aparecem como subclassificações das notícias duras. Ambas são caracterizadas por acontecimentos não programados, como incêndios e acidentes. Ela também explica que a diferença está na quantidade de informação disponível em cada acontecimento. O inesperado classifica as notícias subidas, enquanto as notícias em desenvolvimento vão se modificando ao longo do dia.

Já nas notícias de sequência, existe um calendário prévio “uma série de acontecimentos sobre o mesmo tema, baseados em acontecimentos que estariam ocorrendo durante um período” (TUCHMANN, 1983, p.62).

Falando especificamente do telejornalismo, Vizeu (2005) diz que “os valores notícia, praticamente infinitos, agrupam-se em cinco grandes categorias que, por sua vez, se dividem em outras tantas” (p.27). São elas:

- 1) Substantivas. Ligadas ao fato em si e seus personagens.
- 2) Relativas ao produto. Têm a ver com a disponibilidade de materiais e características específicas do produto informativo, dependem acessibilidade ao fato no que se refere à sua localização ou à rapidez com que uma equipe pode ser deslocada até o local onde o mesmo ocorreu e ainda do seu potencial de dramaticidade e capacidade de entretenimento.
- 3) Relativas aos meios de informação. Se relacionam com a quantidade de tempo utilizado que a informação seja veiculada. Isso quer dependem mais da forma como a informação é veiculada que do assunto em si.
- 4) Relativas ao público. Tratam da imagem que os jornalistas têm do público. “Mas, mais do que isso, o profissional, em geral, se sente autossuficiente e imagina que seu interesse é o de informar, indiferentemente às expectativas e desejos do público” (VIZEU, 2005, p.31-32).
- 5) Relativas à concorrência. As empresas de comunicação disputam audiência entre si e procuram descobrir, com antecedência, o que o concorrente vai pôr no ar. “O objetivo é neutralizar as manobras do adversário” (VIZEU, 2005, p.32)

Os jornalistas utilizam os valores-notícia para fazer uma seleção do que acontece no mundo real e constroem, a partir deles, histórias sobre a realidade. Para isso, é preciso que

sejam identificados os critérios de noticiabilidade de determinado acontecimento. Em outras palavras, se eles possuem algum valor-notícia.

Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (“*newsworthiness*”). (TRAQUINA, 2005, p.63, com grifo do autor)

Guerra (2014) concorda ao entender que os valores-notícia são tanto critérios de seleção que o jornalista usa para reconhecer os fatos noticiáveis, quanto as características dos acontecimentos cuja identificação os torna potencialmente noticiáveis. “Os valores-notícia justificam, em última instância, a qualidade jornalística da notícia” (GUERRA, 2014, p.41)

Os valores-notícia fazem parte da rotina do jornalismo, e conseqüentemente, também são influenciados pela política editorial da empresa jornalística. O processo de seleção dos acontecimentos obedece aos mesmos interesses políticos e econômicos impostos pelas estratégias de mercado e pelo ciclo de consumo resultantes da busca pela audiência, conforme mencionamos anteriormente.

Os fragmentos da realidade apresentados nas notícias veiculadas pela mídia possibilitam ao receptor formar uma visão do mundo que o cerca, com suas condições e contradições. Desta maneira, criar uma moldura da própria realidade, utilizada para interpretar os eventos aos quais tem acesso.

Quando promove recortes do que é noticiado por meio da seleção ou até mesmo da exclusão de alguns aspectos do acontecimento, a prática jornalística difunde aquilo que acredita ser importante enquanto evento. Para se construir uma notícia é preciso utilizar o que se chama de enquadramento (*Framming*), um dispositivo que estabelece o que vai ser selecionado e quais ênfases serão dadas na hora de se elaborar a notícia e construir a história a ser veiculada.

De um modo geral, a ideia de framing ou enquadramento se relaciona aos ângulos de abordagem dados aos assuntos pautados pelos meios de comunicação. No âmbito dos estudos sobre os efeitos da mídia, o termo designa a “moldura” de referência construída para os temas e acontecimentos midiáticos que, por sua vez, também é utilizada pela audiência na interpretação desses mesmos eventos. O frame seria justamente o quadro a partir do qual um determinado tema é pautado e, conseqüentemente, processado e discutido na esfera pública. (GUTTMAN, 2006, p.33)

Guttman prossegue afirmando que conceito de enquadramento surgiu na década de 1970, com Goffman (2006), que o define do seguinte modo:

Parto do princípio de que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; *enquadramento* é a palavra que eu uso para referir-se a estes elementos básicos, que sou capaz de identificar. Esta é minha definição de *enquadramento*. Minha expressão *análise do enquadramento* é um slogan para referir-me, nesses termos, ao exame da organização da experiência. (GOFFMAN, 2006, p.11, com grifos do autor).

Para Goffman, esse conceito não trata de como se organiza a estrutura da sociedade, mas na forma como cada sujeito se envolve subjetivamente numa dada situação social.

O enquadramento entra como uma forma de cognição que o sujeito utiliza para perceber a realidade social em que está inserido. Ele interpreta a cena, observa, identifica e cataloga acontecimentos e informações por meio de “molduras” próprias. Para isso, utiliza um repertório que adquiriu ao longo de sua existência, de sua inserção no mundo. Constrói significados e encontra uma ênfase particular que se sobrepõe aos demais aspectos da totalidade da cena. É o que Goffman define como marcos de referência primários.

Quando um indivíduo em nossa sociedade ocidental reconhece um determinado acontecimento, faça o que fizer, tende a envolver em sua resposta (e mesmo a usar) um ou mais marcos de referência ou esquemas interpretativos de um tipo que chamamos de primário. Digo primário porque a principal aplicação desse marco de referência ou perspectiva, por aqueles que o aplicam, são considerados como não dependentes – ou não remetem – a nenhuma interpretação anterior ou “original”; um marco de referência primário é aquele que se considera que converte em algo que tem sentido o que de outra maneira seria um aspecto sem sentido da cena. (GOFFMAN, 2006, p.23)

Isso implica a seleção de um ponto particular, diante da totalidade do que é veiculado. Os marcos de referência proporcionam uma base de entendimento dos acontecimentos sociais. Os atos da vida cotidiana são compreensíveis tendo como base determinado marco que os informa. Cada marco segue suas próprias regras, de acordo com o contexto e a situação em que se encontram, bem como o receptor que fará uso dele. “Em suma, tendemos então, a perceber os acontecimentos em termos de marcos de referência primários, e o tipo de marco de referência que empregamos proporciona uma maneira de descrever o acontecimento a que se aplica” (GOFFMAN, 2006, p. 27). Segundo o autor, o olhar sobre alguma coisa ou fato, dificilmente não será investido de algum marco de referência primário. Isso atua no ato de presumir fatos ocorridos previamente. Dessa forma, existe uma antecipação das expectativas sobre eventos sucessivos.

É por meio do enquadramento que se configura a notícia. Ao dar uma visão selecionada dos fatos da realidade, o conceito acaba direcionando a narrativa noticiosa para determinada

direção, em meio a tantas outras possíveis. Em consequência disso, é possível se obter tanto coberturas jornalísticas abrangentes, detalhadas e plurais, quanto tendenciosas e superficiais.

Para Cox (2010), a escolha de um enquadramento em uma história ambiental é importante. Ele usa a ideia de Lippman (1922) para dizer que o meio ambiente é algo grandioso e complexo e que o ser humano não está equipado para lidar com tantas combinações, variedades, permutas e sutilezas. É preciso que se reconstrua esse meio ambiente em algo mais simples, para que ele possa ser administrado. Logo, “como resultado, os jornalistas têm procurado maneiras de simplificar os quadros fazer ‘mapas do mundo’ para se comunicar suas histórias” (COX, 2012, p.163)

Ele diz ainda que quadros diferentes levam a significados diferentes e que o enquadramento ajuda o público a lidar com a problemática ambiental, relacionando-a com ideias e suposições familiares sobre a forma com o percebem o mundo a sua volta. Para o autor, escolher o frame correto se torna especialmente importante por causa da “onda de notícias complexas, sobre temas ambientais, como as alterações climáticas” (p.163). Cox também explica que alguns estudiosos observam que o enquadramento, muitas vezes, funciona de forma retórica para sustentar discursos de dominância a respeito da economia e da natureza, por exemplo. “As partes num conflito ambiental - ambientalistas, proprietários, cidadãos, empresas, cientistas, e assim por diante - em algum momento competem para influenciar a elaboração de uma notícia” (COX, 2010, p.165).

Vale lembrar que a notícia não é o resultado de um ponto de vista utilizado para construir a realidade enquanto fenômeno social. É fruto de uma seletividade dos fatos de determinado acontecimento, considerados ou não importantes para o público a quem ela se destina. Tal conceito é encontrado no pensamento de diversos outros autores.

Cohn (2001), por exemplo, levanta uma questão sobre a seletividade da informação e sua orientação básica no sentido da inclusão/exclusão.

Trata-se estritamente de traçar uma diferença, mediante a divisão de um aspecto qualquer do mundo em dois campos, separados por uma linha que permite ignorar tudo o que fica de um lado e considerar somente o que fica do outro. [...] A informação apareceria como um ato básico de discriminação. (COHN, 2001, p.44).

Para ele, a informação é um processo seletivo que exclui elementos considerados insignificantes. Charaudeau (2006) concorda: “Ora, toda escolha se caracteriza por aquilo que retém ou despreza; a escolha põe em evidência certos fatos deixando outros à sombra” (p. 38).

O autor parte da ideia de que, quando há a captura da realidade isso não acontece sem que haja um filtro particular do que se quer captar. “Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade” (CHARAUDEAU, 2006, p.131). Ou seja, realiza-se uma fragmentação do real. Constrói-se um real, a partir da seleção de acontecimentos que serão noticiados.

Por trás do discurso midiático, não há um espaço social mascarado, deformado ou parcelado por esse discurso. O espaço social é uma realidade empírica compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torná-lo inteligível. (CHARAUDEAU, 2006, p.131)

Charaudeau ainda diz que “É preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais” (p.131). Em outras palavras, para que o acontecimento exista é necessário nomeá-lo. O acontecimento, não tem significado em si. Apenas significa enquanto acontecimento em um discurso.

Essa seleção dos acontecimentos que entrarão na ordem do discurso midiático vai ser feita através de um filtro que a mídia realiza em função de dados que se relacionam com as noções de tempo, espaço e hierarquia de acordo com a importância do fato. Berger e Luckmann complementam essa ideia colocando junto ao acontecimento, a criação da consciência.

A consciência é sempre intencional; sempre “tende para” ou é dirigida para objetos, nunca podemos apreender um suposto abstrato de consciência enquanto tal, mas somente a consciência de tal ou qual coisa. Isto assim é, pouco importando que o objeto da experiência seja experimentado como pertencendo a um mundo físico externo ou apreendido como elemento de uma realidade subjetiva inferior. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.37)

Charaudeau, explica que o processo de informar é feito e destinado por instâncias humanas, por isso é carregado de intencionalidade e desta forma se torna construtor de sentido. “A seleção dos acontecimentos, operada pelas mídias, impõe certo recorte do espaço público e certa configuração do acontecimento”. (CHARAUDEAU, 2006, p.137).

O autor admite existir manipulação, porém, não necessariamente, proposital. Isso acontece pelo fato de que as mídias impõem suas escolhas dos acontecimentos, principalmente porque segundo o autor, apesar de correlacionadas, a agenda midiática nem sempre é a mesma que a política e a cidadã.

Esse caráter seletivo da informação, antes dela ser noticiada, também é fruto de uma série de práticas jornalísticas como o posicionamento ético, a escolha das fontes e o meio por onde se obteve e a checagem de tal informação, entre outras. A postura do profissional ou do

veículo que opta por determinado assunto em detrimento de outros também pode ser inserida nessas práticas. É o que parece acontecer com o meio ambiente no telejornal.

2.3 Meio ambiente refém das datas temáticas e do factual

O jornalismo é uma ferramenta importante para que a sociedade possa conhecer tanto a si mesma, quanto o que acontece em seu interior nas mais variadas áreas. Sob esse ponto de vista, Carvalho afirma que:

A cobertura jornalística é reveladora das contradições sociais, dos jogos de poder, da diversidade de visões de mundo (culturais, científicas, comportamentais, éticas, morais, religiosas e tantas outras) e dos múltiplos interesses em disputa, elementos que, a propósito, constituem, não por acaso, os objetos mesmo da tessitura noticiosa que cotidianamente nos apresentam os veículos informativos impressos e eletrônicos (CARVALHO, 2009 p.01)

A televisão, como já dito, também é um importante canal por onde a população pode tomar conhecimento da realidade em que está inserida, inclusive a respeito dos problemas ambientais.

Dentro da programação televisiva, o telejornal possui um papel considerável nesse processo. Ao divulgar notícias de caráter ambiental, coloca o tema em discussão na esfera pública.

Essa democratização da notícia possibilita que a informação mostre tanto os fatos geradores da crise ambiental quanto seus efeitos no cotidiano das pessoas. Dessa forma, é possível criar a possibilidade de uma consciência e atitudes críticas. O papel desse tipo de programa se torna decisivo no processo de formação da opinião sobre a problemática do meio ambiente.

Porém a impressão que se tem é que, mesmo com acesso ao conteúdo divulgado sobre o que afeta o meio ambiente, a população está mais preocupada com outros assuntos considerados “mais importantes” ou de “necessidade mais imediata”, como os relacionados à segurança, à educação e à saúde pública. É claro que nesse questionamento se excluem os ativistas, ambientalistas e outros nichos diretamente preocupados com a temática.

O que existe é a sensação de que os problemas ambientais não fazem parte realidade e do cotidiano. Encontrar no telejornal a notícia de um derramamento de óleo no Golfo do México ou uma Queimada na Califórnia não afeta diretamente a vida de alguém na cidade do Recife, por exemplo. Talvez o alerta sobre a necessidade de economizar água na capital

paulista não tenha o mesmo sentido para alguém que more na Região Nordeste, onde ainda não se enxerga essa urgência. Essas, porém, são catástrofes ambientais de grande porte ou crises que aparentam ter um longo prazo para acontecer. Dessa forma, a população parece crer que os problemas ambientais estão realmente distantes, e acabam por esquecer que pequenas ações, como fechar bem uma torneira ou não queimar o lixo já seriam suficientes para minimizar essas situações que estão, literalmente, à porta.

O enquadramento que se percebe na abordagem ambiental pela mídia televisiva ajuda a esclarecer os modos como o jornalismo se relaciona com os atores sociais. Ao fazer uso de um repertório de mensagens disponibilizadas pelo telejornal e partindo de suas próprias vivências de mundo, o público forma opiniões próprias a respeito de determinada situação.

Pross e Hanno (1990) dizem que “Produzir comunicação significa, então, empregar os meios de comunicação existentes: enviar um mensageiro ou emissor” (p.158). Ou seja, a informação precisa sair de um emissor até um receptor que possa recebê-la, interpretá-la e respondê-la. Segundo Fernandes (2001), “Sabemos que há dois tipos de mensagem, ou seja, a ‘mensagem recebida’ e a ‘mensagem percebida’. Isso depende do conhecimento do receptor” (p.2). Logo, esse comportamento percebido, de que existe uma “distância” entre o cotidiano do receptor e os problemas ambientais, leva a crer na possibilidade dessa mesma distância também ter sido criada pelos profissionais responsáveis pela produção e execução do programa. Movido pela notícia, o telejornal segue o modelo da seletividade ao priorizar os assuntos abordados e definir aquilo que é interesse da população.

Na TV, a notícia é uma escolha unicamente dos jornalistas. O público não pode escolher que outros acontecimentos gostaria de tomar conhecimento. Nos outros veículos, o receptor não pode saber sobre todos os acontecimentos que poderiam ter virado notícia, mas tem uma variedade maior de assuntos à disposição. O que é apresentado nos telejornais é uma escolha exclusiva da equipe envolvida na produção do programa telejornalístico. O público pode até pautar alguma discussão, mas, ainda assim é escolha do profissional dar espaço à informação identificada. (OLIVEIRA e SOARES, 2007, p.3)

Debray (2000) diz: “Transmitimos para o que vivemos, cremos e pensamos, não venha a morrer conosco” (p.16). Ao levarmos essa ideia para o tratamento que o meio ambiente recebe do telejornal, podemos lembrar que a função dos meios é transmitir (informação, conhecimento...). E isso tem o poder de modificar comportamentos, pensamentos. A transmissão de conhecimentos ambientais se torna importante para a criação da consciência ambiental.

A transmissão de um conteúdo de sentido incorpora-o, de fato, ao seu veículo, o qual se submete à sua lei. É o caráter substancial da mediação que faz funcionar a transmissão como transsubstanciação, transmutação dinâmica e não reprodução mecânica, que tanto acrescenta quanto suprime [...] Se quisermos, tudo se conserva; e também, nada é a mesma coisa. (DEBRAY, 2000, p.43)

Se de um lado o telejornal pode influenciar a estrutura social e de outro a própria sociedade assimila e interpreta o que lhe é ofertada por ele. Nesse sentido, fica difícil definir se por causa desse aparente “desinteresse” da população, os jornalistas não procuram ser mais críticos na abordagem do meio ambiente enquanto tema noticiável, ou vice-versa.

Apesar da potencialidade dessa mídia, o que se percebe é um discurso vazio, uma falta de preocupação por parte dos jornalistas participantes do processo de confecção do telejornal, no que diz respeito às questões do meio ambiente. Isso pode ser percebido na abordagem que o tema recebe.

O meio-ambiente pode ser considerado um tema “interdisciplinar”. Segundo Ramos (1995) trata-se de uma característica da própria investigação ambiental “uma vez que os modelos tradicionais de análise compartimentalizada em áreas distintas do conhecimento se mostraram insuficientes para a abordagem dos problemas complexos que envolvem o meio ambiente” (p.29).

Essa interdisciplinaridade faz com que o tema, muitas vezes, apareça junto a outras editorias. Vem ligado aos problemas da comunidade quando surge atrelado à falta de coleta de lixo de um bairro ou um cano estourado no meio da rua. Não que estes assuntos sejam de pouca importância, mas o que se percebe nas reportagens é que a temática ambiental fica em segundo plano. Por exemplo, se fala do cano que foi consertado, mas não do prejuízo ambiental causado pelo desperdício da água que jorrou.

A ampla e irrestrita difusão de informações sobre a problemática ambiental é, portanto, um elemento essencial para a consecução dessa desejada prática interdisciplinar, ainda mais se considerarmos que o problema da interligação entre as diversas áreas do conhecimento se acentua à medida que, muitas vezes, as particularidades temáticas e o vocabulário específico de cada área dificultam o entendimento recíproco, tornando-se um fator limitante para o alcance de uma visão globalizante do meio ambiente (RAMOS, 1995, p.29)

O meio ambiente se torna protagonista quando existe o fato. Se um caminhão tanque com produtos químicos cai num rio, ou uma carga ilegal de madeira é apreendida. Em situações como essas as reportagens são realmente voltadas para o tema. O mesmo ocorre quando existe uma data comemorativa como o Dia Mundial da Água, ou eventos voltados

para o meio ambiente como o Rio+20, de importância internacional. Em ocasiões assim, o tema também é trabalhado pela mídia.

A cobertura ambiental acaba se tornando fragmentada e isolada. Ramos (1995) cita como exemplo a cobertura da mídia durante a Rio-92. Na ocasião, meio ambiente recebeu muita ênfase dos meios de comunicação, “mas, tão logo terminou a Rio-92, essa temática foi praticamente esquecida, como se os problemas ambientais tivessem desaparecido de uma hora para outra” (p.147).

O autor conclui dizendo que outros assuntos como o impeachment do então presidente Fernando Collor chamaram a atenção da mídia após a Conferência. Porém, “o que se constata é que não se deixou de falar apenas dos resultados da Rio-92, mas dos problemas ambientais como um todo (mesmo aqueles relacionados ao nosso cotidiano e que não fizeram parte da pauta de discussões da Conferência)” (p.147).

Essa realidade se reflete no dia a dia de uma redação. O que se percebe é que o meio ambiente enquanto tema noticiável fica em segundo plano. Reportagens que mostrem bons exemplos ambientais, atitudes sustentáveis, conscientização ecológica (uma universidade que distribui gratuitamente mudas de árvores, uma fábrica de vassouras que recicla garrafas pet ou um professor que ensina aos alunos como reciclar lixo, por exemplo) não costumam aparecer rotineiramente.

Ao ser mostrado, com pouca frequência, como algo de pouca importância ou não ser abordado em determinadas reportagens (como o exemplo do cano furado), o meio ambiente acaba não recebendo destaque. O que existe é uma visão fragmentada do tema que é passada ao telespectador. O meio ambiente perde espaço para outros assuntos no espelho³ do telejornal local. Vai para o final, para encerrar a edição ou fica para o dia seguinte.

Este estudo parte do pressuposto de que, reportagens, links⁴, notas e entrevistas produzidas especificamente para informar sobre o meio ambiente não são vistas com frequência nos espelhos de um telejornal e, quando aparecem, normalmente perdem destaque para notícias de outras editorias tidas como mais importantes (saúde, segurança e educação,

³ “Previsão do que será o jornal com a ordem de entrada das matérias e o tempo estipulado para cada uma delas. Ajuda a equipe a visualizar o conjunto da obra e o editor-chefe a não estourar o tempo previsto para o jornal” (BISTANE; BACELLAR, 2006, p.133).

⁴ “Ligação entre dois ou mais pontos para transmissão, ao vivo, das imagens” (BISTANE; BACELLAR, 2006, p.134)

por exemplo), que historicamente possuem lugar garantido na escalada⁵ e primeiros blocos dos telejornais.

O foco não está na maneira como os telespectadores fazem uso da informação, e sim como o conteúdo veiculado nos telejornais locais é pensado e executado produzido. O objetivo é descobrir se as pautas que envolvem o tema ambiental são pensadas no sentido de fazer valer o poder midiático de informar e atualizar as massas; de mudar sua opinião e modo de agir e pensar, ou se, simplesmente “aparecem” nas reuniões de pauta, fruto do fato (que não pode ser previsto) ou do calendário, cujas datas significativas – inclusive as ambientais – fazem parte da agenda anual de produção dos profissionais.

Como justificativa, três exemplos são tomados. O primeiro serviu como inspiração para este estudo. Trata-se do artigo “Mídia e meio ambiente: limites e possibilidades”, dos professores Cidoval Moraes de Souza e Francisco Assis Martins Fernandes da Universidade de Taubaté-SP, publicado pela Revista Ciências Humanas – UNITAU no ano de 2002.

Os autores analisam a série “Água, o bem mais precioso do mundo”, exibida pelo Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão entre os dias 27 e 31 de agosto de 2001. Era o início do século XXI e o país atravessava uma crise no setor energético. Existia o risco de apagões e a necessidade de se economizar energia.

Devidamente embasadas por números oficiais, as cinco reportagens assinadas por Vinícius Dônola abordaram assuntos como o desperdício de água no Brasil, o papel dos esgotos na contaminação das águas, exemplos de empresas que deixaram de ser poluidoras, privatização de serviços de água e esgoto, além de dar destaque à iniciativa de outros países que conseguem preservar as fontes de água. Porém, para os autores, tudo de forma superficial.

Fica evidente a superficialidade da discussão proposta: se os números convencem da existência do problema, o discurso é ingênuo em relação às causas: falta água porque há desperdício. Nessa perspectiva, a solução óbvia seria racionar. Não que o desperdício não seja um agravante, mas também não é a causa pura. Temos, ao longo da história da expansão capitalista, uma série de fatores que, com certeza, contribuíram muito mais para o agravamento desse quadro do que o desperdício. (SOUSA e FERNANDES, 2002, p. 2)

Os autores ainda destacam características alarmistas usadas durante as reportagens, servindo “como técnica de reforço para chamar atenção do telespectador para a gravidade do problema” (SOUSA e FERNANDES, 2002, p.3). Porém destacam elementos positivos na série, que chamam atenção para uma gama problemas ambientais como o desperdício, o risco

⁵ Manchetes sobre os principais assuntos do dia, que abrem o jornal. São frases curtas, cobertas ou não com imagens. (BISTANE; BACELLAR, 2006, p.133).

real da extinção das reservas de água doce e o papel do cidadão nos cuidados com o meio ambiente.

É importante destacar que a série estava atrelada a um factual da época: a crise energética. O trato direto com a água vem do fato de grande parte da energia elétrica produzida no Brasil, ser proveniente de hidrelétricas.

A série foi exibida em meio a matérias sobre violência (sequestros), corrupção, esportes e indicadores econômicos e sociais. Proporcionalmente, nos dois primeiros dias, ela ocupou o maior espaço no telejornal. Só perdeu em importância para a libertação da filha do empresário Sílvio Santos, que ficou oito dias em poder dos sequestradores, num cativado em São Paulo. A leitura possível até aqui dessa relação é que, embora os temas ambientais interessem como notícia, a abordagem não avança da mera constatação e a crítica não atravessa fronteiras estruturais, onde interesses políticos e econômicos se organizam. (SOUSA e FERNANDES, 2002, p.3)

Apesar de não ser recente, o artigo foi escolhido como exemplo por refletir, de forma ainda atual, o interesse da mídia pela temática ambiental – algo perceptível para quem vive o dia a dia de uma emissora de TV. Ao longo da semana de exibição da série, o meio ambiente perdeu espaço para outros assuntos tidos como “mais quentes”.

A abordagem nacional também reflete a maneira como o meio ambiente é trabalhado nos telejornais locais, exibidos em cada estado. Neles, é possível perceber a hipótese de que a temática aparece, principalmente, atrelada ao factual, datas específicas ou de maneira indireta, vinculada em outras editorias.

Toma-se como segundo exemplo um trabalho anterior (LIMA FILHO 2012), em que foi feita a análise das reportagens veiculadas em uma das maiores retransmissoras do Rio Grande do Norte, afiliada a uma grande emissora nacional de TV. Entre 13 de maio e 13 de julho de 2012 – um mês antes e mês após a conferência Rio+20 (realizada entre os dias 13 e 22 de junho daquele ano. O mesmo período também engloba o Dia Mundial do Meio ambiente, comemorado no dia 5 de junho).

O tratamento superficial da temática pôde ser constatado após uma pesquisa de conteúdo que englobou os programas locais da casa. Ao se utilizar como palavra-chave o termo “meio ambiente”, obteve-se o seguinte resultado: de vinte e nove inserções (reportagens, links e notas) encontradas, apenas cinco resultavam de pautas pensadas especificamente para divulgar o meio ambiente.

No telejornal do meio-dia, uma reportagem mostrou a reciclagem do lixo em algumas empresas; na edição matinal foi exibida uma reportagem sobre empregos verdes (a sustentabilidade abrindo portas no mercado de trabalho) e um link sobre um estudo dos

problemas ambientais e a situação da esquistossomose no rio Doce; no programa dominical foram ao ar duas reportagens, sobre tijolos ecológicos e construções verdes (LIMA FILHO, 2012, p. 174).

As restantes eram consequência de datas comemorativas e notícias factuais. O terceiro exemplo é semelhante ao segundo, porém traz o objeto de pesquisa desta dissertação, o telejornal diário ABTV 2ª Edição da TV Asa Branca, afiliada Rede Globo em Caruaru/PE. Foi realizada uma pesquisa de conteúdo na emissora nos mesmos moldes da anterior.

O recorte temporal escolhido foi entre 05 de maio e 05 de julho de 2013 – um mês antes e um mês após o Dia mundial do Meio Ambiente. O termo “meio ambiente” permaneceu como palavra chave. Durante o período o tema foi veiculado nove vezes nos dois telejornais de responsabilidade da TV Asa Branca (sem incluir o Bom Dia Pernambuco, de responsabilidade da Rede Globo Nordeste). Foram seis reportagens, um link, e uma nota. De todas as entradas apenas duas foram pensadas especificamente para divulgar o meio ambiente. No telejornal “ABTV 1ª Edição”, uma reportagem mostrando o problema ambiental causado pelo lixo que a população costuma jogar nos córregos da cidade de Caruaru, e no “ABTV 2ª Edição” uma reportagem mostrando uma iniciativa de recolher pneus descartados na natureza no município de Bezerros.

As demais entradas, assim como no segundo exemplo, vieram em consequência de fatos (como flagrantes de poda irregular de árvores) e eventos alusivos ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Comparando os dois últimos exemplos com o primeiro (o artigo de Moraes e Fernandes), percebe-se que a cobertura ambiental na programação televisiva local também é superficial.

Vários fatores podem justificar essa característica: desde o interesse das redações sobre o tema (que nem sempre existe), ao curto tempo disponibilizado ao produtor e repórter para apurar e executar a pauta. A falta de capacitação e especialização dos profissionais no assunto, também torna mais difícil a realização da reportagem e, por consequência, a compreensão da mesma pelo telespectador.

Os dados reforçam a hipótese de que o meio ambiente, realmente, parece ser refém do factual e das datas temáticas, e não parece ser pensado enquanto notícia. Porém, mesmo superficial, essa abordagem ambiental é importante para que se plante, aos poucos, a ideia da consciência ambiental nas pessoas. Ela poderia ser melhor trabalhada e aprofundada se o meio ambiente fosse tratado como um tema mais “noticiável” pelas emissoras.

Capítulo 3 – A Televisão e o Meio Ambiente

3.1 O meio ambiente na televisão do Brasil

Podemos considerar que foi no final dos anos 1960, com o programa Amaral Neto, o Repórter, que o meio ambiente começou a aparecer na televisão brasileira. A estreia foi em 1968, na TV Tupi. Ainda no mesmo ano passou a ser veiculado pela Rede Globo. De início, ia ao ar aos domingos, mas a partir de 1970 passou para os sábados, às 22h30, ainda dentro do chamado “horário nobre”.

Era marcado por um forte tom de aventura e pela exaltação ufanista dos temas abordados, afinado com o ideal de “Brasil grande”. Amaral Netto achava que esse espírito desbravador nas reportagens era fundamental para competir com os seriados norte-americanos da época e conquistar o público. Os assuntos eram os mais variados possíveis – a pesca da baleia no litoral do Rio Grande do Norte, as cachoeiras de Foz do Iguaçu e as atividades dos pelotões de fronteira na selva amazônica. (MEMÓRIA GLOBO, 2013, on-line)

Segundo Gonçalves (2007) o programa era visto com “bons olhos” pela censura durante a ditadura militar⁶, o que proporcionou atitudes diretas do governo em prol do meio ambiente. O tema era recorrente nas pautas e isso trouxe benefícios. Como exemplo, o autor lembra Andrade (2003) para dizer que o Atol das Rocas foi transformado na primeira reserva biológica marinha do Brasil, no ano seguinte à passagem de Amaral Neto pelo local.

Outro programa merece destaque: O Globinho Repórter, que entre 1979 e 1983 exibiu uma série de reportagens especiais sobre o meio ambiente. Na verdade, tratava-se de uma edição especial do programa Globinho, veiculado desde 1972 e com a programação voltada para o público infantil.

Globinho foi um dos primeiros programas da televisão brasileira a produzir matérias sobre problemas ecológicos. Uma série de reportagens sobre meio ambiente foi exibida aos sábados, sob o nome de Globinho Repórter. (MEMÓRIA GLOBO, 2013, on-line)

Sua apresentadora, a jornalista Paula Saldanha, também merece destaque como uma das pioneiras do meio ambiente na TV brasileira. Junto com o marido, Roberto Werneck, realizou

⁶ Amaral Neto era Deputado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O partido era favorável ao então regime político, e, segundo Gonçalves (2007) costumava utilizar equipamentos do exército, como os aviões da força aérea Brasileira (FAB) para realizar tomadas aéreas.

pela produtora RW Cine a série de reportagens exibidas pelo Globinho Repórter até 1983 quando foi tirado do ar.

Paula Saldanha, que já havia sido apresentadora do Fantástico anteriormente, voltou ao programa, dividindo a bancada com o também jornalista Celso Freitas. Apesar de não ser direcionado especificamente para o meio ambiente, o Fantástico também costuma abordar o tema. Paula Saldanha foi responsável por muitas reportagens de cunho ambiental veiculadas na época.

Entre 1987 e 1992, Paula Saldanha fechou com a Globo um contrato para fornecer ao Fantástico reportagens especiais realizadas pela RW Cine. Em 1988, após a exibição de uma das reportagens, que denunciava a ação criminosa de donos de terras na Bahia, chegou a receber ameaças anônimas. Em outra matéria, sua equipe foi a primeira a chegar à nascente do Rio Amazonas, nos Andes peruanos, a 5.500m de altitude. (MEMÓRIA GLOBO, 2013, on-line)

Em 1995, Paula Saldanha passou a apresentar e dirigir o programa Expedições, veiculado pela TV Brasil (antiga TVE) e pela TV Cultura. O Expedições continua no ar pela TV Brasil, porém, desde 2014, sofreu uma reformulação de formato. Paula Saldanha deu lugar a uma nova equipe e seu filho, Lucas Saldanha, assina a direção.

É seguindo a “esteira” de Paula Saldanha que o meio ambiente começa a ganhar mais visibilidade. Dutra (2009) explica que foi partir da década de 1980 que surgiram programas criados especificamente para o meio ambiente, porém com um viés voltado para a ficção, jornalismo e educação. O autor diz que esses programas tiveram início graças a pequenas produtoras independentes, que conseguiam se inserir dentro da programação das emissoras de TV.

Uma das produções mais importantes da década de 1980 intitulava-se Nossa Amazônia, em 1985, produção da Spectrum, produtora independente, transmitida pela rede Bandeirantes. Dirigida por Cacá Diegues, ainda trazia em sua estrutura narrativa, forte vinculação com o cinema. (DUTRA, 2009, p. 81)

O autor explica que a transmissão de Nossa Amazônia abriu o caminho para que novos programas direcionados ao tema surgissem.

Em 1987, novamente a TV Bandeirantes abria espaço para outra produtora independente, a Azul Vídeo, para a realização de um programa mensal, o Meio Ambiente Urgente, em que era realçada a necessidade de conscientização sobre problemas ambientais, tratando de poluição, agrotóxicos e desertificação. No ano seguinte, a TVE do Rio de Janeiro inaugurava o programa Baleia Verde, considerado o primeiro exclusivo sobre meio ambiente a ter maior destaque de audiência, sendo visto em muitas partes do Brasil por meio da cadeia de TVs Educativas. Em virtude da boa repercussão, em 1989 a TV Gazeta de São Paulo passou a transmiti-lo também. No mesmo ano, a TV Manchete, do Rio de Janeiro, estreava o Terra Azul, apresentando denúncias de devastação na Amazônia e pesquisas realizadas em estações ecológicas. (DUTRA, 2009, p. 81).

Ainda seguindo o pensamento de Dutra (2009), foi no início da década de 1990 que se deu o boom do meio ambiente na mídia. Na ocasião, a TV Manchete, do Rio de Janeiro, exibiu as telenovelas *Amazônia*, *Paraíso em Perigo* e *Pantanal*. A primeira mostrava o problema da devastação florestal. E a segunda, ambientada no pantanal mato-grossense, trazia as belezas naturais do local e chegou a ser líder de audiência no horário, desbancando a Rede Globo. No ano de 1990 entra no ar o Globo Ecologia. Apesar de, como o próprio nome sugere, ser temático, o programa é voltado para a educação.

É preciso abrir um parêntese, neste ponto, para lembrar que um grande passo para a inserção do meio ambiente na mídia brasileira, foi a Conferência Mundial da ONU Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou, simplesmente, RIO-92, realizada em junho daquele ano. Na ocasião, o mundo se mostrou preocupado com os perigos provocados pelos danos prejudiciais ao meio ambiente provocados pelo desmatamento, poluição e tantos outros e se reuniu para estipular metas na tentativa de combater os efeitos desses problemas. Entre os principais temas discutidos, estava a necessidade de reverter o atual processo de degradação ambiental buscando soluções para o desenvolvimento sustentável, principalmente das populações mais carentes do planeta.

Uma Cúpula sem precedentes na História, seja pelos assuntos discutidos, seja pelo gigantismo do encontro: 104 reis, rainhas, e chefes de estado, acompanhados de um séquito de 10 mil delegados de 180 países. Nove mil jornalistas foram credenciados para cobrir o maior evento de todos os tempos até então, e também os encontros paralelos, com destaque para o Fórum Global, que reuniu 12.000 representantes e 5.600 ONGs de 165 países no Aterro do Flamengo. (TRIGUEIRO, 2003, p. 81)

Nessas circunstâncias, os veículos de comunicação do Brasil percebem o potencial desse filão ambiental e passam a explorá-lo. Surgem as editorias, cadernos, suplementos, programas e outros espaços específicos sobre o tema.

Uma verdadeira operação de guerra mudou a rotina das redações, onde uma montanha de pautas até então solenemente desprezadas, mais por ignorância que por má-fé, justificaram coberturas espetaculares. Num intervalo de poucos dias, expressões que só eram conhecidas no meio científico viraram tema de acalorados debates em mesas de botequim. (TRIGUEIRO, 2003, p. 81/82)

A televisão também participou de todo esse processo. Nos anos que se seguiram após a Rio-92, mais programas especializados surgiram tanto nas TVs abertas quanto nas fechadas. Esta dissertação não tem como objetivo contabilizar ou analisar tais programas, mas é importante destacar alguns. Um deles é o Repórter ECO, uma revista semanal produzida e veiculada pela TV Cultura de São Paulo.

O repórter Eco está no ar desde 1992, ano do encontro mundial ocorrido no Rio de Janeiro para determinar as diretrizes da proteção ambiental no planeta em um

documento que ficou conhecido como “Agenda 21”, a ECO 92. O programa foi criado originalmente para cobrir matérias relacionadas ao encontro, porém, devido ao sucesso e à grande repercussão da ECO92 e, também, ao formato atraente do programa, a produção continuou com ele e até hoje está no ar (GONÇALVES, 2007, p.63)

Um outro destaque é o Globo Ecologia, citado anteriormente nesta dissertação. O programa é semanal e está no ar desde 1990 na Rede Globo. O foco é o meio ambiente e tudo o que se relaciona com os conceitos ambientais.

Surgiu de uma proposta de divulgação de projetos ambientais de algumas pessoas e o processo de captação de imagens para o meio ambiente foi agradando e crescendo até se estabelecer o primeiro contato da produtora Raiz Savaget com a Fundação Roberto Marinho. (GONÇALVES, 2007, p. 64)

O programa tem uma linguagem jornalística formal. Possui matérias gravas e um apresentador, geralmente um ator jovem que esteja no *casting* de telenovelas da TV Globo (por determinação da Fundação Roberto Marinho). O objetivo do programa é a educação e não o entretenimento. Para que se consiga reforçar a seriedade dos assuntos que são tratados, possui um formato que remete ao de um telejornal.

O programa Globo Ecologia se insere entre os projetos da fundação roberto marinho (FRM), na “área de educação”. Trata-se, portanto de um conjunto textual que é enunciado explicitamente como de cunho educativo. (DUTRA 2009, p.89).

Assim como no Globo Ecologia, O Repórter Eco também possui um formato jornalístico. Não possui, dentro da emissora em que é veiculado, um posicionamento voltado especificamente para o meio ambiente. Mesmo assim, cumpre o objetivo de levantar e discutir questões a respeito do tema.

Ambos se preocupam em passar a mensagem de preservação ambiental, deixando a disputa para suas emissoras. No site da Rede Cultura, o repórter Eco é colocado na área de jornalismo, enquanto que na TV Globo, o programa Globo Ecologia se encontra no setor educativo. (GONÇALVES, 2009, p. 64).

Um outro exemplo que também não poderia ficar de fora dessa discussão é o Globo Repórter. O programa foi criado em 1973 e “se destinava a analisar com mais profundidade os principais acontecimentos jornalísticos nacionais e internacionais do mês, que, por uma questão de tempo, não podiam ser detalhados nos telejornais” (G1, 2010, on-line). Durante mais de 40 anos de existência, sofreu inúmeras transformações de formato, porém sempre mantendo a linha editorial de tratar sobre assuntos diversificados. Em meados da década de 1990, o programa passou a dar mais ênfase ao meio ambiente.

Com o aumento significativo da audiência do público das classes C e D no final de 1996, o desafio do Globo Repórter passou a ser tratar de assuntos com apelo mais abrangente, capazes de interessar aos telespectadores de todas as classes, mantendo o alto nível de qualidade da informação. O programa passa a destacar temas relacionados à natureza e ecologia, mostrando as paisagens e a vida em localidades

distantes dos grandes centros urbanos. Como exemplo, a reportagem sobre a Chapada dos Guimarães. (G1, 2010, on-line)

Segundo Trigueiro (2003), foi a partir de 1998 que houve um aumento significativo de edições do programa sobre o meio ambiente. Seguiam a linha jornalística ou de documentário e eram tanto produzidos pela própria Rede Globo quanto importados de outras emissoras, a exemplo da BBC de Londres.

Dessa época até 2003, sempre após a novela das 8, no horário nobre da televisão, onde a disputa por audiência é ferrenha, foram exibidos mais de 100 programas que tinham em comum pautas relacionadas à vida selvagem. Com uma audiência média de 32 pontos, esses programas mantiveram a emissora com uma boa margem de frente sobre as demais, e com um detalhe interessante: dos 30 programas de maior audiência exibidos pelo Globo Repórter entre 200 e 2001, mais da metade mostrava a exuberância da fauna e da flora. (TRIGUEIRO, 2003, p. 76)

O Globo Repórter, apesar de não ser especificamente ambiental, também cumpre o papel de divulgar o meio ambiente e criar uma cultura voltada para a preservação entre os telespectadores, porém com um maior alcance de audiência, em grande parte devido ao horário em que é veiculado.

3.2 Telejornalismo e meio ambiente

Mesmo utilizando uma linguagem parecida, os programas citados até agora nesta dissertação, não são (ou não eram) telejornais diários. Segundo Temer (2010) “O telejornal é um dos programas mais facilmente identificáveis na grade de programação das emissoras brasileiras, um gênero consolidado que tem sido apontado como detentor de uma linguagem audiovisual que o torna facilmente reconhecido” (p.102). A autora prossegue explicando que o telejornalismo deve manter os mesmos princípios éticos e valores do jornalismo, que lida com notícias e a divulgação de informações factuais.

O telejornalismo, portanto, diz respeito à informação verdadeira, de interesse público e do interesse público, podendo ser definido como um processo social que se articula na relação periódica e oportuna de divulgação de informações (fatos e opiniões) como uma prática social mediadora entre os fatos e o público, com o objetivo de facilitar o conhecimento e o entendimento desses fatos (TEMER, 2010, p. 105).

Dutra (2009) complementa o pensamento: “Assim, o receptor espera de um programa informativo que o mantenha em dia sobre o que acontece no mundo” (p. 29).

Esse formato jornalístico está presente no cotidiano do brasileiro há muitas décadas. O telejornal estreou no Brasil em 1950, junto com a Televisão. O pioneiro foi o Imagens do Dia da PRF-3 Difusora de São Paulo (que no futuro passaria a se chamar TV Tupi). Em 1953

veio o Repórter Esso, que levava o nome de seu patrocinador e foi primeiro telejornal a fazer sucesso. “Esse conceito de telejornal patrocinado durou mais de uma década, vindo cair por terra só no final da década de 60, devido às questões éticas que poderiam criar aos jornalistas” (KNEIPP, 2010, p.253). O formato era copiado do rádio, porém já mostrava uma narrativa mais televisiva. “[...] o texto era objetivo, o apresentador enquadrado no plano americano e tinha horário fixo para entrar no ar, oito da noite” (PATERNOSTRO, 1999, p.35).

Mas foi em 1969 que veio a consolidação do telejornal com o primeiro jornal de rede do Brasil, o Jornal Nacional.

Foi o primeiro a apresentar reportagens em cores; o primeiro a mostrar imagens, via satélite de acontecimentos internacionais no mesmo instante em que eles ocorriam. O estilo de linguagem e narrativa e a figura do repórter de vídeo tinham os telejornais americanos como modelo. Implantando os avanços tecnológicos e modificando sua linha editorial de acordo com as circunstâncias, mantém, ainda hoje, a liderança de audiência. (PATERNOSTRO, 1999, p.36)

É importante lembrar que a ênfase das regras jornalísticas é a objetividade. A TV possui um discurso repleto de temáticas heterogêneas, múltiplas e fragmentadas, que seguem uma continuidade prezando sempre pelo aqui e pelo agora. O discurso telejornalístico também segue políticas editoriais distintas, de acordo com a emissora onde é realizado. Isso faz com que, tanto as mesmas temáticas quanto um mesmo assunto, sofram abordagens diferentes, que mudam de acordo com o programa em que serão veiculados e com o ponto de vista de que as produz, executa ou edita.

Segundo Charaudeau (2006), as mídias se apresentam como um “organismo especializado”, dotados de uma vocação direcionada a “[...] responder a uma demanda social por dever de democracia. Justifica-se assim a profissão de informadores que buscam tornar público aquilo que seria ignorado, oculto ou secreto (p.58). Este mesmo organismo, porém, também se define por outra face:

Entretanto trata-se de um organismo que se define também através de uma lógica comercial: uma empresa numa economia de tipo liberal e, por conseguinte, em situação de concorrência com relação a outras empresas com a mesma finalidade. Por essa lógica, cada uma delas procura “captar” uma grande parte, se não a maior parte, do público. (CHARAUDEAU, 2006, p. 58-59)

A audiência faz com que um programa se mantenha no ar, visto que consegue um melhor retorno em publicidade paga quem garante o maior número possível de telespectadores. Uma outra característica do discurso telejornalístico é o factual. A chamada informação “quente”, atual, próxima ao acontecimento levada ao público diariamente, justifica o espaço conquistado por esse formato na sociedade.

O ideal jornalístico é o de colocar-se, o máximo possível, no tempo do acontecimento [...] se esforça em reduzir a distância entre o momento em que o fato se produz e aquele em que ele é divulgado no espaço público (JOST, 2007, p.102)

Mas também existe um espaço reservado para as reportagens “frias” ou “de gaveta”, que não são factuais e podem ser guardadas para outras edições. Isso não ocorre apenas nos telejornais de rede, como o já citado Jornal Nacional, os telejornais locais também têm essa prática. Estes, porém, trazem assuntos que, normalmente, não têm relevância nacional. São temas mais específicos, que retratam o cotidiano de uma determinada localidade. Desta forma, se tornam importantes para o cotidiano de quem vive nos estados onde são exibidos. Coutinho (2008) define o telejornal local como:

Aquele que é produzido na mesma área de emissão do canal, enquanto o telejornal regional seria aquele produzido em parte da área de penetração do canal (em geral nas cidades-polo em que se localiza a sede da emissora), mas cujo material se destina a uma mesma região geocultural (COUTINHO, 2008, p. 101).

O meio ambiente faz parte de todo esse processo. Mas, o que se percebe, como já mencionado neste estudo, é que a temática, a menos que esteja vinculada a uma notícia factual (um incêndio florestal ou um derramamento de rejeitos químicos em algum rio) ou a uma data comemorativa (como o Dia Mundial da Água ou o Dia da Árvore), acaba diluída em várias outras editoriais, ao longo das edições diárias dos telejornais, sejam locais ou nacionais.

Vários fatores podem ser atribuídos para justificar essa característica. Entre eles o interesse das redações sobre meio ambiente (que nem sempre existe), o curto tempo de apuração disponibilizado ao produtor e ao repórter para executar a pauta e a falta de capacitação dos profissionais no tema, o que torna mais difícil a realização da reportagem e, às vezes, a compreensão dela pelo telespectador.

Mas, quando o conteúdo de uma reportagem com a realidade daqueles que a assistem são associados, se consegue uma negociação de sentidos. Isso tem a capacidade de fazer esse telespectador refletir, questionar ou até mesmo adotar posturas diferentes no seu modo de agir. Dessa forma se cria o diálogo, sempre presente nos enunciados do processo comunicativo. Seguindo os conceitos de diálogo estabelecidos por Bahktin, Fiorin (2008) lembra que a língua tem a propriedade de ser dialógica. Trata-se de algo que transpõe o diálogo “face a face”, entre duas pessoas e está nas relações de sentido que se estabelecem entre os enunciados. “Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio” (FIORIN, 2008, p. 19). O autor ainda acrescenta:

Um objeto qualquer do mundo interior ou exterior mostra-se sempre perpassado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros; dá-se a conhecer para nós desacreditado, contestado, avaliado, exaltado, avaliado, categorizado, iluminado pelo discurso alheio. Não há nenhum objeto que não apareça cercado, envolto, embebido em discursos. Por isso, todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que a circundam. Por conseguinte, toda palavra dialoga com outras palavras, constitui-se a partir de outras palavras, está rodeada de outras palavras. (FIORIN, 2008, p. 19)

Porém, mesmo capaz de estabelecer uma negociação de sentidos, quando se trata de reportagens sobre meio ambiente, geralmente, o tratamento dado é superficial. O porquê dos problemas ambientais ou possíveis formas de evitá-los, muitas vezes, não são abordados ou explicados. Muitas vezes, a chance de se fazer cumprir o papel do telejornal em proporcionar educação ambiental à população é perdido.

A mídia televisiva local tem papel importante nesse processo, tendo em vista que as ações comunicativas possuem grande poder de difusão da informação e socialização de conhecimento. Convém ressaltar que o veículo consegue alcançar segmentos populacionais dos mais diversos níveis sociais, econômicos, culturais e intelectuais. Nesses termos, a televisão é capaz de provocar discussões a respeito de comportamentos em relação à natureza, atingindo o público por intenção educativa e cultivando a consciência ambiental constantemente citada e nem sempre cumprida. (LIMA FILHO, 2012, p.163)

O discurso do telejornal, assim como acontece em qualquer outro discurso, é construído sobre bases sociais e históricas já existentes, mas com o suporte tecnológico disponibilizado pela mídia.

E nem pode ser diferente, já que o pré-construído é uma espécie de matéria prima difusa de onde o produtor televisivo retira elementos que molda, imprimindo-lhes novas formas, conjuntando fragmentos que são levados ao vídeo sob outras formas, sob outros modos de dizer e de mostrar. (DUTRA, 2009, p 27/28)

A informação que esse formato televisivo disponibiliza constrói sentidos. Porém, vem carregada de intencionalidades e seguem interesses políticos e econômicos que, por sua vez, ditam posturas. Isso ocorre porque as mídias impõem suas escolhas dos acontecimentos. Sua agenda nem sempre é a mesma política ou cidadã.

O universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Não é, como se diz às vezes, o reflexo do que acontece no espaço público, mas sim o resultado de uma construção. O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerra-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos. Assim a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo. (CHARAUDEAU, 2006, p.151).

É preciso levar em conta as condições de produção para que se possa analisar e compreender os produtos do telejornal, e da mídia de um modo geral.

A prática discursiva [...] envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais. Por exemplo, os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos (FAIRCLOUGH, 2006, p. 106/107)

Isso também ocorre com a temática ambiental. Porém se percebe que ela assume um papel coadjuvante ao longo de seu percurso na história da televisão brasileira. Como consequência, isso acaba, também, refletido nas práticas sociais que o telejornal promove nos telespectadores. O meio ambiente, tanto nos telejornais locais quanto nas coberturas nacionais, acaba perdendo espaço para outras editorias, ou diluído nelas.

Esperamos que esta dissertação possa, de alguma forma, levar os profissionais que produzem telejornais a refletir sobre o papel que os mesmos têm no cotidiano do telespectador, bem como sobre a possibilidade de modificar padrões de comportamento por meio da negociação de sentidos que surge quando se associa determinado assunto à realidade daquele que o assimila.

Essa construção do sentido surge na troca social que ocorre entre o telespectador e a mídia televisiva. “O sujeito não pode não significar e não há sentido sem interpretação” (ORLANDI, 2012, p.130). Nesse processo existem elementos capazes de promover mudanças nas práticas sociais. “É aí, na superfície do discurso, e não em outro lugar, que buscamos compreender a trama produtiva dos sentidos” (DUTRA, 2009, p.73).

3.3 Educação ambiental e a função pedagógica do telejornal

É durante a troca social entre mídia televisiva e telespectador que se torna possível confirmar a responsabilidade que o telejornalismo possui no processo de formação ambiental de quem o assiste. Dentro de uma programação televisiva, o telejornal é mais que uma importante fonte de informação para o público. Para Gomes (2014), “O brasileiro, em geral, mantém uma forte relação com a televisão que, especialmente nos lares das camadas mais humildes da população, constitui um dos principais meios de informação” (p.206). A Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 reforça que esse veículo de comunicação faz parte do cotidiano da população.

De acordo com a pesquisa, 95% dos entrevistados afirmaram ver TV, sendo que 73% têm o hábito de assistir diariamente. Em média, os brasileiros passam 4h31 por dia expostos ao televisor, de 2ª a 6ª-feira, e 4h14 nos finais de semana, números superiores aos encontrados na PBM 2014, que eram 3h29 e 3h32, respectivamente. (BRASIL, 2015, p.7)

É possível perceber que existe uma relação de proximidade entre a população e a TV. Coutinho (2008) afirma que essa afinidade é fortalecida quando se criam relações de identidade cultural e social, algo que encontra reforço na programação telejornalística de caráter local. Ela diz, ainda, que esse vínculo fica mais forte por meio da complementaridade e a troca; a criação de um sentimento de pertencimento e o compartilhamento de uma mesma cotidianidade. Com uma relação entre telejornal e comunidade mais estreita, “o público busca se ver e reconhecer na telinha e, a partir daí, surgem: 1) a identidade com a emissora; 2) a credibilidade de seu jornalismo e 3) a capacidade desse atrair anunciantes locais” (COUTINHO, 2008, p. 99)

É interessante lembrar que as emissoras de televisão são empresas. Tal estratégia, portanto possui um caráter comercial. “Isso porque a criação e manutenção desse vínculo de pertencimento e identidade entre as emissoras locais e regionais e seus públicos é fonte de lucro, também, para as redes⁷” (COUTINHO, 2008, p. 99).

Porém, a autora prossegue dizendo que, ao trazer na programação, reportagens que têm como base personagens e fatos locais e se criar uma sensação de pertencimento, “a emissora busca reconstruir sua marca local, de realização do que se denominou jornalismo de proximidade” (COUTINHO, 2008, p. 105).

Ela complementa:

É precisamente esse tipo de vínculo ou território de pertencimento que as emissoras afiliadas busariam constituir com o público da região/ localidade em que se inserem. Os telejornais de produção local seriam o lugar prioritário desse encontro, da criação de uma relação de pertencimento entre emissora e público e ainda um dos espaços privilegiados de construção da própria identidade da região/ localidade, uma vez pressuposta a credibilidade de emissora e noticiário(s) junto a seus telespectadores. (COUTINHO, 2008, p.98)

Credibilidade que é comprovada. A Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 afirma que, em relação ao ano anterior, cresceu a confiança dos brasileiros nas notícias veiculadas nos diferentes meios de comunicação de um modo em geral, inclusive na Televisão. “No caso da TV, 54% confiam muito ou sempre, contra 45% que confiam pouco ou nada” (BRASIL, 2015, p.8).

Para Júnior (2014), por fazer de maneira íntima e próxima, parte do cotidiano do telespectador, o telejornal adquire um papel mais lúdico.

⁷ A autora se refere às redes de TV Comerciais que possuem contrato com emissoras afiliadas. É o caso da TV Asa Branca de Caruaru, afiliada à Rede Globo de Televisão.

No caso do telejornal, era como se fosse um amigo contando histórias que interessavam a todos. Era tipo aquelas conversas entre vizinhos na calçada, comuns no interior, e que serviam para colocar os assuntos em dia. Nos dois casos, ao se despedir, deseja-se uma ótima noite até o próximo bate-papo que, mesmo sem ser marcado, todos sabem muito bem onde e quando será. (JÚNIOR, 2014, p.16)

Esse “amigo contando histórias” que cria uma relação de confiança e proximidade, ao expor a complexa problemática ambiental de maneira compreensível, extrapola o papel de informar e passa a ter um perfil educativo.

Neste universo, a informação jornalística reveste-se de muita importância, porque é pelos diversos meios de comunicação que se atinge grande parte da população, nos mais distantes rincões do país. Diante dessa realidade, o jornalismo ambiental pode cumprir o papel de, ao transmitir a informação correta, despertar as pessoas para a necessidade de rever suas práticas culturais cotidianas e mudar, adotando uma atitude pró-ativa em direção a uma vida sustentável (GIRARDI, LOOSE e NEULS 2009, p.102)

As autoras prosseguem explicando que “mudar a visão de mundo que exclui o ser humano da natureza é o primeiro passo para popularizar a temática e os problemas ambientais que afetam a humanidade e todas as formas de vida. (GIRARDI, LOOSE e NEULS, 2009, p.101). Ainda segundo as autoras a escola deve assumir essa função, porém os meios de comunicação não podem se omitir, principalmente pelo poder de alcance que possuem na população. “O acesso à informação e a educação para a cidadania vão contribuir para que os indivíduos sintam-se em condições de exercício de sua cidadania” (GIRARDI, LOOSE e NEULS, 2009, p.99)

Questões como desenvolvimento sustentável, políticas públicas voltadas para o tema, exemplos conservacionistas... tudo pode ser trabalhado por meio da Educação Ambiental – EA. Dias (2003) a define como “um processo por meio do qual as pessoas aprendam como funciona o ambiente, como dependemos dele, como o afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade (p.100).

Segundo Jacobi (2003), a EA se situa em um contexto mais abrangente: “o da educação para a cidadania, configurando-a como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos (p.197). O autor prossegue explicando que a educação ambiental é um processo onde são valorizadas várias modalidades do conhecimento, com o intuito de formar cidadãos conscientes a respeito do ambiente onde vivem, estão inseridos e interferem.

A educação ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens. A educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária. (JACOBI, 2003, p.198)

Dias (2003) explica que os conceitos de EA evoluíram junto com os de meio ambiente e o modo como este era percebido. Mas afirma que, de um modo geral, as definições se complementam. Para esta dissertação adota-se o que a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA entende por EA:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999, p1).

O documento consolida a educação ambiental no país, disponibilizando os instrumentos necessários para o desenvolvimento da educação ambiental. Segundo Dias (2003) o Brasil é o único país latino-americano a possuir uma política específica voltada para o assunto.

Sem dúvida foi uma grande conquista política e essa não se deu sem sacrifícios de centenas de ambientalistas anônimos, funcionários (as) do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente, ONGs (as), em sua luta diária, nos corredores do Congresso fazendo *lobby* convencendo parlamentares, demovendo resistências, conquistando cumplicidades (DIAS, 2003, p.201).

Ele traça uma linha do tempo em seu livro “Educação Ambiental – Princípios e Práticas”, que ambienta o leitor sobre o caminho percorrido pela EA. Para esta dissertação, foram selecionados alguns tópicos considerados importantes para a compreensão desse percurso.

De acordo com o autor, em 1945 a expressão “estudos ambientais” entra para o vocabulário dos profissionais de ensino da Inglaterra. Mas apenas vinte anos depois é que o termo “Educação Ambiental” foi criado. “Na ocasião aceita-se que a Educação Ambiental deva se tornar uma parte essencial da educação de todos os cidadãos e deixe de ser vista essencialmente como conservação ou ecologia aplicada, cujo veículo seria a biologia (DIAS, 2003, p33). Em 1970 o uso do termo “Educação Ambiental” começa a ser usado nos Estados Unidos, o primeiro país a aprovar uma lei sobre Educação Ambiental. Em sua linha do tempo, Dias lembra o Clube de Roma de 1972 e a Conferência de Estocolmo do mesmo ano, já mencionados nesta dissertação. Mas o autor destaca a recomendação número 96 da Conferência, que falar ser o desenvolvimento da EA o elemento crítico para o combate à crise ambiental no planeta.

Ele também lembra o posicionamento do Brasil naquela Conferência, o País se coloca na “contramão da História” ao afirmar que a poluição é bem-vinda, desde que traga desenvolvimento ao país. Em 1973, vale destacar a criação, dentro do Ministério do Interior,

da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema). Segundo Dias (2003) o “primeiro organismo brasileiro, de ação nacional, orientado para a gestão integrada do meio ambiente” (p.37).

Em 1977, é realizada a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. A Conferência de Tbilisi⁸ é considerada um prolongamento da Conferência de Estocolmo, marcou a primeira fase do Programa de Educação Ambiental do Pnuma (Programa da ONU para o Meio ambiente), iniciada dois anos antes na Iugoslávia.

A Conferência de Tbilisi constituiu-se em ponto de partida de um programa internacional de EA, contribuindo para precisar a natureza da EA, definindo seus objetivos e suas características, assim como as estratégias pertinentes do plano nacional e internacional. É considerado em nossos dias o evento decisivo para os rumos da EA em todo o mundo” (DIAS,2003, p.40)

Pereira (2010) lembra que, durante a Conferência, o papel dos meios de comunicação em relação a EA foi lembrado e definido:

A própria UNESCO já em 1977, quando da Conferência de Tbilisi, recomendava o jornalismo como meio disseminador da educação ambiental, colocando como responsabilidades dos meios de comunicação social pôr seus enormes recursos a serviço dessa missão educativa, fomentar a discussão de conhecimentos sobre a proteção e melhoria do meio ambiente; organizar cursos de formação destinados a profissionais de imprensa a fim de que possam tratar adequadamente os aspectos da EA; e instituir mecanismos de planificação e coordenação de programas de EA, de modo a atingir a população – rural e urbana à margem do sistema educacional. (PEREIRA, 2010, p.65)

Em 1979 o Ministério da Educação, MEC, publica o documento “Ecologia – Uma Proposta para o Ensino de 1º e 2º graus. Segundo Dias, “nota-se a tendência reducionista, que ignora os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos e outros recomendados na Conferência de Tbilisi” (p.40)

Em 1981, o então presidente João Figueiredo sanciona a lei nº 6938 que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente. Em 1984, o Conselho Nacional do Meio ambiente, Conama, cria uma resolução que estabelece diretrizes para as ações de EA no país. Dias (2003) conta que a proposta nunca chegou a ser aprovada pelo Congresso Federal. “Há uma nítida oposição à Educação Ambiental, nos moldes da conferência de Tbilisi” (p.42).

Em 1987, ano do lançamento do Relatório Brundtland, o MEC aprova a conclusão da Câmara de ensino sobre o parecer 226/67, que diz ser necessária a inclusão da EA nas propostas curriculares das escolas de 1º e 2º. Neste mesmo ano é realizado em Moscou, na Rússia, o Congresso Internacional da Unesco-Pnuma sobre a Educação e Formação Ambientais.

⁸ É a capital da Geórgia, país europeu que fazia parte da antiga União Soviética.

Foi analisado o que se avançou no mundo na área de EA desde a conferência em Tbilisi e traçada uma estratégia internacional para a década de 90. “Nesse congresso, conforme acertado em Tbilisi, cada país apresenta um relatório sobre os avanços da EA. O Brasil, como era de se esperar, não apresenta o seu relatório oficial” (DIAS, 2003, p.45).

Em 1988, a Constituição da República Federativa Brasileira é Promulgada. Nela, um capítulo é dedicado ao meio ambiente, além de vários outros artigos afins. No ano seguinte o Ibama, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente é criado. Entre as competências do órgão, está a de estimular a Educação Ambiental. Em 1991, o MEC lança a portaria de número 678 que determina que os sistemas de ensino, em todas as instâncias e modalidades, contemplem nos currículos conteúdos voltados para a EA. No mesmo ano, Ibama e MEC lançam o Projeto de Informações sobre Educação Ambiental. Trava-se de um encarte contendo informações básicas sobre EA, veiculado em forma de encarte na revista *Nova Escola*. “[...] foi o primeiro pronunciamento formal do governo brasileiro, sob as recomendações de Tbilisi, para a EA” (DIAS, 2003, p.49). Mas o autor vai um pouco mais além ao informar que, à medida que os questionários preenchidos começavam a chegar à divisão de Educação Ambiental, dados preocupantes surgiram. “Dentre estes, o de que 85% dos professores assinalavam que aquele era o primeiro material que recebiam sobre o assunto, A carência de informações básicas sobre Educação Ambiental era absoluta” (p.90).

No ano seguinte, a Rio-92 apoia as premissas de Tbilisi. E “através da Agenda 21, Seção IV, Cap. 4, define as áreas de programa para a EA, reorientando a educação para o desenvolvimento sustentável. (p.50). No ano seguinte o MEC lança a portaria 773 instituindo um Grupo de Trabalho permanente para a EA. O objetivo era orientar, coordenar, avaliar e apoiar ações e metas para implementação da EA em todos os níveis e modalidades dos sistemas de ensino do Brasil. “A despeito dessas dificuldades, o grupo conseguiu realizar em dois anos o que o MEC não fora capaz desde a conferência de Tbilisi, em 1977”. (p.91). Neste mesmo ano, o deputado federal Fábio Feldmann apresenta à Câmara dos Deputados em Brasília o projeto para a criação da Política Nacional de Educação Ambiental.

Em 1994 é lançado o Pronea – Programa Nacional de Educação ambiental. Em 1997 é criado pelo MEC o Banco de Dados de Projetos e Atividades de EA, reunindo milhares de experiências implementadas no país. Finalmente, em 1999, a Presidência da República assina a Política Nacional de Educação ambiental (lei 9795 de 27/04/99). “A partir daí tem-se os instrumentos necessários para impor um ritmo mais intenso ao desenvolvimento da EA, no Brasil” (DIAS, 2003, p.92)

Não cabe, nesta dissertação ir além e aprofundar mais questões sobre a implementação, estudo e a evolução da Educação Ambiental no Brasil; nem debater como e de que maneira ela vem sendo aplicada na atualidade. Este ponto da discussão se encerra com o seguinte pensamento de Dias, que não se mostra otimista:

É obvio que houve conquistas, mas estas estão sendo insuficientes para provocar as mudanças de rumo que a velocidade da degradação ambiental requer. A velocidade com a qual se devastam e se desequilibram os sistemas que asseguram a sustentabilidade humana, na Terra, continua infinitamente superior à nossa capacidade de gerar respostas adaptativas culturais, principalmente em nível educacional. A Educação Ambiental ainda não representa uma força suficiente para interferir na inércia daquele movimento e modificar sua trajetória de desestabilização (DIAS, 2003, p.17)

Porém vale ressaltar a questão legal, prevista no Plano Nacional de Educação ambiental que trata especificamente dos meios de comunicação. O quarto parágrafo do artigo terceiro, é bem claro ao dizer que:

Art. 3º Como parte de um processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

IV – Aos meios de comunicação de massa colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação. (BRASIL, 1999, p.1)

Mas, a promoção da educação ambiental pela mídia vai além da obrigação legal. Segundo Vizeu e Correa (2008), o telejornalismo representa um lugar de referência – semelhante à família, escola, religião, etc. – que ajuda o indivíduo a criar laços sociais e a compreender o mundo à sua volta. Para que o telejornalismo funcione enquanto lugar de referência, eles elencam quatro funções do conhecimento jornalístico: exotérica, de segurança, de familiarização e pedagógica.

Tais funções se tornam perceptíveis à medida que o telejornalismo transforma discursos herméticos e restritos a certos grupos – como a linguagem usada pelos médicos, por exemplo – compreensíveis e acessíveis para o grande público (função exotérica). Trabalhando com os conceitos de segurança ontológica e objeto transicional desenvolvidos por Silverstone (1996), Vizeu e Correa (2008) alegam que “ a forma como o telejornais organizam o mundo, procurando dar uma ordem ao caos circundante, o tornaria um lugar de segurança ontológica para as pessoas” (p.20); e que “a televisão no cotidiano das pessoas representaria esse objeto transicional, uma espécie de referência, de estabilidade, diante da violência, da insegurança e da complexidade do cotidiano” (p.21) . E prosseguem:

As pessoas, ao sentarem-se nos sofás de suas casas ao final de um dia de trabalho procuram, além de informar-se sobre o entorno, ter a segurança de que o mundo lá fora, apesar dos conflitos, é um mundo no qual é possível se viver. O noticiário

televisivo desempenharia o papel de um desses lugares de segurança (VIZEU e CORREA, 2008, p.21)

Dessa forma, ao afirmarem que a crença e a segurança são pontos centrais para a sobrevivência do homem, e que o jornalismo televisivo se transforma numa ferramenta para tornar comum, aquilo que não é familiar às pessoas, os autores entendem que as funções de segurança e familiarização ficam mais delineadas. “Consequência desta função de segurança o jornalismo, como uma forma de conhecimento, tem a necessidade de tornar o mundo menos hostil: é a função de familiarização. (p.22).

Vale enfatizar a função pedagógica do telejornalismo enquanto forma de conhecimento. Vizeu (2009) lembra o pensamento de Verón (1983) que “vê o jornalista como um enunciador pedagógico, que pré-ordena o universo do discurso visando ao leitor, que procura orientar, responder-lhe às questões, em suma informar, sempre guardando uma distância do objetivo dele” (p.80). Ele também se remete à Vilches (1989) para observar que:

Não se pode esquecer que o telejornal estabelece com o espectador (audiência) uma relação pedagógica, pois ensina como se portar diante do texto televisivo, com que atitude comunicativa e em que condições deve aprender as características do gênero. Ou seja, operando de uma forma pedagógica, a notícia faz uma mediação entre os diversos campos de conhecimento e o público. (VIZEU, 2009, p.80)

Ainda segundo Vizeu, pelo fato de a televisão, enquanto local de referência, ajudar as pessoas a compreenderem o mundo, o telejornalismo ganha o status de uma forma de conhecimento crítico que se preocupa em interpretar a realidade social. “É resultado de uma atividade profissional de mediação vinculada a uma organização que se dedica basicamente a interpretar a realidade social e mediar os que fazem parte do “espetáculo mundano” e o público” (VIZEU, 2009, p.78).

Partindo do pressuposto de que, enquanto lugar de referência, o telejornalismo estabelece com o telespectador essa função pedagógica, é possível afirmar que ela também engloba as notícias de caráter ambiental. “O jornalismo se auto-referencia como um lugar de mediação, de desegredização, de revelação da verdade e orientação de homens e mulheres na contemporaneidade” (VIZEU, 2009, p.80)

Garré (2014) concorda:

Penso que os discursos midiáticos colocados em circulação legitimam verdades que se reverberam como opinião pública – e esses jogos de verdade acabam por engendrar e produzir modos de vida. Vejo que a Educação Ambiental constitui-se como um desses discursos legitimados pela mídia e que operam no nível do coletivo para atingir o indivíduo em suas ações diárias. A mídia vai ensinando como as pessoas devem agir frente à crise ambiental. (GARRÉ, 2012, p.4)

Enquanto forma de conhecimento, que media e possibilita uma interpretação da realidade social, o telejornal pode ser entendido como uma ferramenta para a disseminação do conhecimento sobre o meio ambiente e, conseqüentemente, um caminho para a EA.

Capítulo 4 – O Valor-notícia do meio ambiente no Telejornal ABTV 2ª Edição

4.1 Apresentando o ABTV 2ª edição

Figura 2 - logomarca ABTV 2ª Edição



Fonte: Site da TV Asa Branca na internet⁹

O ABTV 2ª Edição possui uma duração média de 15 minutos e é exibido para 108 municípios das regiões agreste, sertão e zona da mata de Pernambuco, pela TV Asa Branca, afiliada Rede Globo no estado. São mais de três milhões de telespectadores, segundo informações da própria emissora de TV¹⁰. Vai ao ar de segunda a sábado, por volta das 19 horas (horário destinado à exibição dos “Praça TV dois”, como são chamados os telejornais locais noturnos da Rede Globo) e segue o estilo Hard News¹¹ de notícias. Trata-se de um resumo dos principais fatos que aconteceram no dia.

O programa estreou em 1994, três anos depois da inauguração da TV Asa Branca, em agosto de 1991. De início dois blocos de produção local complementavam um terceiro bloco do NETV 2ª edição, produzido pela Rede Globo Nordeste, no Recife. A partir de novembro de 2001, passa a ser produzido apenas por profissionais da TV Asa Branca

Uma característica do telejornal é sempre seguir o padrão gráfico e editorial dos outros telejornais locais da Rede Globo. Durante sua existência, já teve vários apresentadores. O

⁹ Disponível em: <<http://www.g1.com.br/caruaru-regiao>> Acesso em: 03 jun. 2015.

¹⁰ As informações foram obtidas via e-mail enviado pela assessoria de marketing da TV Asa Branca

¹¹ “Se refere a uma notícia quente, séria, importante. É o contrário de *Soft News*. ” (PATERNOSTRO, 1999, p.144)

cargo é ocupado atualmente pelo jornalista Alexandre Farias. Desde que foi criado, o ABTV2ª Edição já sofreu algumas mudanças de cenário, sempre em concordância com o padrão da Rede Globo. A apresentação também segue o mesmo padrão e, atualmente, é feita com o apresentador em pé, com o mínimo de uso da bancada.

Além de equipes de reportagem em Caruaru, possui correspondentes em Garanhuns também no agreste, Serra Talhada no Sertão e Palmares na zona da mata sul. É comum, também, o intercâmbio de reportagens com a Rede Globo Nordeste no Recife.

4.2 O caminho percorrido

Tendo como objeto empírico o processo de seleção e produção das notícias relacionadas ao meio ambiente no telejornal ABTV 2ª Edição, foi escolhida como estratégia metodológica, para esta dissertação, uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa. Segundo Creswell:

A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados. Embora os processos sejam similares, os procedimentos qualitativos baseiam-se em dados de texto e imagem, têm passos singulares na análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação (CRESWELL, 2010, p. 206).

O autor ainda completa: “A pesquisa qualitativa é uma forma de investigação interpretativa em que os pesquisadores fazem uma interpretação do que enxergam, ouvem e entendem” (CRESWELL, 2010, p.209).

Recorreu-se ao método de abordagem Hipotético-dedutivo, “que se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese” (LAKATOS, 2001, p. 106).

A autora se refere à Popper (1977) para explicar que o método segue um processo investigatório. Primeiro surge o problema, vindo de teorias e expectativas já existentes. Na sequência é preciso que se construam conjecturas (soluções passíveis de serem testadas) com base nas hipóteses. À medida que resistem aos testes, as hipóteses são consideradas verdadeiras. Por consequência, as conjecturas também. “Se a hipótese não supera os testes, estará falseada, refutada e exige nova reformulação do problema e da hipótese, que, se superar os testes rigorosos, estará corroborada, confirmada provisoriamente e não definitivamente como querem os indutivistas” (LAKATOS, 2001, p. 96).

Por meio de um telejornal escolhido arbitrariamente dentro de um universo de telejornais locais e entendendo que eles possuem estruturas que se assemelham no que diz respeito ao público alvo, tempo de exibição e equipe profissional foi realizado um estudo de caso sobre o telejornal ABTV 2ª Edição na busca de identificar a construção do valor-notícia do meio ambiente. Parte-se da ideia, nesta dissertação, de que cobertura desse tema é realizada de forma superficial pelo telejornalismo de âmbito local como um todo.

Yin (2001) entende o estudo de caso como a investigação de um fenômeno inserido dentro de um contexto da vida real, onde são utilizadas múltiplas fontes de evidência. O autor prossegue:

A clara necessidade pelo estudo de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores (YIN, 2001, p. 21).

Uma característica do estudo de Caso é a combinação de diferentes métodos e técnicas de coletas de dados. Isso possibilita ao pesquisador lidar com fontes de evidências diversas. Segundo Yin (2001), são seis: 1) documentos; 2) registros em arquivo; 3) entrevistas; 4) observação direta; 5) observação participante; 6) artefatos físicos. O autor adverte que o uso delas requer habilidades e procedimentos metodológicos diferentes, mesmo que de maneira sutil.

A ideia é que o estudo de caso ajude a compreender aquilo que é submetido à análise. No caso desta dissertação: o valor-notícia do meio ambiente no telejornalismo local. Ao utilizar enquanto caso a ser estudado, o telejornal diário ABTV 2ª Edição pretende-se ilustrar toda uma problemática que parece acontecer de maneira generalizada nas emissoras de TV do país.

A análise dos dados foi dividida em duas partes. A primeira etapa começou no dia 22 de fevereiro de 2015 e terminou no dia 5 de julho do mesmo ano. O recorte temporal equivale a um mês antes do Dia Mundial da Água e um mês depois do Dia do Mundial do Meio Ambiente – comemorados em 22 de março e 5 de junho, respectivamente. Durante esse período foram assistidas todas as reportagens exibidas pelo telejornal ABTV 2ª Edição disponibilizadas pelo site da TV Asa Branca na internet, o www.g1.com.br/caruaru-regiao. Ao todo foram copiadas do site 47 reportagens, sonoras¹², notas cobertas¹³ e stand-ups¹⁴

¹² “Termo que se usa para designar uma fala da entrevista” (PATERNOSTRO, 1999, p.151)

(chamadas nesta pesquisa, genericamente, de VT¹⁵) relacionadas, de alguma forma, com o conceito de meio ambiente definido neste estudo.

Nesta etapa também foi utilizada uma parcela de pesquisa quantitativa no conteúdo veiculado, para que se pudesse descobrir, analisar e categorizar os momentos em que o meio ambiente aparece.

Apesar de enfoques diferentes, os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem e nem são opostos. Creswell explica que “pode-se obter mais insights com a combinação das pesquisas qualitativa e quantitativa do que com cada uma das formas isoladamente. Seu uso combinado proporciona uma maior compreensão dos problemas de pesquisa.” (p.238).

Flick (2009) faz observações no que se refere a integração entre pesquisa qualitativa e quantitativa a partir de colocações de Barton e Lazarsfeld (1995) que sugerem:

[...] utilização da pesquisa qualitativa no desenvolvimento de hipóteses que serão posteriormente testadas por meio das abordagens quantitativas. Em sua argumentação, os autores focalizam não apenas os limites da pesquisa qualitativa (comparados aos da quantitativa), mas percebem nitidamente a capacidade da pesquisa qualitativa na exploração do fenômeno em estudo. Com esta argumentação, situam ambas as áreas da pesquisa em etapas diferentes do processo de pesquisa. (FLICK, 2009, p. 43).

Uma vez finalizada etapa, foi realizada uma visita à sede da TV Asa Branca em Caruaru. Estar presente no ambiente onde se desenrola a pesquisa faz parte das características de uma pesquisa qualitativa onde o próprio pesquisador coleta os dados.

Os pesquisadores qualitativos tendem a coletar dados no campo e no local em que os participantes vivenciam a questão ou problema que está sendo estudado. Eles não levam indivíduos para um laboratório (uma situação artificial) nem enviam instrumentos para os indivíduos preencherem. Esse fechamento das informações coletadas por meio da conversa direta com as pessoas e da observação de como elas se comportam e agem dentro de seu contexto é uma característica importante da pesquisa qualitativa. No ambiente natural, os pesquisadores têm interações face a face no decorrer do tempo (CRESWELL, 2010, p. 208)

Na ocasião foi colocada em prática a técnica da observação. Lakatos (2001) segue o pensamento de Popper (1977) ao afirmar que a observação não é feita à toa, possuindo papel decisivo na ciência. “A observação é ativa e seletiva, tendo como critério de seleção as “expectativas inatas”. Só pode ser feita a partir de alguma coisa anterior. Esta coisa anterior é nosso conhecimento prévio ou nossas expectativas”. (p. 97).

¹³ “Texto coberto com imagens. Pode estar gravado” (BISTANE; BACELLAR, 2006, p.135)

¹⁴ “Quando o repórter faz uma gravação no local do acontecimento para transmitir informações do fato” (PATERNOSTRO, 1999, p.151)

¹⁵ VT ou Videotape é o nome que se dá ao equipamento eletrônico que grava o sinal de áudio e vídeo. Mas segundo Bistane e Bacellar “é comumente empregado para se referir à matéria editada” (2006, p.137)

Ou seja, observar é uma atividade que, assim como qualquer outra, possui um objetivo. Neste caso, encontrar a conjectura que pode trazer a solução do problema. Caso ela seja falha, não atenda às expectativas, tal processo se renova, criando novos problemas, novas conjecturas, até que se chegue numa hipótese considerada verdadeira.

A técnica da observação não consiste apenas em ver e ouvir. Nela, é preciso examinar os fatos e fenômenos que compõem o objeto de estudo.

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social. (LAKATOS, 2001, p.193)

O pesquisador torna-se um elemento a mais no local, facilitando, dessa forma, a coleta de dados. No caso deste estudo, o objetivo da visita foi coletar os espelhos relativos aos dias em que em que foram exibidas as reportagens selecionadas, bem como os scripts¹⁶ de cada uma delas. Nessa ocasião também foi feita uma revisão, no sistema de cadastro de pautas da emissora em todas as edições exibidas dentro do período estudado, no intuito de descobrir se alguma matéria teria ficado de fora da coleta.

Como resultado, foram adicionadas mais quatro reportagens que não estavam disponibilizadas na internet, totalizando 51 que seguiram para a análise. Neste caso, devido à impossibilidade de se copiar os VTs, os repórteres cederam os textos digitados de seus próprios arquivos.

Ao longo da coleta na internet, também foram encontradas 12 reportagens produzidas pela Globo Nordeste de Recife e veiculadas pela TV Asa Branca, que se relacionavam com o conceito de meio ambiente definido nesta pesquisa. Essa é uma prática comum entre as duas emissoras, que se encontram geograficamente próximas e são localizadas no mesmo estado. Porém, tais matérias não foram consideradas integrantes do corpus da pesquisa, optando-se por analisar, apenas, os VTs produzidos e editados pela TV Asa Branca e veiculadas no ABTV 2ª Edição.

Durante a mesma visita, foi realizada uma série de entrevistas com os profissionais que participam do processo de produção e edição do telejornal ABTV 2ª Edição. A ideia era traçar um perfil do pensamento desses jornalistas no que diz respeito ao meio ambiente enquanto editoria do telejornal e, também, suas visões próprias sobre o tema, além de meta levantar

¹⁶ “A lauda no telejornalismo. Possui características especiais e espaços para as marcações técnicas que devem ser obedecidas na operação do telejornal” (PATERNOSTRO, 1999, p.150)

uma reflexão sobre a vida desses profissionais com o tema. Para isso foram realizadas entrevistas semiestruturadas, baseadas em um questionário de perguntas¹⁷.

Bauer e Gaskell (2002) consideram o método adequado para estudos como esse: “Nas ciências sociais empíricas, a entrevista qualitativa é uma metodologia de coleta de dados amplamente empregada” (p. 64). E acrescenta que esse tipo de entrevista:

Fornecer os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (BAUER; GASKELL, 2002, p. 65).

O tipo escolhido é a entrevista semiaberta, que tem origem em um roteiro de questões, apoiado em teorias e hipóteses, que serve como guia e dá cobertura ao interesse da pesquisa. Segundo Creswell (2010), “essas entrevistas envolvem questões não estruturadas e em geral abertas, que são em pequeno número e se destinam a suscitar concepções e opiniões dos participantes.” (p.214).

Lakatos explica que, no caso de uma entrevista semiaberta,

O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal. (LAKATOS, 2001, p.199).

As entrevistas foram previamente agendadas, seguindo a disponibilidade de horário de cada profissional e aplicadas na sede da TV Asa Branca em Caruaru, em um ambiente particular, sem a presença de superiores hierárquicos ou colegas de trabalho, a fim de evitar constrangimentos.

A amostra foi composta por jornalistas formados e maiores de 18 anos, identificados como parte da equipe considerada “fixa” do telejornal pesquisado - vozes que participam, diretamente do processo de seleção e enquadramento das notícias veiculadas. São eles: um editor de texto¹⁸ que exerce a função de apresentador, um editor-chefe¹⁹ (que também é editor de texto), um produtor²⁰ principal que delega funções para outros produtores (que por sua vez,

¹⁷ Questionário devidamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética do Ministério da Saúde, por meio da Plataforma Brasil.(www.aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil). Tal procedimento é exigido quando a pesquisa envolve seres humanos.

¹⁸ “Jornalista que elabora a edição final de uma matéria, responsável pelo texto e imagem” (PATERNOSTRO, 1999, p.141)

¹⁹ “Jornalista responsável pelo telejornal” (PATERNOSTRO, 1999, p.141)

²⁰ “Produtor é aquele que fareja a notícia, que corre atrás a informação até juntar o quebra-cabeça que compõe uma investigação. Ele é capaz de reconhecer temas relevantes que podem se transformar em matérias e que passariam despercebidos para os outros. Exerce a função de repórter, embora não apareça no vídeo. São os

também pautam todos os programas da emissora de TV) e o gerente de jornalismo (que também participa de todos os programas da emissora). A pesquisa não levou em consideração os estagiários (por, ainda, não serem jornalistas formados) e editores de imagens (percebeu-se que não existe um *casting* fixo. Eles participam de todos os programas da casa, de acordo com a escala de trabalho).

Apesar de terem sido feitas entrevistas com todos os repórteres que aparecem nas matérias coletadas, optou-se por não as utilizar pelo mesmo motivo dos editores de imagem. Constatou-se que as matérias sobre meio ambiente “caíram” para os repórteres de maneira aleatória. Outro ponto motivador é o fato de os repórteres não participarem regularmente das reuniões de pauta da emissora, algo percebido ao longo das conversas e entrevistas com os profissionais.

Ao todo, quatro entrevistas foram analisadas. Para manter o anonimato dos profissionais, eles foram identificados nesta pesquisa como Jornalista A, Jornalista B, jornalista C e Jornalista D.

Uma vez finalizado o processo de coleta de dados, foi feita uma análise dos 51 VTs encontrados. Assim como nas entrevistas com os jornalistas, o nome dos personagens foi omitido das transcrições e análises, para garantir o anonimato. Foram mantidas apenas as profissões, funções e/ou cargos ocupados por eles que, em alguns casos substituem os nomes ocasionalmente citados nos Offs²¹ e cabeças²² e notas pé²³ de alguns VTs. A exceção está em frases do tipo: “Na casa de dona Maria...”, ou “Seu José faz de tudo para economizar água...”. Nesses casos, o primeiro nome foi mantido.

A mesma precaução com o anonimato foi tomada com os repórteres que assinaram cada VT e, também, os apresentadores²⁴ do telejornal. Nenhum deles foi identificado durante a análise das reportagens e entrevistas gravadas. Inclusive frases como: “acompanhe na reportagem de Fulano de Tal”, foram cortadas das transcrições.

produtores que descobrem matérias capazes de diferenciar um telejornal do outro” (BISTANE; BACELLAR, 2006, p.136)

²¹ “Texto lido pelo apresentador, locutor ou repórter e coberto com imagens.” (BISTANE; BACELLAR, 2006, p.135)

²² “Texto lido pelo apresentador para chamar a matéria. Geralmente, contém as informações mais relevantes da reportagem que será mostrada a seguir.” (BISTANE; BACELLAR, 2006, p.132)

²³ “Uma nota ao vivo, lida no final da matéria trazendo informação complementar ou que faltou à reportagem.” (PATERNOSTRO, 1999, p.146)

²⁴ Em alguns momentos do recorte temporal, principalmente durante os plantões de fim de semana, apresentadores do outro telejornal e, também, alguns repórteres apresentaram o ABTV 2ª Edição. Os mesmos não foram considerados como parte da equipe fixa do telejornal e, conseqüentemente, não foram entrevistados para esta dissertação.

Cada reportagem, sonora, nota coberta e stand-up gerou uma ficha de classificação com os principais dados que incluem a retranca²⁵ (idêntica ao espelho), a data em que foi ao ar, o tipo, a posição ocupada no espelho, o tempo do VT e o tempo total, incluindo cabeça e nota pé, lidas pelo apresentador.

Além da análise dos VTs selecionados, também foi feito um breve roteiro dos assuntos mostrados pelo telejornal, com base nas retrancas dos espelhos e dos títulos das reportagens disponibilizados no endereço eletrônico da TV Asa Branca.

4.3 O meio ambiente enquanto notícia no ABTV 2ª Edição

Para chegarmos ao valor notícia que o meio ambiente possui no ABTV 2ª Edição, foram confrontados os resultados encontrados nas análises dos VTs com o pensamento dos jornalistas entrevistados a respeito do tema. No que diz respeito a uma definição do meio ambiente, as respostas encontradas foram semelhantes: os profissionais entendem o tema como assuntos ligados à natureza, recursos naturais e sustentabilidade e, também, ao ambiente em que vive o ser humano.

[...] acho que o meio ambiente está muito relacionado com o local onde a gente vive. Todas as suas características urbanas ou rurais fazem parte desse meio ambiente. É a casa que a gente vive, é o bairro que a gente vive, é a cidade em que a gente vive. Independente se ela tem uma característica de uma cidade arborizada ou não, eu acho que estar inserido numa localidade é estar inserido num meio ambiente. É o nosso local de convivência, de vivência, enfim. Para mim, meio ambiente é isso (JORNALISTA D).

Percebeu-se, também, uma maneira homogênea de pensar sobre temática ambiental. Todos concordam se tratar de um assunto importante, porém muitas vezes negligenciado. Segundo o Jornalista B, esse é um tema que rende pautas para o telejornal. Porém é pouco aproveitado e, dessa forma, acaba passando despercebido: “Às vezes a gente pode estar observando com os olhos fechados, deixando passar muita situação aí que serviria até para a gente estar orientando nosso telespectador”. (JORNALISTA B).

Para definir de que forma os VTs analisados se relacionam com o meio ambiente e, assim, ajudar no processo de busca do valor-notícia no telejornal foi necessário categorizá-los.

²⁵ Segundo Paternostro é a identificação da matéria. “É pela retranca que a matéria fica identificada em todos os momentos do telejornal, desde a saída para a reportagem, edição, no espelho e quando ela vai ao ar. É imprescindível retranca clara, precisa e deve ser a mesma usada por todos os que trabalham naquela matéria” (1999, p.149).

Foram identificados quatro grupos: Grupo 1 – Reportagens ambientais; Grupo 2 – Meio ambiente factual; Grupo 3 – Meio ambiente indireto; Grupo 4 – meio ambiente ignorado.

Grupo 1 - Reportagens ambientais: O meio ambiente é o protagonista. Percebe-se que foram pensadas para promover e divulgar o meio ambiente. Estão incluídos neste grupo VTs de cunho didático e/ou informativo, bem como as chamadas reportagens “frias” ou “de gaveta”, que não têm pressa para serem veiculadas pois não estão ligadas a um factual. Um exemplo é a reportagem “Retirada pneus natureza”. Trata-se de uma reportagem totalmente pensada para divulgar um bom exemplo ambiental, que encerra a edição do dia 18 de março de 2015. O texto fala sobre a reutilização dos pneus recolhidos nas ruas e córregos de Caruaru, que vão para a reciclagem ou são doados aos artesãos da cidade. A transformação do lixo em arte recebe bastante destaque. O VT mostra várias obras de arte feitas a partir do material. Merece destaque a sonora²⁶ do próprio artesão que diz que ajudar ao meio ambiente é mais importante até que ganhar o dinheiro com as peças que fabrica. A matéria é finalizada com o diretor de meio ambiente da cidade falando da importância da reciclagem para o meio ambiente e para a sociedade.

Retranca: Retirada Pneus Natureza

Data de Exibição: 18/03/2015

Tipo: Reportagem

Posição no espelho: 3º Bloco

Tempo do VT: 1’28”

Tempo total: 1’40”

Apresentador: Uma iniciativa tem dado cara nova aos pneus que são retirados das ruas e córregos de Caruaru. O que antes era descartado, agora está sendo reaproveitado e transformado em outros objetos.

Off: Os pneus que chegam vão ficando neste espaço, disponibilizado dentro do terreno do aterro sanitário de Caruaru. Eles são recolhidos pelo departamento de limpeza urbana do município.

Passagem, Caruaru: Só no ano passado foram retirados das ruas, córregos e rios, mais de 24 mil pneus. Para onde eles vão depois daqui? Para a reciclagem. Ou ainda: são doados para o artesanato.

Sonora – Diretor Municipal de Limpeza Urbana – A gente dá totalmente de graça. Se for possível a gente tem o transporte para levar (os pneus) para o cidadão e o cidadão os transforma em artesanato.

Off: Esse artesão recebe parte do material e transforma em cadeiras, caqueiras para plantas, centros e também muitos outros objetos. Além de ter um retorno financeiro, ele ajuda na preservação da natureza.

²⁶ “Termo que se usa para designar uma fala da entrevista. Exemplo: Cortar uma sonora (escolher uma determinada fala)” (PATERNOSTRO, 1999, p.151).

Sonora - Artesão: “Tô” dando minha contribuição, ajudando ao meio ambiente. “Tô” fazendo a minha parte. O dinheiro vem depois. “Pra” mim, o mais interessante, é que eu “tô” ajudando o meio ambiente.

Off: o Superintendente de Meio Ambiente, acredita que o trabalho de reciclagem faz a diferença.

Sonora: Superintendente Municipal de Meio Ambiente: Tirando esse resíduo do meio ambiente e dando utilidade pra ele. Não deixando que ele continue no meio ambiente poluindo rios, lagos, vias e córregos. Causando enchentes, causando prejuízos à nossa sociedade. Reutilizando ele, dando utilidade pública para ele.

Figura 3 - Pneus doados são transformados em arte



Fonte: Extraído do ABTV 2ª Edição do dia 18/03/2015²⁷

Outro exemplo é a reportagem “Adubo poda árvores”, exibida no dia 01 de abril de 2015, que fala sobre a utilização dos galhos de árvore podados pela prefeitura, como adubo para as áreas verdes da cidade. O texto explica, de forma didática, como o adubo é produzido e também os benefícios que ele traz ao meio ambiente. O VT faz uma prestação de serviço, ao informar que o adubo será disponibilizado ao público gratuitamente à população.

²⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-2edicao/videos>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

Retranca: Adubo Poda Árvores
Data de Exibição: 01/04/2015
Tipo: Reportagem
Posição no espelho: 3º Bloco
Tempo do VT: 1'14"
Tempo total: 1'24"

Apresentador: Os galhos de árvores que, geralmente, seriam jogados no lixo, estão sendo transformados em adubo ecológico. Uma iniciativa que vem ajudando o meio ambiente.

Off: A ecologia ajuda a ver maneira com que se pode aproveitar uma rica matéria prima que está em toda parte, não só nas principais ruas e avenidas da cidade: é o material que resta das podas das árvores. Depois de cortados os galhos que geralmente ficavam perto demais da rede elétrica, são trazidos aqui para o aterro sanitário de caruaru. No local, são triturados nesta máquina.

Sobe som da trituradora

Off: o armazenamento por dias faz com que a matéria orgânica entre em decomposição.

Sonora - Engenheiro Ambiental: A partir de 15 a 20 dias, dependendo do fator climático, esse material já está pronto para ser utilizado. Aí já seria o insumo, seria o adubo orgânico final.

Off: O aterro tem recebido mensalmente cerca de 500 metros cúbicos do material. Por causa do uso que já é feito, a prefeitura economiza e não precisa mais comprar o fertilizante. O adubo orgânico está servindo para as áreas verdes da cidade. No segundo semestre estará disponível gratuitamente, também para a população.

Sonora - Diretor Municipal de Limpeza: Para aquelas pessoas que precisam preparar seu jardim, embelezar o seu jardim, nós temos um material limpo, um material que não tem nenhuma química. Qualquer um pode manusear e deixar o seu jardim em beleza.

Figura 4 - Funcionário do aterro sanitário de Caruaru tritura os galhos de árvores podados



Fonte: Extraído do ABTV 2ª Edição do dia 01/04/2015²⁸

Grupo 2 – Meio ambiente factual: O meio ambiente também aparece como protagonista, porém atrelado a algum fato ou data temática. Estão incluídas nesse grupo as matérias factuais, ou “quentes”, que vêm ligadas a algum evento ocorrido no espaço de tempo entre as edições do telejornal. Devem ser veiculadas o quanto antes, ou podem “esfriar”. Um bom exemplo é a matéria “IPTU Verde Sertão” do dia 03 de março 2015, que fala sobre a arborização do município de Serra Talhada no sertão pernambucano. O factual que motiva o texto é um projeto de lei dá desconto no IPTU a moradores quiserem plantar, ou já possuírem árvores em casa. Um engenheiro florestal fala da pouca arborização do local e o texto se desenvolve mostrando a importância e os benefícios que esse tipo de ação pode trazer para a cidade.

Retranca: IPTU Verde Sertão

Data de Exibição: 03/03/2015

Tipo: Reportagem

Posição no espelho: 3º Bloco

Tempo do VT: 2’01”

Tempo total: 2’12”

Apresentador: A partir do ano que vem, moradores de Serra Talhada podem passar a ter um desconto no pagamento do IPTU. Isso vai depender de algumas ações relacionadas à conscientização ambiental.

²⁸ . Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-2edicao/videos>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

Off: De acordo com um senso feito pela Universidade Federal Rural de Pernambuco em 2012, Serra Talhada tem pouco mais de 8 mil e 500 árvores. Para uma população superior a 80 mil habitantes, a área de cobertura arborizada é pequena, como avalia esse engenheiro florestal.

Sonora - Engenheiro Florestal: Nós temos aqui em torno de 0,65 metros quadrados, isto é, quase meio metro quadrado, quando o ideal – não existe um número certo – mas acredito que seja em torno de uns quatro metros quadrados por pessoa.

Off: Até o fim deste ano, esta realidade pode mudar. Um projeto de lei da câmara de vereadores dá o direito à desconto de seis por cento no IPTU. A Vantagem é para o morador que já tenha árvores plantadas entre os muros da casa ou na calçada e, ainda, para quem quiser começar a plantar mudas já a partir desta terça-feira. O autor do projeto acredita que a população vai se mobilizar.

Sonora - Vereador autor do projeto: A população vai ter interesse de receber o benefício do desconto, de seis por cento. Desta forma vai estar ajudando na arborização da cidade, deixando a cidade mais embelezada, além de amenizar, também, a quentura da nossa cidade que é, digamos, muito, muito grande.

Off: O desconto será fixo, concedido uma vez ao ano pela iniciativa do morador. Não vai aumentar de acordo com a quantidade de árvores plantadas. Será dado a quem requisitá-lo até junho deste ano na Secretaria de Meio Ambiente. Na prática, só vai valer mesmo no IPTU do ano que vem. Nesta solenidade, com a presença de alunos de uma escola do município, potenciais multiplicadores da ideia, o projeto foi sancionado pelo prefeito de Serra Talhada.

Sonora - Estudante: Com as árvores, nós poderemos viver.

Sonora - Estudante: Plantar mais árvores para nosso meio ambiente.

Off: O transplante desse ipê-roxo, para a arborização do canteiro central, serviu de reforço para o apoio ao meio ambiente.

Sonora - Prefeito de Serra Talhada: A arborização da cidade com plantas nativas, com ipês que já estamos tirando do campo adultos e plantando nas avenidas. Então são iniciativas como essas que fortalecem, cada vez mais, o meio ambiente.

Figura 5 - Pouca arborização de Serra Talhada estimula implantação do IPTU Verde



Fonte: Extraído do ABTV 2ª Edição do dia 03/03/2015²⁹

Outro exemplo é a matéria “Abandono Animais” veiculada em 07 de maio de 2015. Trata-se de uma matéria leve, com o intuito de comover a quem assiste. Por ser motivada por uma feira de adoção de animais de rua em Caruaru, ganha um caráter factual. O texto começa mostrando um exemplo bem-sucedido de adoção em uma empresa que recolheu das ruas uma cadela já adulta. Fala da relação de carinho entre o animal e os funcionários. Em seguida mostra o evento e explica como os interessados podem adquirir um dos bichos disponíveis. Pode ser considerada uma matéria de meio ambiente, pois cães e gatos fazem parte da fauna urbana. Porém o foco está na questão social. A problemática dos animais de rua não é aprofundada.

Retranca: Abandono Animais
Data de Exibição: 07/05/2015
Tipo: Reportagem
Posição no espelho: 3º Bloco
Tempo do VT: 1’48”
Tempo total: 2’07”

Apresentador: você já parou para pensar como deve ser a vida de um animal abandonado pelas ruas? Não deve ser nada fácil. No intuito de encontrar um lar para esses animais, a prefeitura de Caruaru tem desenvolvido atividades para estimular as doações. O Ministério Público e o Exército também têm abraçado essa causa.

²⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-2edicao/videos>>. Acesso em 08 mar. 2015.

Off: Existe um nome que está no coração de quem trabalha neste depósito de reciclagem de jeans em Caruaru.

Duas sonoras curtas sem credito: Kelly!

Off: Kelly é esta aí. Cadela com pouco mais de 8 anos. Ela foi adotada quando ainda tinha uma doença que paralisou a parte de trás do corpo, incluindo o movimento das pernas. Foi um ano de tratamento até melhorar.

Sonora - Gerente de Depósito: Ela retribui em dobro. Ela é como um cão de guarda aqui. **(Repórter pergunta)** É uma relação de Carinho? É. Depois que a gente pegou uma relação de carinho com ela, é muito bom. Muito bom mesmo.

Off: Muitos animais não têm a mesma sorte. Ignorados, se alimentam até no lixo. É uma realidade de abandono e maus tratos. Mas a campanha de adoção da Gerência de Proteção aos Animais quer mudar isso. Até amanhã, estão expostos cães e gatos que precisam apenas de um passaporte para um lar: a sensibilidade de um novo dono. Já medicados e acompanhados por um veterinário, podem ter uma vida melhor na casa de alguém.

Sonora - Coordenadora da Gerência de Proteção aos Animais: Para você adotar um animal, você tem que ter a responsabilidade de cuidar.

Passagem, Caruaru: De acordo com dados da assessoria, até dezembro de 2014, onze campanhas foram realizadas. Mais de 560 animais foram adotados. O Ministério Público também acompanha esse trabalho. Há outras ações discutidas recentemente com prefeitura e exército, para diminuir o número de animais abandonados nas ruas.

Sonora – Promotora de Justiça: Na verdade essa multiplicação por exemplo de animais de rua causa, em geral, maus tratos aos animais e também um risco à saúde pública. O objetivo dessas reuniões é para discutir e implementar as melhorias para que haja, de fato, uma diminuição da quantidade de animais.

Figura 6 - Animais de rua são disponibilizados para adoção



Fonte: Extraído do ABTV 2ª Edição do dia 07/05/2015³⁰

³⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-2edicao/videos>>. Acesso em 12 maio 2015.

Grupo 3 – Meio ambiente indireto: Nos VTs desse grupo o meio ambiente não é o protagonista. Aqui o assunto não é citado de maneira explícita, mas se faz presente de alguma forma, seja em dado momento do texto, na sonora de algum personagem, na cabeça ou, até mesmo, diluído em outra editoria. Um exemplo é a reportagem “Projeto Biodigestores”. Foi veiculada no dia 04 de março de 2015 e mostra a técnica que transforma esterco em gás de cozinha no município de Bom Conselho, no agreste de Pernambuco. O apresentador fala sobre o meio ambiente na cabeça, mas o tema não é tratado ao longo do texto (apesar de o repórter mencionar um fundo ambiental que ajudou a financiar o projeto). A matéria explica o processo de conversão em energia e os benefícios para a agricultura, por causa do adubo que também é gerado a partir dos resíduos. Fala-se em economia doméstica, porém não se explica como um biodigestor pode ser bom para o meio ambiente e, dessa forma, o assunto aparece de maneira indireta.

Retranca: Projeto Biodigestores

Data de Exibição: 04/03/2015

Tipo: Reportagem

Posição no espelho: 2º Bloco

Tempo do VT: 2’26”

Tempo total: 2’44”

Apresentador: Uma técnica capaz de transformar esterco em gás de cozinha tem beneficiado muitos moradores de Bom Conselho. É que, além de contribuir com o meio ambiente, o biodigestor também gera economia para as famílias.

Off: Gedalva agora cozinha mais satisfeita para a família. O gás que a abastece o fogão e prepara os alimentos vem de um aparelho instalado no terreno de casa, o biodigestor.

Sonora - Gedalva: Cozinha tudo direitinho. Tudo mesmo! Too bem satisfeita, graças a Deus.

Off: O marido dela custou a acreditar. Mas bastou o equipamento funcionar para ele perceber a economia e mudar de ideia.

Sonora - Marido da Gedalva: Ao invés da gente estar gastando com o botijão, a gente já economiza o dinheiro, né?

Off: A família dela foi beneficiada pelo Projeto Biodigestor, coordenado por uma ONG, com o apoio do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal. Ao todo, serão 120 famílias atendidas nos municípios de Bom Conselho e Jupí.

Sonora - Coordenador do Projeto: O primeiro critério é que as famílias sejam beneficiadas pelo Programa Nacional de Habitação Rural e um segundo que é tão importante quanto este é que a família crie animais porque precisa do esterco para abastecer o biodigestor.

Off: A técnica usada para a utilização do biodigestor é simples.

Sonora - Técnico de Agricultura: Após o esterco ter chegado na caixa de fermentação, vai ter o processo de fermentação com uma bactéria anaeróbica, que vai ser através do sol, que vai ter todo um processo. Logo após a caixa vai começar a subir. Então, essa caixa que a gente utiliza em cima do biodigestor vai estar armazenando gás.

Off: O técnico disse, ainda, que com a caixa cheia, o volume de gás equivale à mesma quantidade de três botijões. Há dois meses, Josefa recebeu o biodigestor. A produção aqui é tanta que consegue abastecer duas casas.

Sonora - Josefa: Agora não tem mais aquela preocupação: Faz um bolo e tem que pensar logo no gás. Agora eu cozinho três bolos na semana, cozinho quatro. Às vezes minha irmã ainda cozinha e assim vamos levando a vida.

Passagem, Bom Conselho: Antes, muitas dessas famílias eram dependentes do gás de cozinha, o chamado GLP. Na falta dele tinham que carregar lenha ou comprar carvão para fazer fogo. Agora com o biodigestor não há problema com a falta de gás e o que sobra pode ser utilizado na agricultura.

Sonora - Coordenador do Projeto: Aquilo que o biodigestor bota para fora é o esterco já curtido que pode ser colocado diretamente no solo para melhorar a qualidade, a fertilidade do solo e também o bio fertilizante que é utilizado na adubação foliar. Além de evitar pragas: pulgões, cochonilhas e outras pragas, ele também fortalece a planta. Então são dois valores agregados além do gás que é usado no fogão.

Figura 7 - Biodigestor fornece gás de cozinha para famílias de Bom Conselho



Fonte: Extraído do ABTV 2ª Edição do dia 04/03/2015³¹

Outro exemplo encontrado é a matéria “Mutirão Dengue”, do dia 09 de maio de 2015, que mostra uma mobilização conjunta da Prefeitura de Caruaru e do exército para combater a

³¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-2edicao/videos>>. Acesso em 09 mar. 2015.

Dengue e outras febres virais. Além do trabalho dos agentes de endemia e dos militares, o texto mostra a limpeza do lixo no rio Ipojuca como uma das formas de combater os focos do mosquito transmissor. Porém a forma que o lixo favorece a reprodução do inseto não fica explícita. O meio ambiente aparece de maneira indireta, atrelado a uma matéria com o foco em saúde e comunidade.

Retranca: Mutirão Dengue
Data de Exibição: 09/05/2015
Tipo: Reportagem
Posição no espelho: 2º Bloco
Tempo do VT: 1'39"
Tempo total: 1'55"

Apresentador: O dia também foi de combate ao mosquito da dengue em Caruaru. 28 máquinas limparam alguns trechos do rio Ipojuca e para ajudar na conscientização da população, a Vigilância Sanitária contou com um reforço de 50 homens do exército que distribuíram panfletos explicativos.

Off: O mutirão contra a dengue e a muriçoca envolveu quase 300 profissionais. O principal objetivo foi alertar a população em relação aos riscos da doença e como se deve combatê-la.

Sonora - Diretor de Vigilância em Saúde: o objetivo principal é sensibilizar a população, que mantenha os cuidados que tem tido até agora para a gente ficar livre dessa doença.

Off: 140 agentes de saúde passaram de casa em casa, orientando as pessoas e fiscalizando os reservatórios. Mais de três mil casas receberam essa visita, só hoje.

Sonora - agente de endemias (começa com a pergunta do repórter): Como é que foi encontrada a casa de Luciana? Até agora, em tudo que eu fui olhar, sua casa está tudo bem. A senhora está de parabéns, está certo? Mantenha sempre assim, tá bom? Caso os reservatórios, a senhora encontre larvas em algum desses abertos, lave bem lavadinho os reservatórios. Jogue a água fora, lave bem lavadinho e tampe bem tampadinho.

Sonora - Luciana: Sempre manter os baldes fechados, tirar garrafa, não deixar garrafa aberta para evitar essa doença na população e, principalmente, dentro de casa.

Off: No controle da muriçoca, a Secretaria de Saúde elaborou um plano: são 28 máquinas fazendo a limpeza em pontos estratégicos do rio Ipojuca em Caruaru.

Passagem, Caruaru: O mutirão contou, ainda, com a participação de 50 homens do exército, que entregaram panfletos explicativos sobre o combate à dengue.

Sonora - Sargento do Exército: Nossa intenção é somar forças com a prefeitura, com os órgãos municipais, com a sociedade, para que a gente, juntando essas forças, possa combater esse mosquito e conseguir vencer essa batalha.

Figura 8 - Máquina limpa trecho do rio Ipojuca durante mutirão de combate à dengue



Fonte: Extraído do ABTV 2ª Edição do dia 09/05/2015³²

Grupo 4 – Meio ambiente ignorado. Assuntos em que o meio ambiente poderia ter sido abordado, mas por alguma razão isso não ocorreu. O assunto foi deixado de lado pelo jornalista. Um exemplo é a reportagem “Animais Soltos BR” que foi ao ar em 16 de junho de 2015. Mostra um acidente envolvendo moto e cavalo que matou uma mulher na BR-232, próximo ao município de Tacaimbó no agreste de Pernambuco. O texto faz uma retrospectiva dos acidentes envolvendo animais nas rodovias federais que cortam o estado. De forma didática, são citados o trabalho de remoção dos animais feito pela Polícia Rodoviária Federal, as punições para os proprietários que deixam os bichos soltos e a falta de consciência dessas pessoas. Um professor de trânsito orienta sobre como os motoristas podem evitar acidentes ao encontrar um animal solto no caminho. Por tratar diretamente de animais e dos riscos e maus tratos que eles sofrem ao serem deixados soltos próximo a rodovias, o meio ambiente poderia ser um tema abordado nessa matéria. Porém foi ignorado.

Retranca: Animais Soltos BR
Data de Exibição: 16/06/2015
Tipo: Reportagem
Posição no espelho: 2º Bloco
Tempo do VT: 3’03”
Tempo total: 3’18”

³² . Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-2edicao/videos>>. Acesso em: 14 maio 2015.

Apresentador: A passageira de uma moto morreu hoje na BR-232, próximo do município de Tacaimbó, depois que o motoqueiro bateu em um cavalo. Esta é mais uma vítima de um tipo de acidente que assusta as autoridades: o que envolve animais soltos nas rodovias.

Off: O acidente foi na BR-232, perto de Tacaimbó. A mulher que estava na garupa da moto, morreu no local. A polícia rodoviária federal informou que o piloto atropelou um cavalo que estava na pista. Só no ano passado, 245 acidentes envolvendo animais foram registrados nas rodovias federais que cortam Pernambuco. 142 pessoas ficaram feridas e três morreram. Para evitar que isso aconteça, os policiais usam veículos como este para recolher os animais soltos na pista. Só em uma manhã, eles conseguiram remover onze animais. Existe uma parceria com a prefeitura e eles são levados para o curral do gado.

Passagem, São Caetano: De acordo com os dados da polícia rodoviária federal, do começo do ano, até o dia 15 de junho, foram apreendidos nas rodovias federais pernambucanas, 428 animais. Desse total, 201 foram recolhidos na área da delegacia da PRF em Caruaru.

Off: O inspetor disse que, embora haja o recolhimento dos animais, os acidentes acontecem porque os donos precisam se conscientizar do perigo.

Sonora - Inspetor da PRF: O trabalho de recolhimento vem sendo feito. Os números indicam isso. Mas infelizmente, mesmo com esse recolhimento, os animais continuam a ser capturados. Isso indica que os seus proprietários não estão conscientes do risco que é deixar esses animais, podendo causar mortes, como vêm acontecendo ultimamente.

Off: Quem deixa animais soltos na pista pode responder criminalmente.

Sonora - Inspetor da PRF: Além de responder penalmente, o animal dele é recolhido. Ele tem que pagar uma multa, no caso a prefeitura de Caruaru, por onde os animais são encaminhados, para poder liberar esse animal. E vai responder a um inquérito policial civil. A lei determina que qualquer animal deve ser conduzido por seu proprietário se for em deslocamento. Ele não pode ficar solto em hipótese alguma. Nem mesmo ficar às margens da rodovia, sequer amarrado, porque existe o risco dele se soltar e vir a provocar um acidente.

Off: O professor de trânsito explica o que o motorista deve fazer quando encontrar animais nas rodovias.

Sonora - Professor de trânsito: devem reduzir a velocidade, observando pelo espelho retrovisor, porque, muitas vezes os veículos que vêm atrás, se o da frente frear bruscamente, pode ser que venham a colidir na traseira do veículo da frente. Então reduz a velocidade e passa, preferencialmente, pela traseira do animal para que não venha a assustá-lo. Não buzinar, para que o animal não vá para frente do veículo, não vá na direção do veículo e, à noite, não ligar luz alta, porque o animal tende a ir para frente da luz, para cima da luz. E, também, quando passar pelo animal, informar aos condutores que vêm em sentido contrário, piscando os faróis e informando que há um animal solto no trecho em que ele passou, para que os demais também mantenham sua precaução e se possível assim que encontrar um posto policial, informe ao posto policial que há um animal solto colocando em risco a segurança de todos para que as devidas providências sejam tomadas para evitar acidentes.

Figura 9 - Animal recolhido na BR-232 em Caruaru



Fonte: Extraído do ABTV 2ª Edição do dia 16/06/2015³³

Também é possível encontrar exemplos do grupo 4 nos VTs “Fechamento Matadouro” e “Desativa Matadouro” exibidas, respectivamente, em 17 e 19 de junho. Trata-se de uma nota coberta e uma reportagem sobre um mesmo assunto com um dia de diferença entre elas. Por esse motivo, as duas foram citadas. A nota fala simplesmente da decisão da prefeitura em fechar o estabelecimento e transferir o abate para outro local. As imagens mostram as condições degradantes e até a presença de animais como um cachorro. Porém isso passa despercebido pela narração. A reportagem é um pouco mais explicativa. Mostra as razões da interdição e a solução encontrada. O off fala dos problemas estruturais, do esgoto entupido e traz a sonora de um morador reclamando da limpeza do local. Em nenhum momento se fala dos problemas ambientais causados por um estabelecimento desse tipo em tais condições. Não se levantam questões como falta de licença ambiental ou descarte incorreto de resíduos. Nos dois casos, o meio ambiente é ignorado.

Retranca: Fechamento Matadouro

Data de Exibição: 17/06/2015

Tipo: Nota Coberta

Posição no espelho: 1º Bloco

Tempo do VT: 0’40”

Tempo total: 0’40”

Apresentador: E a prefeitura de caruaru divulgou na tarde de hoje que vai fechar o matadouro do Juá que fica na zona rural.

³³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-2edicao/videos>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

Entram imagens - continua a narração do apresentador

De acordo com a nota a vigilância sanitária fez uma inspeção a pedido do Ministério Público e comprovou as precárias condições de funcionamento que serão detalhadas no relatório a ser encaminhado à promotoria. Já que uma reforma seria cara, ficou resolvido que o abate será transferido para outro matadouro e a prefeitura vai pagar o transporte da entrega de carne.

Apresentador (nota pé): Na próxima semana o secretário de gestão de serviços públicos vai se reunir com as pessoas que usam o matadouro do Juá para acertar os detalhes da transferência.

Retranca: Desativa Matadouro

Data de Exibição: 19/06/2015

Tipo: Reportagem

Posição no espelho: Bloco

Tempo do VT: 1'29"

Tempo total: 1'36"

Apresentador: o matadouro público do juá em Caruaru foi desativado. O motivo foi a falta de condições de funcionamento.

Off: A pedido do Ministério Público, a Vigilância Sanitária inspecionou o local e constatou as precárias condições higiênicas e estruturais. O telhado, as paredes e o curral estão, praticamente, destruídos pela falta de manutenção. O esgoto também apresenta problemas, como entupimento e vazão do sistema de drenagem. O Ministério Público tomou conhecimento do caso por causa de denúncias feitas por moradores.

Sonora - Pintor: o nosso maior problema é a calamidade em termos de limpeza. O matadouro, "ó" a situação!

Off: De acordo com o Secretário Municipal de Gestão e Serviços Públicos, o custo para a realização de obras no local seria alto. Ele disse, também, que o matadouro público de Caruaru foi reformado recentemente e passou a ter capacidade de suprir a demanda do Juá.

Sonora - Secretário Municipal de Serviços Urbanos: Não se justificaria ter um equipamento industrial, hoje a legislação exige uma série de investimentos, para, simplesmente, oito animais por semana. Então o que nós vamos fazer? Nós vamos utilizar o matadouro existente e transportar o produto acabado para o Juá. Então a população não vai ficar desabastecida nem, tampouco, os seus marchantes vão deixar de ter um lugar para se fazer esse abate de forma adequada.

Figura 10 - Cachorro busca alimento no matadouro do Juá em caruaru

Fonte: Extraído do ABTV 2ª Edição do dia 17/06/2015³⁴

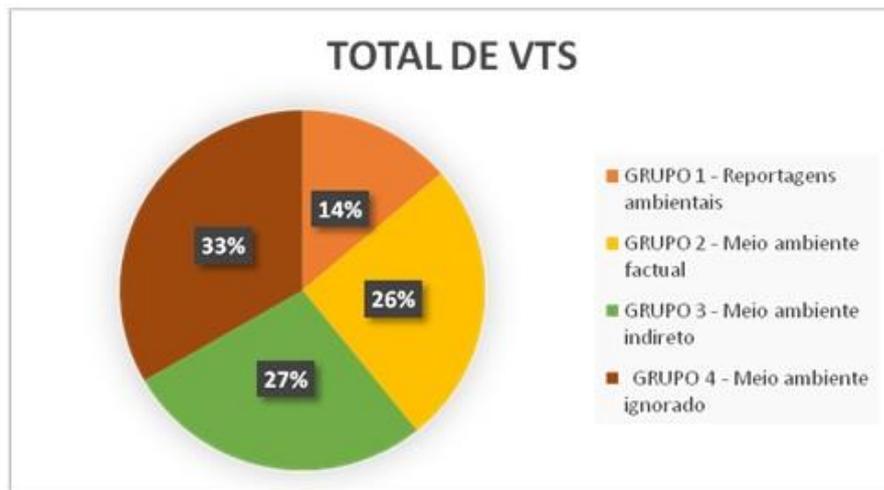
Ao todo foram analisadas 45 reportagens, três stand-ups, duas sonoras e uma nota coberta. Juntas formam um total de 51 VTs. A maior parte pertence ao grupo 4 com 17, o que equivale a 33% do total. Em segundo lugar veio o grupo 3 com 14 VTs ou 27%. O grupo 2 terminou a contagem com 13 VTs que correspondem a 26% e o grupo 1 teve apenas 7, que representam 14% do total.

Tabela 1- Total de VTs

	TOTAL DE VTS
GRUPO 1 - Reportagens ambientais	7
GRUPO 2 - Meio ambiente factual	13
GRUPO 3 - Meio ambiente indireto	14
GRUPO 4 - Meio ambiente ignorado	17

Fonte: Elaborada pelo autor

³⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-2edicao/videos>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

Gráfico 1- Total de VTs

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação ao posicionamento no espelho, percebe-se que os grupos 2, 3 e 4 se concentram mais nos dois primeiros blocos, a depender do assunto abordado e do tipo do factual (no caso do grupo 2).

Tabela 2- Número de VTs por bloco

	1º BLOCO	2º BLOCO	3º BLOCO
GRUPO 1 - Reportagens ambientais	1	1	5
GRUPO 2 - Meio ambiente factual	6	2	5
GRUPO 3 - Meio ambiente indireto	8	5	1
GRUPO 4 - Meio ambiente ignorado	7	8	2

Fonte: elaborada pelo autor

Pela tabela acima, percebe-se que os VTs do grupo 1, se concentram no terceiro bloco: 5 ao total. Isso ilustra a tendência das matérias ambientais serem reservadas para o encerramento do telejornal. Foi o caso dos VTs “Retirada Pneus Natureza” (matéria sobre a reutilização dos pneus recolhidos nas ruas e córregos de Caruaru veiculada em 18 de março.); “Adubo Poda Árvores” (matéria do dia 01 de abril sobre a utilização dos galhos de árvore cortados e triturados como adubo nas áreas verdes, pela prefeitura de Caruaru); “Situação Jucazinho” (exibida em 02 de julho a matéria trata do problema de abastecimento de água e do rodízio nas cidades em decorrência do nível cada vez mais baixo da barragem de Jucazinho

por falta de chuvas. É uma suíte³⁵ de um caso que foi acompanhado pelo telejornal ao longo de 2015).

A análise constatou que apenas em dois momentos do recorte temporal estudado os VTs do grupo 1 ocuparam os primeiros blocos do telejornal. No caso da sonora “O que diz Apac”, veiculada no dia 08 de abril de 2015, ficou posicionada no primeiro bloco, por se tratar de uma resposta da Agência Pernambucana de águas e Clima, que complementou duas reportagens sobre estragos e morte causados pela chuva:

Retranca: O Que Diz a APAC

Data de Exibição: 08/04/2015

Tipo: Sonora

Posição no espelho: 1º Bloco

Tempo do VT: 0’25”

Tempo total: 0’50

Apresentador: A APAC, Agência Pernambucana de Águas e Clima informou que a chuva do começo da tarde de hoje em Caruaru foi fraca: 6,8 milímetros. Mas em outras localidades do agreste choveu forte de ontem para hoje. Em Ibirajuba Foram 68 milímetros, em Pesqueira 66,8 e em Poção, 75 milímetros. Lembrando que chuva acima de 40 milímetros é considerada forte. Veja a explicação para tanta chuva em tão pouco tempo no agreste.

Sonora - Diretor-presidente da APAC: Estamos começando o período chuvoso dessa região, da região do agreste. Então, a partir do mês de abril começam a ocorrer as chuvas mais fortes do período. O que ocorreu nas últimas 24 horas é que nós tivemos um aporte de umidade maior e como a temperatura está muito alta então houve um movimento ascendente dessa umidade que causou chuvas intensas naquela região.

A sonora encerra uma sequência de duas matérias sobre as consequências de uma forte chuva que causou estragos na cidade de Caruaru. A primeira traz a morte de um jovem de 21 anos, esmagado por uma árvore que caiu. É mostrado o local do acidente e se explica como ocorreu a fatalidade. Parentes da vítima e, também, um Cabo do corpo de bombeiros são ouvidos. O meio ambiente aparece na cabeça, quando o apresentador fala da força dos ventos e na sonora do técnico da Defesa Civil que explica os cuidados que devem ser tomados na hora de se proteger em casos de chuvas fortes e alerta para o perigo de filmagens nestas ocasiões. Em nota pé, o apresentador traz ainda, informações sobre outra vítima que estava no

³⁵ “A sequência que se dá ao assunto quando a notícia é quente e continua a despertar interesse nos telespectadores. A suíte deve sempre conter elementos que a atualizem” (PATERNOSTRO, 1999, p.151).

local do acidente, mas que escapou com vida. A matéria foca no factual e o meio ambiente aparece de maneira indireta

A segunda matéria é um apanhado geral dos estragos que a chuva causou na cidade. A equipe de reportagem vai a alguns trechos onde ocorreram os problemas, ouve testemunhas e mostra árvores tombadas e o prejuízo causado. O meio ambiente também entra de forma indireta, apenas quando o evento climático é citado. Apenas na sonora final, que é chamada separadamente pelo apresentador, um especialista da Agência Pernambucana e Águas e Clima explica o porquê de tal evento. Nela, o meio ambiente está em foco, pois se trata de orientações a respeito do clima. Ainda na cabeça, o apresentador traz informações sobre a chuva em outras cidades da região e explica o que é considerado “chuva forte” pelos meteorologistas. Contudo, a sonora entra apenas como um complemento didático em uma sequência de matérias motivadas pelo factual.

Já a matéria “Energia Eólica” ocupou o segundo bloco, provavelmente, pela última parte da edição do dia 29 de maio de 2015 ter sido dedicada aos preparativos do São João de Caruaru, evento que movimentava a cidade nesta época do ano com grande importância para a economia local.

Retranca: Energia Eólica
Data de Exibição: 29/05/2015
Tipo: Reportagem
Posição no espelho: 2º Bloco
Tempo do VT: 2’28”
Tempo total: 2’51”

Apresentador: O cenário do agreste começa a se transformar. Em Paratama e em Caetés uma estação de usina eólica tem chamado atenção de quem passa pelo local. Dezenas de aereogeneradores, uma espécie de cata-vento gigante, vão transformar a energia do vento em elétrica. Segundo especialistas, Pernambuco já é uma referência no país quando o assunto é a geração de energia através do vento.

Off: Por onde passam as carretas chamam atenção. Elas transportam peças que vão transformar a força do vento em energia. As turbinas eólicas, que são esta espécie de cata-vento gigante começaram a ser instaladas neste terreno de três mil hectares e fica entre as cidades de Paratama e Caetés, no agreste. Quando estiverem prontas, as turbinas vão atingir 80 metros de altura. Na hélice, de uma ponta à outra são 100 metros de largura. Das 107 turbinas previstas, 22 começaram a ser montadas. E a previsão é que em setembro deste ano elas comecem a funcionar

Sonora - Diretor de Implantação e Operações da empresa responsável pelo parque eólico: Nós estamos hoje, aproximadamente, com 75 por cento

das obras já concluídas. Nós temos 21 aero geradores já montados do total de 107. Na fase, hoje, nós estamos concluindo a montagem de um aero gerador por dia. Então eu acho que é um investimento fundamental para essa região, mas, principalmente, para o setor elétrico brasileiro.

Passagem, Caetés: Os especialistas dizem que a região do agreste meridional possui ventos fortes e constantes. Condições ideais para a instalação das turbinas eólicas que, quando começarem a funcionar, vão produzir energia limpa o ano todo.

Off: O investimento é de mais de 800 milhões de reais e quando estiver pronto, este parque eólico terá capacidade de geração de 182 megawatts. Isso é suficiente para abastecer cerca de 300 mil casas e uma média de um milhão e 200 mil pessoas. A energia gerada pela força dos ventos vai ser levada pelas torres de transmissão, que já estão sendo erguidas, até uma subestação que fica em Garanhuns. E de lá a energia é distribuída para a Celpe e companhias elétricas de outros estados. Para o diretor da empresa dona do parque, esse tipo de produção energética vem ganhando espaço no país.

Sonora - Diretor de Implantação e Operações da empresa responsável pelo parque eólico: Sem dúvida nenhuma essa região toda aqui do agreste pernambucano será referência como um produtor de energia sustentável, uma energia economicamente viável para a população. É uma das energias mais baratas que a gente tem e que está cada vez sendo implantada em maior quantidade no Brasil. Sem dúvida, eu diria que hoje já é referência no Brasil.

Figura 11 - Aero geradores no campo eólico em Caetés



Fonte: Extraído do ABTV 2ª Edição do dia 29/05/2015³⁶

A matéria mostra a implantação de um parque eólico no agreste. O repórter fala do andamento das obras e das vantagens que esse tipo de energia vai trazer para a população. Fala do potencial da região para a produção de energia eólica. Também exemplifica de

³⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-2edicao/videos>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

maneira didática a capacidade de geração de energia e quantas residências poderão ser beneficiadas. Porém, alguns termos que se referem ao meio ambiente não são totalmente explicados ou desenvolvidos. Tanto repórter quanto entrevistado utilizam termos como energia limpa e energia sustentável. Porém não se explica no texto o porquê dessa energia possuir tais qualidades. Mesmo assim essa pode ser considerada uma reportagem pensada para divulgar o meio ambiente.

A presença da maior parte dos VTs do Grupo 1 no terceiro bloco do telejornal reforça o pensamento dos jornalistas entrevistados. Segundo eles, o meio ambiente é uma editoria leve, que é utilizada, preferencialmente, para encerrar o telejornal

A gente começa com as matérias mais quentes. Primeiro bloco sempre é muito assim. O segundo bloco já puxa mais um pouquinho para a economia, mais para a educação e aí no terceiro bloco, já que o ABTV são três blocos, o meio ambiente fica juntinho ali com cultura já para dar uma aliviada. Ele serve para dar uma equilibrada, para deixar as últimas notícias mais leves. (JORNALISTA C)

Aliás, essa é a percepção que os jornalistas entrevistados têm do meio ambiente dentro do telejornal.

No ABTV 2ª Edição eu vejo mais (matérias de meio ambiente) no sábado e feriado. Geralmente dia de sábado a gente tem uma dificuldade para fechar o jornal, quando é aquele (sábado) que não tem factual. Então matérias assim, que a gente chama de frias têm essa oportunidade (JORNALISTA A)

Para os profissionais, matérias ambientais não são vistas com frequência no espelho. A tendência é que a temática seja motivada pelo factual. “O algo pensado diretamente para o meio ambiente está um pouco mais escasso. A gente envolve mais essa questão de meio ambiente quando tem um factual envolvendo isso” (JORNALISTA B)

Ainda seguindo a tabela 2, percebe-se que VTs do Grupo 2, onde o meio ambiente vem atrelado ao factual ou data temática, também se concentraram bastante no terceiro bloco do telejornal: foram cinco. O segundo bloco trouxe dois e o primeiro bloco seis VTs.

Das matérias que fizeram parte do primeiro bloco, três abrem o jornal. São elas: “Suíte Chuva Caruaru” do dia 9 de abril de 2015 que retoma uma sequência de matérias do dia anterior sobre os estragos causados por um forte temporal na cidade. O evento climático provocou uma série de prejuízos e a morte de um homem; “Reunião MP Feira” de 22 de maio de 2015, um factual sobre um impasse na compensação ambiental do desmatamento no terreno onde será construída a nova Feira da Sulanca. Na verdade, é uma suíte de uma outra matéria com o mesmo tema veiculada no início do mês de maio – e que, apesar de pertencer ao primeiro bloco, não teve força para abrir o jornal; e “Interdição Matadouro” de 22 de junho

de 2015 que, como a retranca informa, fala sobre a interdição do matadouro público do município de Gravatá.

O que se torna evidente sobre o Grupo 2 é que, mesmo quando vem atrelado ao factual ou a uma data temática, o meio ambiente nem sempre encontra força para abrir o telejornal. “Vai muito de acordo com o fato que está acontecendo naquele dia, em relação ao meio ambiente. Se for uma coisa de grande impacto, ela vai abrir o jornal. Se não for de grande impacto ela vai compor o segundo bloco ou, até o terceiro” (JORNALISTA D).

O Jornalista A concorda e condiciona o posicionamento do meio ambiente enquanto factual no espelho, de acordo com o tipo de factual a que ele está atrelado.

Se for um meio ambiente factual, com certeza vai ter prioridade de abrir o jornal, se não tiver um outro factual. Se tiver um acidente que morreram dez pessoas, vai ser esse acidente que morreram dez pessoas. O (meio ambiente) pode vir em seguida, como uma opção da edição ou abrindo o segundo bloco. Agora se eu tenho o factual que morreram dez pessoas e tenho uma matéria fria de meio ambiente para espelhar o jornal, com certeza vai ser a última opção do jornal. Se for aquela matéria fria, aquela coisa, leveza, tal, aí geralmente encerra o jornal (JORNALISTA A).

Durante a análise percebeu-se uma semelhança entre a matéria “Incêndio Serra dos Cavalos” e a sonora “Apreensão Pássaros” veiculadas, respectivamente, nos dias 16 de abril e 11 de junho de 2015. Ambas mostram danos graves ao meio ambiente, mas não têm força para abrir o primeiro bloco, perdendo espaço no espelhamento para outros assuntos.

Retranca: Incêndio Serra dos Cavalos

Data de Exibição: 16/04/2015

Tipo: Reportagem

Posição no espelho: 1º Bloco

Tempo do VT: 1’26”

Tempo total: 1’41”

Apresentador: Depois de muito trabalho da equipe do corpo de bombeiros, que contou com a ajuda de moradores, chegou ao fim um incêndio na Serra dos Cavalos em Caruaru. Foram quatro horas de chamas que deixaram mais de dois hectares de vegetação nativa queimados.

Off: Por volta das cinco horas da manhã de hoje, agricultores e moradores viram a fumaça. Quando chegaram ao local, o fogo já estava se espalhando pela mata. Eles tentaram conter as chamas abafando com galhos de árvores e jogando água. Também limpavam a estrada para que o incêndio não passasse para o outro lado.

Sonora - Agricultor: “Pro” fogo (não) se alastrar, para não passar para o outro lado. Porque se passar para o outro lado está tudo perdido. Senão vai pegar fogo na mata toda.

Passagem, Caruaru: De acordo com funcionários do parque, as chamas queimaram mais de dois hectares de mata atlântica.

Sonora - Ambientalista: Extremamente lamentável, porque isso aqui não é um patrimônio de Caruaru. Isso é um patrimônio da humanidade, haja vista que nós temos espécies que são muito raras, algumas ameaçadas de extinção.

Off: O corpo de bombeiros foi acionado. Quando a equipe chegou no local, fez o reparo nos focos de chamas. A causa do incêndio ainda não foi esclarecida, mas pode ter sido provocada por uma fogueira feitas por pessoas que estavam acampando de forma irregular no local. Para que casos como este não se repitam, a guarda municipal vai intensificar as fiscalizações na área.

Sonora - Gestor do Parque: Esta semana já estamos com reforços na fiscalização para que a gente possa evitar, justamente, esse tipo de atitude: que as pessoas estejam em locais irregulares. Inclusive, porque existem locais muito sensíveis aqui onde a própria presença humana não pode existir, porque são animais e plantas que são sensíveis mesmo.

Figura 12 - Fogo destrói vegetação no Parque Municipal Serra dos Cavalos em Caruaru



Fonte: Extraído do ABTV 2ª Edição do dia 16/04/2015³⁷

Retranca: Apreensão Pássaros

Data de Exibição: 11/06/2015

Tipo: Sonora

Posição no espelho: 1º Bloco

Tempo do VT: 1'00''

Tempo total: 1'34''

³⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-2edicao/videos>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

Apresentador: A Polícia Federal apreendeu dois carros que transportavam de maneira ilegal e precária, aproximadamente 100 aves silvestres. Isso aconteceu durante uma abordagem na BR-232, próximo ao município de Tacaimbó. Seis pessoas que estavam nos veículos irão responder por crime ambiental e devem pagar multa. Durante a mesma operação, já em uma nova abordagem a outro veículo, dois homens foram detidos e irão responder por porte ilegal de armas. Após pagarem fiança foram liberados. O comunicador da polícia federal em Caruaru conversou com a nossa equipe e falou desses dois casos.

Sonora - Comunicador Polícia Federal: Abordamos seis pessoas que conduziam diversos pássaros silvestres, como conchris, sabiás, canções, jandaias. Então eles estavam acondicionados todos em caixas, com pequenos furos nos veículos e, também, acondicionados dentro de uma sacola plástica, o que dificultava, inclusive, a respiração dos animais. Alguns vieram a morte, alguns morreram. E foram todos eles, depois, encaminhados para o CPRH, na cidade do Recife, e lá vão ficar à disposição das autoridades. Ainda seguindo os trabalhos de barreira policial, foi abordado um veículo Mitsubishi, onde os ocupantes, antes mesmo até de fazerem a revista no veículo, já informaram que estavam, cada um, possuindo uma pistola. Mas por não ter porte de arma foram presos em flagrante pelo crime de porte ilegal de arma.

Figura 13 - Pássaros silvestres apreendidos durante operação da PRF em Tacaimbó



Fonte: Extraído do ABTV 2ª Edição do dia 11/06/2015³⁸

O primeiro VT citado mostra um incêndio no Parque Ecológico Professor João Vasconcelos Sobrinho (também conhecido como Parque Serra dos Cavalos) que pertence a Caruaru. O texto fala sobre o trabalho dos bombeiros e moradores próximos ao parque para

³⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-2edicao/videos>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

combater as chamas, e traz uma possível explicação para o ocorrido. Um ambientalista explica os prejuízos causados pelo fogo. Diz que no parque existem espécies raras da fauna e da flora, algumas ameaçadas de extinção. O foco da matéria está no prejuízo ambiental causado pelo incêndio. Apesar do fato inusitado e da gravidade dos problemas causados pelo fogo, a matéria não teve força para abrir o telejornal do dia 16 de abril de 2015. É a segunda do primeiro bloco. Perde para uma reportagem sobre um jovem assassinado por homens disfarçados de policiais.

O segundo VT citado traz o Comunicador da Polícia Federal narrando a apreensão de pássaros silvestres, ocorrida durante uma barreira policial. Algumas imagens das caixas onde os pássaros estavam, cedidas pela própria polícia ilustram o texto. O personagem fala dos maus tratos sofridos pelos animais e o destino dados a eles após a apreensão. A sonora encerra o primeiro bloco da edição do dia 11 de junho de 2015. Antes, o telejornal mostra duas reportagens policiais: sobre três homicídios ocorridos em Caruaru e a explosão de caixas eletrônicas em uma agência bancária do município de Caetés.

No caso específico do VT “Incêndio Serra dos Cavalos”, outra matéria sobre o assunto e com a mesma retransmissão foi veiculada alguns dias depois. Trata-se de um novo incêndio registrado no local. A matéria é maior e mais completa que a anterior e também traz uma possível explicação para o fato com a sonora de um bombeiro. O repórter ainda faz uma suíte do primeiro incêndio. Há também a presença do mesmo ambientalista da outra reportagem que explica os prejuízos ao meio ambiente.

A soma de um problema ambiental grave junto com o fato inusitado de dois incêndios ocorrerem no mesmo local em pouco tempo também não foi suficiente para iniciar o jornal. É a última do segundo bloco, veiculada após um VTs sobre o resultado das investigações de uma chacina ocorrida no município de Poção e outro sobre o acusado de matar um promotor do município de Itaíba, que será levado a júri popular.

Outro ponto que chamou atenção foi a reportagem “Desastre Ambiental” veiculada no dia 24 de fevereiro de 2015 que faz uma denúncia sobre como a nascente do rio Mundaú é afetada pelo crescimento habitacional irregular no município de Garanhuns no agreste de Pernambuco.

Retranca: Desastre Ambiental
Data de Exibição: 24/02/2015
Tipo: Reportagem
Posição no espelho: 3º Bloco
Tempo do VT: 2'09"
Tempo total: 2'32"

Apresentador: O avanço de casas construídas de forma irregular infelizmente, são comuns na maioria das cidades. Em Garanhuns, vários imóveis foram erguidos perto de áreas e da nascente de uma das mais importantes bacias hidrográficas do estado. Com as chuvas recentes, houve um deslizamento de terras que comprometeu de forma grave um dos pontos onde nasce a água do rio Mundaú.

Off: A nascente fica numa área de preservação ambiental perto da área urbana. Essa proximidade está causando a devastação de uma das principais nascentes do rio Mundaú. Perto dali muita areia e lixo estão comprometendo a fonte. As chuvas da última semana causaram deslizamentos de terra e pioraram a situação.

Passagem, Garanhuns: Aqui é o maior ponto de devastação causado pelo deslizamento. A grande quantidade de terra que desceu com a encosta abriu essa enorme clareira na mata e arrastou diversas espécies nativas.

Off: Segundo o ambientalista o curso d'água teria sofrido menos com as chuvas se as encostas não tivessem sido ocupadas por casas construídas de maneira irregular.

Sonora - Defensor ambiental: Ele foi ocasionado por um problema já previsto desde 2012 quando foram construídas umas drenagens de águas pluviais, numa obra sem projeto, sem destinação final. Desde aquela época que nós já havíamos alertado sobre o risco desse desastre. Na destinação, a água se projeta para cá para a nascente e quando chega a menos de trinta metros faz uma curva à esquerda. Então foi alertado que a água não faria a curva e aconteceu exatamente isso: quando as águas se projetaram para cá, passaram direto e causaram todo esse deslizamento.

Off: As ligações de esgoto clandestinas entupiram as canaletas que seriam usadas para conter a água da chuva. A Secretária de Serviços Públicos e Obras, por meio da Defesa Civil vai iniciar, esta semana, a limpeza da canaleta para evitar que o problema se repita.

Sonora - Coordenador da Defesa Civil de Garanhuns: A desobstrução, com certeza de forma definitiva, vai evitar o transbordamento da água. Então essas são as medidas paliativas que o município está tomando para que a água seja conduzida de forma ordenada e correta até a parte mais baixa.

Sonora - Defensor ambiental: Uma situação irreversível com relação ao dano ambiental, porém com soluções previstas. A gente acredita e tem a esperança de que, numa ação de correção dessas drenagens e uma ação de remoção dessa comunidade que está invadindo essa área de preservação permanente, a gente consiga, pelo menos, conter esse dano e reconstruir a área devastada.

Figura 14 - Lixo entope canaleta pluvial e prejudica nascente do Rio Mundaú em Garanhuns



Fonte: Extraído do ABTV 2ª Edição do dia 24/02/2015³⁹

O deslizamento de uma barreira foi o factual que motivou a matéria. A sonora de um ambientalista explica a situação e os danos causados ao meio ambiente. O texto ainda mostra o lixo, que entope as canaletas utilizadas para escoar água da chuva e ajuda a piorar o problema. Uma possível solução também é abordada, quando se fala sobre uma drenagem no local e a remoção da população que habita irregularmente a área de preservação. Porém, apesar de tratar de um sério problema ambiental e de conter a palavra “desastre” na retransmissão, a matéria ficou localizada no terceiro bloco, encerrando o telejornal daquele dia. Esse espaço é, normalmente, reservado para aquelas consideradas mais leves.

Outra curiosidade percebida no Grupo 2 é que, das duas datas alusivas ao meio ambiente, que limitavam o recorte temporal da pesquisa, apenas o Dia Mundial da Água foi lembrado na reportagem “Conscientização Água” de 20 de março de 2015. A matéria mostra como medidas simples podem ajudar a diminuir o valor da conta de água e explica como economizar esse recurso natural pode contribuir para a preservação ambiental. A data também é lembrada no stand-up “Pedalada Serra dos Cavalos” de 21 de março de 2015. No texto, o repórter se refere a um evento esportivo realizado para comemorar o Dia Mundial da Água em Caruaru. Em nota-pé⁴⁰ o Apresentador também convida o público a participar de um outro

³⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-2edicao/videos>. Acesso em: 01 mar. 2015.

⁴⁰ “Uma nota ao vivo, lida no final de uma matéria trazendo informação complementar ou que faltou à reportagem” (PATERNOSTRO, 1999, p.146).

evento semelhante na cidade. O Dia Mundial do Meio ambiente, sequer foi mencionado nesse período.

Durante o recorte temporal pesquisado, ocorreram várias outras datas comemorativas alusivas ao meio ambiente⁴¹, como o Dia da Conservação do Solo (15/04), Dia da Terra (22/04), Dia do Campo (05/05), Dia da Mata Atlântica (27/05), Dia Mundial de Combate à Desertificação (17/04). São apenas alguns exemplos escolhidos aleatoriamente, mas que possuem afinidade com a realidade da região e com assuntos abordados pelo ABTV 2ª Edição, identificados ao longo da pesquisa.

Ainda de acordo com a tabela 2, o posicionamento dos VTs dos Grupos 3 e 4, mostram uma tendência do pensamento dos jornalistas em considerar que a temática não é tão relevante no dia a dia.

No Grupo 3, em que o meio ambiente aparece de maneira indireta nos VTs, teve a maioria localizada no primeiro bloco, um total de oito VTs. O segundo bloco teve cinco e o terceiro apenas 1 VT. A maioria não recebe uma posição de destaque no telejornal. O que se percebeu durante a análise é que, geralmente, os VTs estão localizados no meio dos blocos. Em alguns casos, abrem ou encerram o segundo bloco. Apenas 3 VTs tiveram força para abrir o telejornal. No caso de “Chuva Caruaru” do dia 21 de março de 2015, a matéria ganha destaque por exibir estragos causados pela ocorrência de chuvas fortes em Caruaru. Faz o uso de imagens cedidas por telespectadores e mostra pessoas que tiveram a casa inundada. Fica perceptível no texto que o problema é agravado pelo lixo que entope bueiros e bocas de lobo. Mas não se fala diretamente no assunto. Na mesma edição, foi exibida uma matéria sobre eventos alusivos ao Dia Mundial da Água, porém as matérias não foram vinculadas.

O VT “Morte árvore” do dia 08 de abril de 2015 também falou sobre os estragos causados pela chuva forte na cidade. A matéria abriu o telejornal por mostrar a morte de um jovem esmagado por uma árvore que caiu durante o temporal. O texto explica como ocorreu a fatalidade. Parentes da vítima e um representante do Corpo de Bombeiros são ouvidos. Um técnico da Defesa Civil fala sobre os cuidados que as pessoas devem tomar ao se proteger durante uma chuva forte. É a primeira de uma sequência de três VTs sobre o mesmo assunto.

A matéria “Situação Jucazinho” do dia 27 de maio de 2015 ganha destaque por mostrar o problema do abastecimento de água no agreste. É uma das suítes sobre o assunto feitas pelo

⁴¹ Calendário disponível na página eletrônica do Ministério do Meio ambiente: <<http://www.mma.gov.br/comunicacao/datas-comemorativas>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

telejornal ao longo de 2015. O texto explica que o nível da barragem está cada vez menor com a falta de chuvas e mostra o sofrimento dos moradores de Santa Cruz do Capibaribe, município mais afetado pelo rodízio no abastecimento, imposto em consequência da situação da barragem. Apesar de ser uma matéria de cunho ambiental, o meio ambiente não é abordado de forma direta no texto

Apenas um VT do grupo 3 encerrou o telejornal. Trata-se da reportagem “Chuva Serra Talhada” de 23 de fevereiro de 2015 que mostra de maneira indireta o meio ambiente ao enfatizar os transtornos e prejuízos causados pela chuva naquele município. Um especialista faz previsões sobre a quantidade de chuva para aquela região ao longo de 2015. A reportagem é a única do terceiro bloco do telejornal.

O Grupo 4, em que o meio ambiente poderia aparecer, mas foi ignorado, mostra resultados semelhantes. A maioria, sete VTs, se concentra no primeiro bloco. O segundo bloco tem oito e o terceiro dois VTs. Os VTs também se concentram em locais com menos destaque nos blocos. A maior parte encerra o primeiro e segundo blocos. Nenhum encerra o telejornal. Das reportagens localizadas no primeiro bloco, duas conseguiram força para abrir o telejornal. No caso de “Obras Barragem Belo Jardim”, exibida em 18 de março de 2015, o destaque se deve a uma denúncia sobre a paralisação das obras de uma barragem em Belo Jardim no agreste de Pernambuco. O texto mostra os problemas gerados pela falta de recursos e pela desapropriação de algumas terras. A questão do abastecimento de água precário naquela região também é abordada ao serem mostrados carros-pipa que levam água para outros municípios afetados pela seca. O meio ambiente não é citado em nenhum momento da matéria.

O destaque da matéria “Seca Buíque” de 15 de maio de 2015 é um bom exemplo: cisternas que mudaram a realidade de uma comunidade do município de Buíque no agreste pernambucano. A possibilidade de acumular água trouxe ganhos econômicos e qualidade de vida aos moradores. Apesar de falar sobre a seca, evento climático e, consequentemente, ambiental, o foco do texto está na questão econômica. Nesse caso, mais uma vez o meio ambiente é ignorado.

O posicionamento no espelho dos VTs dos grupos 3 e 4 mostra que o meio ambiente acaba sendo diluído ou perde espaço para outros assuntos durante o telejornal. Algo confirmado pelo pensamento dos jornalistas:

É meio ambiente, mas subiu (no espelho) por uma questão policial. Não deixa de ser assim! Envolve denúncia, envolve justiça: então subiu! A gente puxa, também, quando é uma ação dentro de uma escola, questão educacional mesmo. Aí puxa! E se dilui sim (em outras editorias). Quando há o descaso com um rio que causa poluição e causa doenças, então acaba indo para (a editoria de) saúde (JORNALISTA C)

O jornalista D complementa o raciocínio com um exemplo de um ano anterior:

Quando a gente fazia a cobertura das sessões da câmara dos vereadores, em algum momento, por exemplo, a poluição do rio Ipojuca foi tocada. Então ele foi diluído na editoria política. O meio ambiente vai estar inserido naquela história, mas o tratamento vai ser político. Vai ser a opinião do vereador, que tipo de projeto de lei está sendo votado ali para aquela discussão ali. O meio ambiente vai ficar meio escanteado porque vai se dar mais relevância à questão política mesmo

Durante a análise dos VTs relacionados ao meio ambiente, também foram identificados os assuntos mais dominantes nos espelhos dos dias selecionados. Para isso foi criado um ranking com 8 categorias (excetuando-se os VTs selecionados para a análise). São eles: Polícia (que abrange matérias sobre criminalidade e violência), Economia, Saúde, Comunidade (que integra assuntos relacionados à cidade, como trânsito, infraestrutura, eventos políticos e de prestação de serviços, etc.), Educação, Esporte, Cultura e Comportamento.

Após uma análise das retrancas dos espelhos e dos títulos dos VTs disponibilizados no site (foram consideradas reportagens, stand-ups, notas cobertas, notas peladas⁴² e sonoras) percebeu-se uma predominância dos VTs de Polícia com 92 ocorrências, seguidos pelos de Comunidade com 65. Depois veio Economia com 26 ocorrências. Cultura e comportamento tiveram 23 ocorrências⁴³ cada. Na editoria de Esporte foram 18 e saúde 16 ocorrências. Educação com 13 e Turismo com apenas três ocorrências encerram a lista. Juntas, as ocorrências somam 279.

⁴² “Nota seca ou pelada - Texto curto sem imagens, lido ao vivo pelo apresentador” (BISTANE; BACELLAR, 2006, p.135)

⁴³ Foi percebido um aumento na ocorrência de VTs de Cultura e, também, de Comportamento, a partir do fim do mês de maio e durante todo o mês de junho, quando, tradicionalmente na região, se comemoram as festas juninas, com uma vasta programação de eventos.

Gráfico 2 - Percentual de assuntos abordados pelo ABTV 2ª Edição

Fonte: elaborado pelo autor

A predominância de VTs da editoria de polícia ilustra o pensamento dos jornalistas entrevistados. Algo já identificado nos parágrafos anteriores: o Factual é o principal critério de avaliação utilizado para definir o que vai para o ar. “A gente sabe que o factual acaba tendo mais espaço dentro de um veículo de TV”. (JORNALISTA C).

A escolha pelo factual remete ao formato editorial pré-estabelecido (pela emissora e pelos próprios profissionais), que também preza pelo factual. Segundo o Jornalista B: “A gente encaixotou o perfil dele como um jornal econômico, político e com o que acontece ao longo do dia”. O tempo médio de duração do produto jornalístico também influencia na hora de selecionar o que vai ser veiculado. O ABTV 2ª Edição é o telejornal com o menor espaço de tempo da emissora, como lembra o Jornalista A: “O ABTV por ser um jornal menor, questão de tempo, realmente a edição prioriza a questão do factual”.

Porém, aquilo que os jornalistas entrevistados chamam de factual, é fruto de uma série de critérios utilizados para que se possa definir e escolher o que será ou não veiculado. São os valores-notícia, já definidos, anteriormente, nesta dissertação. Curado (2000) defende que “a importância da notícia é geralmente julgada de acordo com sua abrangência, isto é, segundo o universo de pessoas às quais pode interessar” (p.16). A partir dessa afirmação é possível identificar alguns valores-notícia presentes no telejornal analisado.

É o que Traquina (2005) entende por valores-notícia de seleção, que atendem aos critérios substantivos. Os de relevância⁴⁴, notabilidade⁴⁵ e o inesperado se mostraram frequentes no período analisado. Critérios como morte, conflito⁴⁶, infração⁴⁷ e escândalo também se mostraram frequentes, sobretudo na editoria de polícia. Porém, o que se percebe, é que, de um modo geral, todos os valores-notícia citados se confundem e complementam entre si. Quando o meio ambiente se encaixa em algum deles, consegue ser inserido, inclusive com algum destaque, no telejornal.

Traquina (2005) também entende por valores-notícia de seleção aqueles que atendem aos critérios que chama de contextuais. No caso do telejornal analisado, foram percebidos com frequência os acontecimentos enquadrados no critério da disponibilidade⁴⁸ e concorrência⁴⁹. Mas o que mais se destacou foi o critério do dia noticioso. O autor diz que nesse caso, os acontecimentos é que concorrem entre si. Existem dias que são mais fortes ou mais fracos em termos de acontecimentos que podem ser noticiáveis. Ele mesmo exemplifica:

Durante certas épocas do ano, como o mês de agosto em Portugal, quando as fontes habituais da notícia estão em férias, está aberta a chamada “silly season”, em que acontecimentos com pouca noticiabilidade conseguem, no entanto, ser notícia de primeira página devido ao fato desse dia ser pobre em acontecimentos com noticiabilidade (TRAQUINA, 2005, p90)

Em casos assim existe mais facilidade para que um acontecimento ambiental, por exemplo, consiga um maior destaque no telejornal. Porém, Seguindo a ideia do dia noticioso, o meio ambiente, de acordo com o pensamento dos jornalistas entrevistados, acaba por se tornar uma das primeiras opções de notícia que podem ser derrubadas, ou seja, retiradas do espelhamento do telejornal e deixadas para a edição seguinte. Tudo vai depender daquilo que ocorreu durante o período de tempo decorrido entre o fechamento de cada edição. O Jornalista B, ilustra essa situação com um exemplo ocorrido na véspera de ser entrevistado para esta

⁴⁴ “Responde à preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas” (TRAQUINA, 2005, p.82)

⁴⁵ Quando o acontecimento possui a capacidade de se tornar visível e digno de ser noticiado, o que ainda segundo Traquina (2005), pode ocorrer por vários fatores como a quantidade de pessoas envolvidas, a inversão (aquilo que não corresponde à normalidade), o insólito, o excesso ou a escassez.

⁴⁶ Para o autor, o conflito representa “a violência física ou simbólica, como uma disputa verbal entre líderes políticos. A presença da violência física fornece mais noticiabilidade e ilustra de novo como os critérios de noticiabilidade muitas vezes exemplificam a importância da quebra do normal” (TRAQUINA, 2005, p.84)

⁴⁷ “Por infração refere-se sobretudo a violação, a transgressão das regras. Assim poderemos compreender a importância do crime como notícia” (TRAQUINA, 2005, p.85)

⁴⁸ “A facilidade com que é possível fazer a cobertura do acontecimento” (TRAQUINA, 2005, p.88)

⁴⁹ “Os jornalistas e as empresas jornalísticas procuram uma situação em que têm aquilo que a concorrência não tem – é a situação em que têm o “furo” ou a exclusividade” (p.89). Nesta dissertação também se entende como uma busca da emissora pelo diferencial.

dissertação: “Ontem foi o que caiu! Temos três notas para dar, mas temos espaço para duas. Foi ela (a de meio ambiente) que caiu”. O jornalista C complementa o raciocínio.

E como a gente faz um apanhado de prioridades, conforme a editoria (ele quis dizer linha editorial) que já vem ao longo de muito tempo. E aí os factuais tomam conta e, geralmente, quando se pensa em derrubar um VT a primeira coisa que se cai é algo relacionado com o meio ambiente. (JORNALISTA C)

Outro ponto percebido é que os fatos noticiados pelo ABTV também são formatados em cima de acontecimentos que possuem o que Traquina (2005) chama de valores-notícia de construção. Como, por exemplo, a relevância, que faz com que o acontecimento ganhe importância para a audiência. Esses critérios vêm reforçados por outros como a personalização, que causa aproximação dessa audiência com o fato noticiado e, em alguns casos com a dramatização, que reforça o lado emocional, a fim de causar proximidade da notícia. Algo que se afina com a ideia de jornalismo de proximidade de Coutinho (2008), já trabalhada no capítulo anterior.

É importante lembrar que os valores-notícias são dinâmicos. Eles aparecem desde o momento em que se seleciona uma notícia até o fim do ciclo de trabalho, passando por todas as etapas do processo de produção de notícias, como a apuração e a edição, por exemplo. Os critérios que transformam um determinado em fato algo noticiável também se enquadram diretamente aos interesses e restrições de uma empresa jornalística (e sua política editorial) e também com a postura e o pensamento dos próprios profissionais envolvidos.

Como consequência, a decisão sobre o que vai ou não ao ar depende daquela pessoa ou pessoas que analisam a qualidade, o impacto e a oportunidade da divulgação da notícia. Essa decisão é, em geral, tomada pelo editor do programa, mas pode acontecer que a deliberação seja do chefe de redação ou até mesmo do chefe do departamento de jornalismo ou do diretor da emissora, ou da soma de várias opiniões (CURADO, 2000, p. 15)

Ao somar o formato editorial do produto jornalístico com a política editorial adotada pela empresa, e suas práticas profissionais, os jornalistas buscam transformar em notícia aquilo que acreditam interessar ao telespectador. É o que Vizeu (2005) chama de audiência presumida:

Os jornalistas constroem antecipadamente a audiência a partir da cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares (as regras da redação), da língua e das regras do campo das linguagens para, no trabalho da enunciação, produzirem discursos. E o trabalho que os profissionais do jornalismo realizam, ao operar sobre os vários discursos, resulta em construções que, no jargão jornalístico, podem ser chamadas de notícias (VIZEU, 2005, p. 94/95)

Guerra (2014) também concorda ao afirmar que “toda e qualquer atividade jornalística fala para uma audiência. Na verdade, todo discurso que pretende comunicar algo deve

necessariamente pressupor a audiência que o irá receber” (p.39/40). Ele utiliza o pensamento de Chalaby (1998) e diz que é preciso haver uma adequação entre linha editorial e interesse do leitor. Trata-se de uma “condição necessária para que se estabeleça o vínculo entre os produtores de informação jornalística e sua audiência, sem a qual nenhum outro tipo de relação poderia se estabelecer, seja ela de qual nível for” (GUERRA, 2014, p.42).

Vizeu complementa esse raciocínio: “Os espectadores devem gostar do noticiário, do contrário não vão assisti-lo, e é preciso que o assistam para que possa ser vendido aos patrocinadores. Assim, a televisão fabrica sua audiência, assim como fabrica os noticiários” (VIZEU, 2005, p.69).

Para tanto é preciso que se construa o que Guerra (2014) chama de vínculo cognitivo, por meio das opções de conteúdo disponíveis que são oferecidas ao telespectador. Essa oferta de informações, por sua vez, seria motivada pela expectativa da audiência. Se oferta e expectativa não forem compatíveis, esse vínculo não se estabelece. Ele prossegue, afirmando que a função do jornalista é a de mediação. “Não se pode pensar o jornalismo sem esse vínculo, pois o princípio geral que a estrutura em sua concepção moderna é a função mediadora que lhe cabe, isto é, operar uma oferta de informações sobre fatos da atualidade para os indivíduos” (GUERRA, 2014, p.42).

O autor prossegue explicando que os valores-notícias funcionariam, desta forma, como “Idealizações do espectador real, a partir dos quais os jornalistas podem supor qual é o seu interlocutor, esforçando-se para adequar a sua oferta de informações aos interesses presumidos de sua audiência” (GUERRA, 2014, p.43). O pensamento dos jornalistas entrevistados também reflete isso, no que diz respeito ao meio ambiente:

Mas, num momento em que a audiência fala tão alto, a concorrência é tão exacerbada, de certa forma mostrar esse tipo de reportagem não atrai tanto a audiência. As pessoas querem mais notícias, querem mais saber o que está acontecendo, de fato, no dia a dia da cidade. Fazer uma matéria produzida sobre um projeto (ambiental) talvez não seja tão interessante para essa audiência. Não é esse o meu pensamento (pessoal) eu acho sim, como eu falei antes, que a gente tem que ter a consciência de que nos somos responsáveis em transformar realidades a partir de matérias construtivas que possam contribuir para que as pessoas tomem uma consciência em relação ao meio ambiente. Mas infelizmente não é essa a realidade do jornalismo, do nosso telejornal. O meio ambiente só vai entrar se for um factual de fato. (JORNALISTA D)

Os valores-notícia identificados no ABTV 2ª Edição se enquadram no que Guerra entende por valor-notícia de referência: “As expectativas da audiência, conceitualmente concebidas como valores-notícia, quando tipificadas em função de uma audiência empírica e

sistematizadas por uma organização jornalística, tornam-se os valores-notícia de referência” (p.45). Ou seja, aquilo que o profissional reconhece enquanto fatos noticiáveis que interessam ao telespectador e que foram pré-estabelecidos pela política editorial da empresa.

O meio ambiente pode ser relacionado a uma outra categoria de valores-notícia estabelecida por Guerra (2014). É um valor-notícia potencial, ou “um conjunto de expectativas ainda não explorados junto à audiência” (p.48). No caso do ABTV 2ª Edição, conforme se percebe nas entrevistas, esse é um tema que não se mostra frequentemente explorado. “O algo pensado diretamente para o meio ambiente está um pouco mais escasso. A gente envolve mais essa questão de meio ambiente quando tem um factual envolvendo isso” (JORNALISTA B).

Durante as entrevistas, os jornalistas foram questionados, também, sobre a existência de uma preocupação em levar às reuniões de pautas temas que pudessem se transformar em matérias ambientais. Todos alegaram não possuir tal preocupação.

Minha visão é muito pequena com relação a isso. Quando a gente vai pensar numa pauta, eu penso mais na praticidade daquela pauta, mas não tanto quanto essa questão do meio ambiente. Só quando são pautas específicas, tipo: dia do rio, dia da árvore, dia da água, coisas assim mais pontuais, mas não algo assim mais profundo (JORNALISTA A).

O jornalista A complementa o raciocínio de maneira pouco otimista, reconhecendo a existência de barreiras entre os próprios colegas de trabalho para a escolha desse tipo de matéria.

Pelo menos eu sei que, se eu chegar numa reunião (de pauta) e disser: vamos abrir o jornal com essa matéria de meio ambiente eu sei que ninguém vai querer. Então eu já evito levar aquela sugestão, porque eu sei que não vai ser bem-vinda. E quando levo, eu tenho que levar com algum argumento, levando em consideração a edição (o perfil editorial) do AB 2. [...] Eu vou para uma reunião e já tenho uma base do que vai render pro AB1 e para o AB2. Do que já se adequa ao enquadramento editorial da coisa. (JORNALISTA A)

Já o jornalista D é mais enfático ao dizer que se trata de uma postura profissional, junto com falta de conhecimento a respeito do tema.

Não. Não tem. E eu vou dizer com toda sinceridade, não tem por conta do nível intelectual dos jornalistas atuais. São pessoas que, primeiro não têm essa preocupação. Segundo não têm uma leitura sobre essa situação, sobre esse tema. Estão muito mais preocupados em preencher uma capa de pauta do que em pensar um material de qualidade, um material de reflexão, um material que venha a trazer contribuições para a sociedade e fazer com que a sociedade pense sobre aquilo. Não tem, é uma coisa de preencher a capa, saber se tem factual. Se tiver, a primeira que vai cair é a matéria de meio ambiente. Se ela estiver prevista para aquele dia na produção, é a primeira que vai cair. Se você tem uma matéria, por exemplo, de um projeto brilhante de reciclagem de lixo. Está perfeita. A produção foi impecável, os personagens são excelentes e tal. Está marcada a matéria, por exemplo, para as duas

da tarde. A matéria vai ser sensacional. Aí tu tens um homicídio no (bairro do) Salgado. A prioridade vai ser o homicídio em detrimento daquela matéria super produzida. (JORNALISTA D)

A respeito da questão de conhecimentos específicos sobre o meio ambiente, apenas um dos jornalistas entrevistados alegou já ter participado de uma formação profissional voltada para o tema. Os outros demonstraram interesse, porém alegaram falta de oportunidade e ou oferta desse tipo de capacitação. Todos concordam que uma formação específica poderia ser útil para mudar a forma de pensar o tema. Até mesmo para aguçar o olhar, passando de uma perspectiva generalista para um olhar mais aguçado de um especialista.

Apesar da falta de preocupação alegada sobre pensar o meio ambiente durante as reuniões de pauta, todos disseram que, por considerarem o tema importante, buscaram inseri-lo, dentro do possível, na rotina de trabalho.

Eu me preocupo, eu tenho essa preocupação. Talvez não tanto quanto necessário, mas eu tenho. Eu fico imaginando, de repente, algumas situações que a gente vê aí diariamente e que, eu, por exemplo, poderia citar em reportagens que eu faço enquanto repórter. Poderia citar durante a edição, mas que não chego ao ponto de fazer isso. Eu tenho essa preocupação de, pelo menos, estar pensando no assunto. Mas nem sempre dá! (JORNALISTA B)

Os jornalistas também foram interrogados sobre o modo como percebem o tratamento do meio ambiente pelos colegas de profissão, independente de fazer parte da TV Asa Branca. De um modo em geral, todos tiveram uma opinião semelhante ao exemplo destacado: “Acho que isso é geral, não acontece só aqui. Acontece em todos os veículos, enfim. Eu sinto que meio ambiente sempre fica num cantinho, sabe? Num lugar em que não deveria estar. Deveria estar com mais prioridade, mais força” (JORNALISTA C).

Seguindo a ideia de Vizeu (2009) de que o telejornal possui uma função pedagógica, as entrevistas buscaram saber se os jornalistas enxergam no ABTV 2ª Edição uma ferramenta para se promover a educação ambiental. Todos afirmaram acreditar que o telejornal tem, de fato, esse papel. Segundo o jornalista A isso se deve à grande abrangência do veículo: “A televisão entra na casa de várias pessoas. Do rico ao pobre, todo mundo, por mais humilde que seja, tem em casa uma televisão. Então eu acho que a responsabilidade da gente em levar informação, em educar se torna maior ainda” (JORNALISTA A).

O jornalista B diz entender esse papel como uma consequência de uma prerrogativa da própria profissão do jornalismo:

Eu vivo, inclusive, dizendo isso. Um dos papeis, pelo menos que eu enxergo, da minha profissão, é a gente poder ensinar, é a gente poder ser didático, em estar explicando às pessoas o melhor caminho neste ponto de educação mesmo. De trazer alguma coisa que vá refletir na vida daquela pessoa. De certa forma é, sim, ela ter aquilo ali e ela, de fato, ter aprendido. (JORNALISTA B).

O jornalista D reitera tal pensamento:

Eu sempre tive essa visão de que, televisão tem que ser um veículo que possa construir a sociedade, que possa contribuir para o desenvolvimento da cidade, das pessoas [...] Eu acho que a gente tem que levar pra nossa produção diária aquilo que a gente acredita como ideal. E se eu acredito que, se eu economizar eu vou conseguir prorrogar essa possível escassez de água, então eu tenho que levar essa consciência também para quem está me assistindo. Eu vou levar o meu exemplo para essa pessoa que está assistindo para que ela possa agir da mesma forma que eu e aí contribuir com o meio ambiente de uma forma mais consciente.

Porém, ao serem perguntados se o ABTV 2ª Edição cumpriria esse papel a contento, todos concordaram que isso não acontece. O formato editorial foi uma das justificativas usadas:

Não. Infelizmente não, por conta da preocupação com a audiência. Como eu falei: se tiver um crime, o crime vai se sobrepor a qualquer outro tipo de matéria, seja ela de economia, seja ela de meio ambiente, seja ela de comportamento. O crime, o acidente vai ter mais importância do que a matéria de meio ambiente, por exemplo (JORNALISTA D)

O jornalista A concorda: “Ele cumpre de acordo com o espaço que vai surgindo. Mas a prioridade é o factual, a parte econômica e do desenvolvimento econômico da cidade e região”.

Também se percebe uma falta de interesse nos jornalistas em se tratar o assunto.

Eu acho que, as vezes a gente não dá a devida importância que tem. A gente sabe que tem uma região rica e tudo o mais que traria “N” assuntos para tratar, mas que a gente acaba não se apegando. A gente acaba tentando buscar, talvez, uma matéria que a gente possa chamar de forte com outro sentido, não enxergando aquela reportagem (de meio ambiente) ali como uma reportagem forte, uma reportagem que ela vá repercutir diante do que a gente necessita, falando (inclusive) até de audiência. A gente pega aquele assunto ali imaginando que ele vá ser um pouco mais brando e, geralmente a gente acaba se perdendo nisso (JORNALISTA B).

Os jornalistas acreditam que espaço reservado ao meio ambiente só existe de fato, quando o tema é tratado enquanto notícia leve. Porém, como já identificado ao longo do texto, isso ocorre de maneira aleatória, seguindo os fatos que surgem em cada dia noticioso. O que se conclui, é que, no dia-a-dia de trabalho essa preocupação em se promover educação ambiental parece não existir.

Capítulo 5 – Considerações Finais

Esta dissertação teve o intuito de levantar uma discussão a respeito de como o meio ambiente é pensado e executado enquanto fato noticiável é tratado pelo telejornalismo de âmbito local, utilizando como exemplo o Telejornal ABTV 2ª Edição da TV Asa Branca, Afiliada Rede Globo em Caruaru, no agreste de Pernambuco. Para isso, foi realizada uma investigação do conteúdo ambiental veiculado pelo citado telejornal para verificar como a notícia é selecionada e construída, e, desta forma, identificar qual o valor-notícia do tema no noticiário.

Foram investigadas 51 reportagens, notas cobertas e stand-ups relacionados com o meio ambiente, veiculados no citado telejornal em um recorte temporal pré-determinado que teve início no dia 22 de fevereiro e terminou no dia 5 de julho de 2015 (um mês antes e um mês após o Dia Mundial da Água e o Dia Mundial do Meio Ambiente respectivamente). Os resultados foram confrontados com uma série de entrevistas realizadas após esse período com jornalistas considerados membros fixos da equipe que produz e edita o telejornal e que, por sua vez, são responsáveis por selecionar os acontecimentos que se transformam nas notícias veiculadas pelo telejornal investigado. A ideia foi identificar os elementos que auxiliam e/ou dificultam a condução da temática ambiental e, também, o processo de produção do conteúdo televisivo veiculado pelos telejornais dentro do recorte proposto, no que diz respeito às escolhas e critérios de noticiabilidade, a fim de verificar como o meio ambiente é pensado, produzido e executado pela equipe de jornalismo. Percebeu-se que, os profissionais definem o meio ambiente de uma forma bastante homogênea, ligando o tema à natureza, eventos climáticos e recursos naturais.

Ao se quantificar as ocorrências de VTs ambientais e depois confrontar os resultados com as entrevistas, pôde-se responder ao problema de pesquisa, que buscava saber: qual o valor notícia do meio ambiente no telejornal ABTV 2ª Edição? Percebe-se que, de um modo em geral o meio ambiente é elencado ao status do que Tuchmann (1983) chama de notícia leve, normalmente utilizada para encerrar o telejornal.

Ao longo da pesquisa foi possível, também, confirmar as hipóteses tratadas nesta dissertação que dizem que o meio ambiente perde espaço no telejornal para outras editorias, e quando aparece, normalmente está vinculado a uma data comemorativa ou a um evento

factual; e que mesmo enquanto factual, o meio ambiente não tem força para abrir o telejornal, tendo seu espaço reservado aos últimos blocos.

Isso ocorre porque, apesar de ser considerado um tema importante pelos profissionais, o meio ambiente não é levado em consideração, enquanto fato noticiável, na hora da seleção das notícias que serão produzidas e editadas para o telejornal. Inclusive não possui força no espelhamento do telejornal, sendo, por muitas vezes destinado aos últimos blocos. Isso acontece, inclusive quando o meio ambiente vem atrelado ao factual

Durante o recorte temporal proposto, os VTs analisados foram categorizados em quatro grupos distintos: Grupo 1 – Matérias ambientais; Grupo 2 – Meio ambiente factual; Grupo 3 – Meio Ambiente indireto e Grupo 4 – Meio ambiente ignorado. Os VTs do Grupo 1, classificados como ambientais foram minoria, correspondendo à 14% por cento do total avaliado. Os demais grupos obtiveram 26%, 27% e 33% respectivamente.

O grupo 1, em sua maioria se concentrou no terceiro bloco do telejornal, ajudando a reforçar a hipótese de que o meio ambiente recebe status de notícia leve. Os do Grupo 2, onde o meio ambiente foi atrelado ao factual ou data temática apareceram com maior frequência no primeiro e no terceiro bloco. Dos seis que estiverem presentes no primeiro bloco, apenas metade teve força para abrir o jornal. Os demais perderam espaço para outras editorias. Os grupos 3 e 4, onde o meio ambiente apareceu de forma indireta, diluído em outros assuntos ou foi ignorado, se concentraram nos dois primeiros blocos. Foram poucas ocorrências desses grupos na última parte do telejornal.

Um total de 279 VTs (excetuando-se os que se relacionaram com o meio ambiente) foi categorizado em 8 assuntos distintos, que se mostraram mais presentes entre os assuntos abordados durante o recorte temporal. Observou-se a predominância do tema polícia com um total de 92 ocorrências. Comunidade (que neste estudo engloba o cotidiano da cidade, incluindo trânsito, infraestrutura e ações políticas locais, entre outros) obteve o segundo lugar no ranking, com 65 ocorrências. As demais colocações foram: economia com 26 ocorrências; cultura e comportamento com 23 ocorrências cada; esporte com 18; saúde com 16; educação com 13 e turismo com apenas três ocorrências.

A seleção dos fatos que se transformam em notícia é feita por meio de um conjunto de elementos que indicam ao jornalista se determinado acontecimento vai ou não se transformar em notícia. Esse conjunto de elementos corresponde aos valores-notícia. Vale destacar que os

mesmos, por serem dinâmicos, estão presentes em todas as etapas do processo de produção da notícia. Traquina (2005) lembra que os valores-notícia participam das rotinas jornalísticas e são parte da cultura da profissão. Porém, “A política editorial da empresa jornalística pode influenciar diretamente no processo de seleção dos acontecimentos por diversas formas” (p.93). Logo, o ranqueamento realizado mostra que o ABTV 2ª Edição, segue um formato editorial pré-estabelecido (pela empresa e pelos jornalistas) que obedece a uma priorização de acontecimentos que têm o factual como um valor-notícia relevante.

As notícias encontradas no ABTV 2ª Edição se enquadram no que Traquina (2005) chama de “valores-notícia de seleção”, que correspondem aos critérios usados pelos jornalistas para analisar o fato ocorrido enquanto algo noticiável. Percebe-se a predominância do que o autor entende por critérios “substantivos”, que tratam da avaliação direta do acontecimento no que diz respeito a sua importância ou interesse. Alguns se destacam como: relevância, notabilidade, inesperado, morte, conflito, infração e escândalo. Esses quatro últimos se mostraram frequentes no período analisado, sobretudo ligados à editoria de polícia. Percebe-se, também, que o meio ambiente, quando corresponde a algum desses critérios consegue destaque e inclusão enquanto fato noticiável dentro do ABTV 2ª Edição.

Os valores- notícia de seleção descritos por Traquina (2005) também seguem os critérios que o autor chama de “contextuais”, que remetem ao contexto em que a notícia foi produzida, como disponibilidade e concorrência. No que tange ao meio ambiente, o mais visível é o critério do dia noticioso, onde se percebe que a incidência da temática ambiental e sua posição no espelho do telejornal varia de acordo com os fatos que acontecem durante o período de tempo situado entre cada edição do telejornal que é veiculada

Também se percebe a adoção dos valores-notícia que Traquina (2005) categoriza como “de construção”, principalmente no que diz respeito à relevância, a personalização e dramatização, numa tentativa de aproximar o fato noticiável do público e assim estabelecer um vínculo cognitivo, onde, segundo Guerra (2014), a oferta de informações é compatível com a expectativa da audiência entre telejornal e audiência. Esse pensamento dialoga com a ideia jornalismo de proximidade defendida por Coutinho (2008). A autora afirma existir uma relação de proximidade entre a TV e os telespectadores, à medida que se criam relações de identidade cultural e social, por meio da programação televisiva oferecida. Desta forma, surgem sentimentos de pertencimento e de compartilhamento de uma mesma cotidianidade, que resultam na criação de identidade e credibilidade entre público e emissora.

Percebe-se, também, que, ao definir um formato editorial, os jornalistas criam um perfil da audiência e tentam prever aquilo que interessa aos telespectadores. É o que Vizeu (2009) entende por audiência presumida.

Esse conjunto de fatores: fatos identificados pelos jornalistas enquanto noticiáveis, que atendem à expectativa da audiência criando um vínculo com ela e inseridos dentro do formato editorial; faz com que as notícias veiculadas pelo ABTV 2ª Edição se enquadrem no que Guerra (2014) chama de valor-notícia de “referência”. Isso inclui as notícias de meio ambiente.

Porém, seguindo o pensamento dos jornalistas entrevistados, o meio ambiente dentro do ABTV 2ª Edição, também pode ser relacionado ao que o autor chama de valor-notícia “potencial”, que trata dos fatos ainda não explorados junto a audiência. Percebe-se ao longo da análise que esse é um assunto muitas vezes deixado de lado em detrimento de outras editorias e que poderia ser melhor aproveitado. Para tanto, precisaria de uma mudança de direcionamento editorial, para algo menos limitante no que diz respeito aos fatos que envolvem o meio ambiente. Segundo Guerra (2014) os valores-notícias que as empresas jornalísticas se utilizam não são os únicos possíveis, pois a audiência possui uma “capacidade enorme de expectativas ainda não exploradas assim como de gerar outras expectativas, a depender dos estímulos que receba proveniente das mais diversas experiências as quais seus membros podem viver” (p.48).

Durante a análise foi possível perceber que não existe preocupação nem preparo dos profissionais em pensar o meio ambiente enquanto tema noticiável e/ou promover educação ambiental por meio do telejornal. Dos jornalistas entrevistados, apenas um alegou ter tido uma capacitação específica sobre o tema, porém todos concordaram que esse tipo de conhecimento poderia influenciar a maneira como o tema é tratado no ABTV 2ª Edição.

Eles dizem enxergar que o telejornal pode ser utilizado como uma ferramenta para a educação ambiental dessas pessoas, possuindo o que Vizeu chama de “função pedagógica”. Reconhecem, também, o poder de penetração que a televisão, enquanto veículo comunicação de massa possui junto ao público. Porém, acreditam que o ABTV 2ª Edição acaba por não cumprir esse papel a contento. A justificativa mais utilizada é a do formato editorial pré-estabelecido que prioriza o factual e o tempo de veiculação, considerado curto para que matérias ambientais de cunho educativo possam ser incluídas.

De posse das informações aqui expostas, a conclusão que se chega é que - embora o meio ambiente esteja diretamente ligado ao dia-a-dia de todos e que sua problemática necessite de urgência, dada a velocidade com que os recursos naturais vêm sendo degradados - a temática ainda é tratada como algo que não mereça uma priorização. Aparece enquanto notícia leve, de acordo com os fatos do dia noticioso e nem sempre encontra força para ganhar destaque no telejornal pesquisado.

Os jornalistas têm em mãos uma poderosa ferramenta para promover educação ambiental e, desta forma, contribuir para uma melhor postura do telespectador diante dos problemas ambientais tão comuns e, infelizmente, cada vez mais frequentes. Porém o que se oferece ao telespectador é um telejornal pronto, fechado em conceitos pré-definidos que se afirmam em suposições a respeito daquilo que interessa ou não ao público e em um formato editorial estabelecido.

É preciso uma mudança de pensamento e atitudes por parte desses profissionais a respeito da devida importância que o meio ambiente, enquanto editoria, recebe no telejornal. É preciso que haja uma maior conscientização no que diz respeito a aprofundar a discussão sobre esse tema. Como diz Traquina: “O leque de valores-notícia é vasto” (2005, p.95).

Referências Bibliográficas

ANDERSON MELO. **FWD: Release TV AB.** [mensagem pessoal] Mensagem recebida luizalbertofonseca@hotmail.com em: 04 jan. 2016.

BARBOSA, Sílvio Henrique Vieira. **TV e Cidadania.** São Paulo: All Print Editora, 2010.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Datas Comemorativas.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/comunicacao/datas-comemorativas>> Acesso em: 21 jan. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 28 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 1999. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira.** – Brasília: Secom, 2014.

BAUER, Martin W; GASKELL, George (editors). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petropolis/RJ: Vozes, 2002.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro comum (Relatório Brundtland)/ Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** - 2. Ed - Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BISTANE, Luciana; BACELLAR, Luciane. **Jornalismo de TV.** São Paulo: Contexto, 2006.

CARVALHO, Carlos Alberto de. O enquadramento como conceito desafiador a compreensão do jornalismo. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Rio de Janeiro, RJ, maio/2009. 13 p. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0206-1.pdf>> Acesso em: 27 jul. 2015.

CASTRO, Paula. **Natureza, ciência e retórica na construção social da ideia de ambiente.** Série Textos universitários de ciências sociais e humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a ciência e a Tecnologia, 2002.

CAVALCANTI, Clóvis. Política de Governo para o Desenvolvimento Sustentável: uma Introdução ao Tema e a esta Obra Coletiva, in Clóvis Cavalcanti (org.), **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1999. Disponível em: <http://www.institutoembratel.org.br/cursos/curso_instituto/site/pdf/meio_ambiente.pdf> Acesso em: 22 ago. 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2006.

COHN, Gabriel. **O campo da comunicação.** IN: FAUSTO NETO, Antonio; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrrel. O campo da comunicação: caracterização, problematização e perspectivas. João Pessoa: Editora UFPB, 2001.

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e identidade em emissoras locais: a construção de contratos de pertencimento. In VIZEU, Alfredo (org). **A sociedade do telejornalismo**. RJ Vozes, 2008. p. 91-105.

COX, Robert. **Environmental communication and the public sphere**. London: Sage, 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURADO, Olga. A notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo. São Paulo: Alegro, 2002.

DEBRAY, Régis. capítulo primeiro: **o duplo corpo do médium**. In: _____. Transmitir: o segredo e a força das ideias. Petrópolis-RJ, Vozes, 2000.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 8 ed. São Paulo: Gaia, 2003.

DRYZEK, John S. **The politics of the Earth: Environmental Discourses**. USA: Oxford Press, 2005.

DUTRA, Manoel Sena. **A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta**. São Paulo: annablume, 2009.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAJARDO, Elias. **Ecologia e cidadania: se cada um fizer a sua parte...** 5ª reimp. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

FERNANDES, Francisco Assis Martins. **O papel da mídia na defesa do meio ambiente**. Revista. Ciências Humanas, Taubaté/SP, 2001, v. 7.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa – 3ª Ed – Porto Alegre/RS: Artmed, 2009.

FLUSSER, Vilém. Imaginar (cap. 4). In: _____. **O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade**. São Paulo: Annablume, 2008.

G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2010/04/conheca-historia-do-globo-reporter.html>> Acesso em: 15 jan 2015.

GARRÉ, Barbara Hees. **Notas sobre a educação ambiental numa perspectiva midiática: uma possibilidade de gerenciamento da vida**. 2012. Trabalho apresentado no IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educacao_Ambiental/Trabalho/05_59_04_2196-7484-1-PB.pdf > Acesso em: 23 jan. 2016.

GIRARDI, I. M. T.; LOOSE, E. B.; NEULS, G. Jornalismo ambiental e científico na construção da cidadania. In: Cilene Victor, Graça Caldas e Simone Bortoliero (Org.). **Jornalismo Científico e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: All Print Editora, 2009, p.94-112.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: los marcos de la experiencia**. Madrid: Siglo XXI, 2006.

GOMES, I. M. A ciência no telejornalismo. In: Mônica Santos de Souza Melo; Cristiane Cataldi dos Santos Paes; Maria Carmen Aires Gomes. (Org.). **Estudos Discursivos em Foco - Novas Perspectivas**. 1ª ed. Viçosa (MG): Universidade Federal de Viçosa (UFV), 2014, v. 1, p. 206-224.

GONÇALVES, Marcos C. **Globo Ecologia: o discurso ambiental na televisão**. 2007. 101 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Curso de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

GUERRA, Josenildo. Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. In: SILVA, Gislene et al. **Crêterios de noticiabilidade. Problemas conceituais e aplicaçōes**. Florianópolis: Insular, 2014, p.39-49.

GUTMANN, Juliana Freire. **Quadros narrativos pautados pela mídia: framing com segundo nível do agenda setting?** Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura, vol. 3, n. 1, jun./2006, p. 25-50. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewFile/3481/2538>> Acesso em: 29 jul. 2015.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública – Investigaçōes quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Traduçōe, Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, volume II, 1997.

HALL, Stuart. Codificaçōe/Decodificaçōe. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediaçōes culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

JACOBI, P. **Educaçōe ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Autores Associados, n. 118, 2003, p.189-205.

JOST, François. **Compreender a televisão**. Coleçōe Estudos Sobre o Audiovisual. Porto Alegre: Sulina, 2007.

JÚNIOR, Francisco. **RNTV: a notícia no ar**. Natal: Francisco Júnior, 2014.

KNEIPP, V. A. P.60 anos de formaçōe do profissional de telejornalismo no Brasil. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010, p. 251-278.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6ª Ed. São Paulo/SP: Editora Atlas, 2001.

LIMA FILHO, Luiz Alberto F. O meio ambiente nas TVs do RN. **Crítica descentrada para o senso comum: amostragem da reflexōe acerca da comunicaçōe contemporânea realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte** / organizadores Euzébia Maria de Pontes Targino Muniz, Juliana Bulhões Alberto Dantas, Sebastião Guilherme Albano. – Natal, RN: EDUFRN, 2012.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opiniōe pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MEDEIROS, Priscila Muniz de. **O papel das novas mídias no debate ambiental: uma análise dos fluxos comunicativos no twitter sobre as mudanças no Código Florestal / Priscila Muniz de Medeiros.** – Recife: O Autor, 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Comunicação, 2013.

MEMÓRIA GLOBO. Disponível em:

<<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/infantojuvenis/globinho.htm>>

Acesso em: 19 jun. 2016.

MEMÓRIA GLOBO. Disponível em:

<<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/amaral-netto-o-reporter/formato.htm>> Acesso em: 19 jan. 2016.

MEMÓRIA GLOBO. Disponível em:

<<http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/paula-saldanha/trajetoria.htm>> Acesso em: 19 jan. 2016.

MEMÓRIA GLOBO. Disponível em:

<<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/fantastico.htm>> Acesso em: 21 jan. 2016.

MENDONÇA, Rita. **Meio ambiente & natureza.** São Paulo: Editora Senac, 2012.

OLIVEIRA, Jocyelma Santana dos Santos Martins e SOARES Hamistellie Roberta Pinto de Sousa CEULP/ULBRA. **A construção da notícia em telejornais: valores atribuídos e Newsmaking.** Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0744-2.pdf>> Acesso em: 09 ago. 2015.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Os Limites do Crescimento 40 anos Depois: Das Profecias do Apocalipse Ambiental ao Futuro Comum Ecologicamente Sustentável.** Continentes - Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, v. 1, p. 72-96, 2012.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto: Formulação e circulação dos sentidos.** Campinas: Pontes Editores, 2012.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PEREIRA, Cristiane L. **Telejornalismo e educação ambiental: formação do sujeito consumidor?** 2010. 293 p. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PRESSLER, Neusa. **Comunicação e Meio Ambiente: Agências de Cooperação Internacional e Projetos Socioambientais na Amazônia.** Belém: UNAMA; Manaus: UEA, 2012.

PROSS, Harry. La clasificación de los medios. In: PROSS, Harry; BETH, Hanno. **Introducción a la ciencia de la comunicación.** Barcelona: Anthropos, 1990, p. 158-178.

RAMOS, F. A. **Meio ambiente e meios de comunicação.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 1995.

SILVA, Carlos Henrique Tomé. **Rio+20 Avaliação Preliminar de Resultados e Perspectivas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.** Temas e agendas para o desenvolvimento sustentável. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

SOUSA, Cidoval Moraes; FERNANDES, Francisco Assis Martins. **Mídia e meio ambiente, limites e possibilidades**, São Paulo, 2002, disponível em: <<http://biblat.unam.mx/>> Acesso em: 03 jun. 2015.

TEMER, A.C. A mistura dos gêneros e o futuro do telejornal. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica.** Florianópolis: Insular, 2010, p. 101-126.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** Vol 2. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente na idade média.** Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Coordenação André Trigueiro. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

TRIGUEIRO, André. **Uma TV em favor da vida.** Disponível em: <http://mundosustentavel.com.br> Data de acesso: 25 junho 2012.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia - Estudio sobre la construcción de la realidad.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1983.

VERÓN, Eliseo. **As mídias na recepção: os desafios da complexidade.** In: _____. Fragmentos de um tecido. São Leopoldo-RS: Ed. Unisinos, 2004.

VIZEU, Alfredo. **O lado oculto do telejornalismo.** Florianópolis: Calandra, 2005.

VIZEU, Alfredo. **O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica.** In: Revista FAMECOS. Porto Alegre, nº 40, p. 77-83, dezembro de 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/6321/4596>> Acesso em: 09 set. 2015.

VIZEU, A.; CORREA, J. C. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In Vizeu, Alfredo (org). **A sociedade do Telejornalismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.11-28.

VIZEU, A.; SIQUEIRA, F. C. O telejornalismo: o lugar de referência e a revolução das fontes. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica.** Florianópolis: Insular, 2010, p. 83-99.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos;** trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.

ANEXOS

Anexo 1: Questionário de pesquisa

QUESTIONÁRIO

Nome:

Tempo de formado:

Função que ocupa no ABTV 2^a:

Tempo que trabalha na TV Asa Branca:

Outras experiências profissionais:

1. O que você entende por meio ambiente?
2. Qual a importância do tema no seu dia a dia de trabalho?
3. Como você percebe o meio ambiente no telejornal ABTV 2^a Edição?
4. De que forma você percebe o tema meio ambiente em relação às matérias factuais no espelho do telejornal?
5. De que forma você percebe que o meio ambiente parece estar diluído em outras editorias?
6. Existe uma preocupação, durante as reuniões de pauta, em se pensar matérias voltadas para o tema, visando educação ambiental?
7. Você sente dificuldades em emplacar alguma sugestão de pauta sobre o tema? Por quê?
8. Enquanto profissional você já participou de algum curso/ capacitação/ workshop sobre o meio ambiente? Por quê?
9. Existe uma preocupação pessoal em trabalhar essa temática no seu dia a dia, mesmo que ela não seja explícita na pauta? Por quê?
10. Você acha que existe uma preocupação do profissional de televisão em levar temas sobre o meio ambiente para o telespectador? Por quê?
11. Você acredita ser o telejornal uma ferramenta capaz de promover educação ambiental? Por quê?
12. Na sua opinião, o telejornal ABTV 2^a Edição cumpre esse papel? Por quê?

Anexo 2: Tabelas de VTs de meio ambiente

FEVEREIRO/2015				
DATA	RETRANCA	BLOCO	TEMPO VT	TEMPO TOTAL
23/02	VT/ CHUVA SERRA TALHADA	3°	1'27"	1'36"
24/02	VT/ RECUPERAÇÃO RUAS CHUVAS	3°	1'53"	2'06"
24/02	VT/ DESASTRE AMBIENTAL	3°	2'09"	2'32"

Fonte: elaborada pelo autor

MARÇO/ 2015				
DATA	RETRANCA	BLOCO	TEMPO VT	TEMPO TOTAL
03/03	VT/ANIMAIS PERIGO BR-232	1°	1'14"	1'24"
03/03	VT/ IPTU VERDE SERTÃO	3°	2'01"	2'12"
04/03	VT/ PROJETO BIODIGESTORES	2°	2'26"	2'44"
14/03	VT/ ACÚMULO CHUVAS	2°	1'43"	1'51"
18/03	VT/ OBRAS BARRAGEM BELO JARDIM	1°	2'20"	2'34"
18/03	VT/ RETIRADA PNEUS NATUREZA	3°	1'28"	1'40"
20/03	VT/ CONSCIENTIZAÇÃO ÁGUA	2°	3'39"	3'52"
21/03	VT/ CHUVA CARUARU	1°	1'39"	1'47"
21/03	SD/PEDALADA SERRA DOS CAVALOS	3°	1'33"	1'46"
25/03	VT/ ATUALIZA PSA RIO IPOJUCA	3°	4'13"	4'25"

Fonte: elaborada pelo autor

ABRIL/ 2015				
DATA	RETRANCA	BLOCO	TEMPO VT	TEMPO TOTAL
01/04	VT/ ADUBO PODAS ÁRVORES	3º	1'14"	1'24"
08/04	VT/ MORTE ÁRVORE	1º	1'28"	1'43"
08/04	VT/ ESTRAGO CHUVAS	1º	2'08"	2'17"
08/04	VT/ O QUE DIZ APAC	1º	0'25"	0'50"
09/04	VT/SUÍTE CHUVA CRU	1º	2'38"	2'51"
09/04	VT/ ENERGIA ESGOTO	3º	2'07"	2'18"
13/04	NC/ ACIDENTE JUMENTO	1º	0'46"	0'51
16/04	VT/ INCÊNDIO SERRA DOS CAVALOS	1º	1'26"	1'41"
20/04	VT/ INCÊNDIO SERRA DOS CAVALOS	2º	2'34"	2'47"
23/04	VT/ SECA AGRESTE	2º	2'35"	2'48"
23/04	VT/ COLETIVA RACIONAMENTO COMPESA	2º	1'31"	1'42"
29/04	VT/ RACIONAMENTO ÁGUA SANTA CRUZ	1º	2'13"	2'25"

Fonte: elaborada pelo autor

MAIO/ 2015				
DATA	RETRANCA	BLOCO	TEMPO VT	TEMPO TOTAL
06/05	VT/ MP REUNIÃO SULANCA	1º	2'24''	2'41''
07/05	VT/ ABANDONO ANIMAIS	3º	1'48''	2'07''
08/05	VT/ FISCALIZAÇÃO CREA CONSTRUÇÃO	1º	1'42''	1'51''
09/05	VT/ MUTIRÃO DENGUE	2º	1'39''	1'35''
11/05	SD/ INAUGURA PARQUE SÃO FRANCISCO	3º	0'48''	0'55''
13/05	VT/ FALTA ÁGUA JEANS	2º	2'24''	2'45''
14/05	VT/ ATUALIZA PLANO DIRETOR	2º	3'16''	3'50''
15/05	VT/ SECA BUÍQUE	1º	2'23''	2'40''
22/05	VT/ REUNIÃO MP FEIRA	1º	2'33''	2'47''
23/05	VT/ PEIXE DENGUE	1º	2'34''	2'51''
25/05	VT/ PREOCUPAÇÃO AUMENTO ÁGUA	1º	1'32''	1'46''
27/05	VT/ SITUAÇÃO JUCAZINHO	1º	2'05''	2'17''
28/05	VT/ ADUTORA AGRESTE	3º	2'18''	2'43''
29/05	VT/ ENERGIA EÓLICA	2º	2'28''	2'51''

Fonte: elaborada pelo autor

JUNHO/ 2015				
DATA	RETRANCA	BLOCO	TEMPO VT	TEMPO TOTAL
03/06	VT/ MILHO IRRIGADO	2°	2'46"	3'01"
06/06	VT/ SOLO MOLHADO	2°	2'16"	2'27"
11/06	SONORA/APREENSÃO PÁSSAROS	1°	1'00"	1'34"
16/06	VT/ ANIMAIS SOLTOS BR	2°	3'03"	3'18"
17/06	NC/ FECHAMENTO MATADOURO	1°	0'40"	0'40"
18/06	VT/ 5 ANOS ENCHENTE	2°	3'17"	3'36"
19/06	VT/ DESATIVA MATADOURO CRU	1°	1'29"	1'36"
22/06	VT/ INTERDIÇÃO MATADOURO	1°	1'13"	1'25"
23/06	VT/ PROCURA LENHA MILHO	2°	1'08"	1'22"
26/06	VT/ VISITA IPHAN IATI	1°	1'17"	1'30"

Fonte: elaborada pelo autor

JULHO/ 2015				
DATA	RETRANCA	BLOCO	TEMPO VT	TEMPO TOTAL
02/07	VT/ SITUAÇÃO JUCAZINHO	3°	2'28"	2'44"
04/07	SD/ NÍVEL IPOJUCA/UNA	1°	1'53"	2'15"

Fonte: elaborada pelo autor

Anexo 3: Tabelas de VTs por assunto

FEVEREIRO/2015									
DATA/ Nº DE VTS POR RETRANCA	POLÍCIA	COMUNIDADE	ECONOMIA	SAÚDE	EDUCAÇÃO	ESPORTE	CULTURA	COMPORTEAMENTO	TURISMO
23/02	3	2							
24/02	2	3	1						
TOTAL POR MÊS	5	5	1						

Fonte: elaborada pelo autor

MARÇO/2015									
DATA/ Nº DE VTS POR RETRANCA	POLÍCIA	COMUNIDADE	ECONOMIA	SAÚDE	EDUCAÇÃO	ESPORTE	CULTURA	COMPORTEAMENTO	TURISMO
03/03	1	2	1						
04/03	2	1		1		1		1	
14/03	2	2	1			3	1		
18/03		1	1	1				1	
20/03		2	2		1	1			
21/03	3		2			3			
25/03	3				1				1
TOTAL POR MÊS	11	8	7	2	2	8	1	2	1

Fonte: elaborada pelo autor

ABRIL/2015									
DATA/ Nº DE VTS POR RETRANCA	POLÍCIA	COMUNIDADE	ECONOMIA	SAÚDE	EDUCAÇÃO	ESPORTE	CULTURA	COMPORTEAMENTO	TURISMO
01/04	5	2	1						
08/04	2	2		1	1				
09/04	3	1		2					
13/04	2	4			1				
16/04	1	3		1	1			3	
20/04	4				1		1		
23/04	2	1	1		1				
29/04	2	3			1	1	1		
TOTAL POR MÊS	21	16	2	4	6	1	1	3	

Fonte: elaborada pelo autor

MAIO/ 2015									
DATA/ Nº DE VTS POR RETRANCA	POLÍCIA	COMUNIDADE	ECONOMIA	SAÚDE	EDUCAÇÃO	ESPORTE	CULTURA	COMPORTEAMENTO	TURISMO
06/05	2	3				2	1		
07/05	4	2							
08/05	1	1	1				3		
09/05			1	2				1	
11/05	2	2			1				
13/05	3	2						1	
14/05	1	2						1	
15/05	1	2		2			2	1	
22/05		2		2		1	1		
23/05	1	1	1			1	1	1	
25/05	2	2	2	1				1	
27/05	2	1	1	1		1		1	
28/05	5				2				
29/05	1	1			1		1	2	
TOTAL POR MÊS	25	21	6	8	4	5	9	9	

Fonte: elaborada pelo autor

JUNHO/ 2015									
DATA/ N° DE VTS POR RETRANCA	POLÍCIA	COMUNIDADE	ECONOMIA	SAÚDE	EDUCAÇÃO	ESPORTE	CULTURA	COMPORTAMENTO	TURISMO
03/06	3		2			2			
06/06	2	1	1			1	2		
11/06	2	2		1	1		1		
16/06	4			1			1	1	
17/06	1	2						1	
18/06	6	1					2	1	
19/06	3	3					2	1	
22/06	2		1				3	1	
23/06	2		2					1	2
26/06		2	2					2	
TOTAL POR MÊS	25	11	8	2	1	3	11	8	2

Fonte: elaborada pelo autor

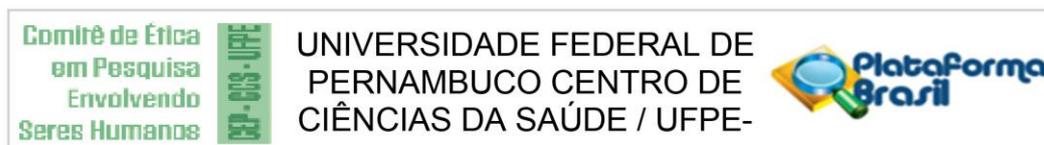
JULHO/ 2015									
DATA/ Nº DE VTS POR RETRANCA	POLÍCIA	COMUNIDADE	ECONOMIA	SAÚDE	EDUCAÇÃO	ESPORTE	CULTURA	COMPORTAMENTO	TURISMO
02/07	2	2	2						
04/07	3	2				1	1	1	
TOTAL POR MÊS	5	4	2			1	1	1	

Fonte: elaborada pelo autor

EDITORIAS	
POLÍCIA	92
COMUNIDADE	65
ECONOMIA	26
SAÚDE	16
EDUCAÇÃO	13
ESPORTE	18
CULTURA	23
COMPORTAMENTO	23
TURISMO	3
TOTAL GERAL	279

Fonte: elaborada pelo autor

Anexo 4: Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A EXPERIÊNCIA TELEJORNALÍSTICA DO MEIO AMBIENTE EM PERNAMBUCO: O caso do telejornal ABTV 2ª Edição

Pesquisador: Luiz Alberto Fonseca de Lima Filho

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 44202815.8.0000.5208

Instituição Proponente: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DA NOTIFICAÇÃO

Tipo de Notificação: Envio de Relatório Final

Detalhe:

Justificativa: Envio de relatório final

Data do Envio: 13/05/2016

Situação da Notificação: Parecer Consubstanciado Emitido

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.555.555

Apresentação da Notificação:

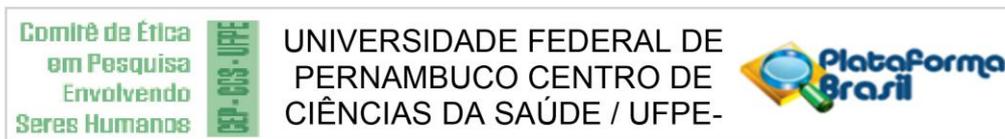
A notificação foi apresentada para avaliação do relatório final da pesquisa.

O pesquisador solicita a aprovação do relatório final da pesquisa.

Objetivo da Notificação:

O pesquisador solicita a aprovação do relatório final da pesquisa.

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 1.555.555

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O TCLE foi apresentado no projeto inicial com Riscos e Benefícios e devidamente utilizados pelo pesquisador.

Comentários e Considerações sobre a Notificação:

A notificação foi apresentada com o relatório e a mesma está adequada, sendo que o (s) membro (os) da pesquisa ter(em) participado (s) e foram indicados resultados e conclusão.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram considerados adequados.

Recomendações:

S/recomendação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

O Relatório Final foi analisado e APROVADO pelo colegiado do CEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Envio de Relatório Final	RELATORIO_FINAL.docx	13/05/2016 15:05:41	Luiz Alberto Fonseca de Lima Filho	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br

<p>Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Serres Humanos</p> <p>CEP - CCS - UFPE</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE / UFPE-</p>	
--	---	---

Continuação do Parecer: 1.555.555

RECIFE, 23 de Maio de 2016

Assinado por:
LUCIANO TAVARES MONTENEGRO
(Coordenador)

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do CCS		
Bairro: Cidade Universitária	CEP: 50.740-600	
UF: PE	Município: RECIFE	
Telefone: (81)2126-8588	E-mail: cepccs@ufpe.br	